



Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo

RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES
2015

Brasília/DF – Abril de 2016

Conselho Deliberativo

Representantes dos Patrocinadores

Marcelo de Siqueira Freitas
Presidente (desde 28/04/2016) – Ministério do Trabalho e Previdência Social

Suplente: Luciano Oliva Patrício
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Manuel Augusto Alves Silva
Presidente substituto – Ministério da Fazenda

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Casa Civil

Representantes dos Participantes

André Nunes
Universidade de Brasília

Suplente: Jairo Alfredo Zolter
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Thiago Feran Freitas Araújo
Agência Nacional de Aviação Civil

Suplente: Joaquim Ignacio Alves de Vasconcelos e Lima
Banco Central do Brasil

Daniel Pulino
Advocacia-Geral da União

Suplente: Geraldo Pereira da Silva Filho
Controladoria-Geral da União

Conselho Fiscal

Representantes dos Participantes

Marcelo Levy Perrucci
Presidente – Controladoria-Geral da União

Suplente: Leonardo Formiga Larrossa
Controladoria-Geral da União

José Márcio Ribeiro da Costa
Presidente substituto – Câmara dos Deputados

Suplente: Eduardo Toledo da Silva
Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda

Representantes dos Patrocinadores

Carlos Roberto Caixeta
Tribunal de Contas da União

Suplente: George Alberto de Aguiar Soares
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Gustavo Alves Tillmann
Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda

Comitê ExecPrev

Representantes dos Participantes

Bolivar Godinho de Oliveira Filho
Presidente – Universidade Federal de São Paulo

Suplente: Felipe Albino Rodrigues
Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda

Leandro de Oliveira Vicente

Presidente Substituto – Receita Federal do Brasil Ministério da Fazenda

Suplente: Victor Pessanha Gonçalves
Banco Central do Brasil

Elias Carneiro Júnior
Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda

Suplente: Mário de Pereira de Pinho Filho
Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda

Representantes dos Patrocinadores

José Edson da Cunha Júnior
Ministério da Previdência Social

Manoel Joaquim de Carvalho Filho
Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda

Renata Vila Nova de Moura Holanda
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Comitê LegisPrev

Representantes dos Participantes

Paulo Wanderson Moreira Martins
Presidente – Tribunal de Contas da União

Suplente: João Marcelo Nogueira Tavares
Tribunal de Contas da União

Rodrigo de Andrade Moreira
Presidente Substituto – Câmara dos Deputados

Suplente: Renon Pessoa Fonseca
Câmara dos Deputados

Wagner Costa Guimarães
Senado Federal

Suplente: Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira
Senado Federal

Representantes dos Patrocinadores

Diomar Corrêa da Costa Neto
Câmara dos Deputados

Suplente: Walter Oda
Câmara dos Deputados

Érica Paulucio Porfírio
Tribunal de Contas da União

Paulo Springer de Freitas
Senado Federal

Diretoria Executiva

Ricardo Pena Pinheiro
Diretor-presidente

Tiago Nunes de Freitas Dahdah
Diretor de Investimentos

Marilene Ferrari Lucas Alves Filha
Diretora de Administração

José Pinheiro de Miranda
Diretor de Segurança

Agradecimento

Aos ex-dirigentes, pela dedicação e contribuição para a consolidação da Funpresp.

Dyogo Henrique de Oliveira

Esther Dweck

Diogo de Sant'Ana

Eugênia Bossi Fraga

Rodrigo Martins Brum

Esteves Pedro Colnago Junior

SUMÁRIO

Mensagem do Conselho Deliberativo.....	5
Mensagem do Conselho Fiscal	6
Mensagens dos Comitês de Assessoramento Técnico	7
Mensagem da Diretoria Executiva	8
Apresentação.....	11
Governança.....	13
Administração.....	33
Seguridade.....	47
Investimentos	69
Anexos	87
Anexo I - Demonstrações Consolidadas	89
Anexo II - Notas Explicativas.....	98
Anexo III - Parecer Atuarial - Plano ExecPrev	120
Anexo IV - Parecer Atuarial - Plano LegisPrev.....	132
Anexo V - Premissas Atuariais	144
Anexo VI - Parecer Auditoria ATUARIAL Independente - Plano ExecPrev	151
Anexo VII - Parecer Auditoria Atuarial Independente - Plano LegisPrev	162
Anexo VIII - Parecer Auditoria Independente	173
Anexo IX - Licitações Realizadas	175
Anexo XI - Legislação Aplicada - Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal	180
Anexo XII - Parecer do Conselho Fiscal	182
Anexo XIII - Manifestação do Conselho Deliberativo	183

Expediente:

Relatório Anual da Funpresp – Exe 2015

Redação e Edição**Gerência de Comunicação e Relacionamento - GECOM**

Fátima Gomes de Lima - Gerente

Leônia Vieira Gomes - Coordenadora de Comunicação e Marketing

Jane de Paula Carvalho Santos

Projeto Gráfico e Diagramação: Alleati Comunicação

Capa: Alleati Comunicação

Impressão: Gráfica e Editora São Jorge

Fotos: Arquivo Funpresp

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo–Funpresp-Exe

SCN Quadra 02, bloco A, 2º andar, salas 203/204

Ed. Corporate Financial Center–CEP: 70712-900–Brasília-DF

Fone: (61) 2020-9300

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Garantir proteção previdenciária ao servidor público federal e sua família: essa é a missão da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp) definida no Planejamento Estratégico realizado em 2015 com a participação das instâncias de governança - Conselhos, Diretoria Executiva e Comitês de Assessoramento - e do corpo gerencial da Entidade. Foi definido também que a Funpresp trabalhe para “ser uma instituição de excelência em previdência complementar” e que seu desenvolvimento se dê a partir dos seguintes pilares: segurança, alta performance, compromisso, ética, inovação e transparência.

Com olhar sobre o novo e voltado para os desafios que crescem com a própria Fundação, o Planejamento trouxe um conjunto de ações que aperfeiçoam e melhoram a gestão da Entidade, como os nove objetivos estratégicos para o tri-

ênio 2016/2019, entre eles, aperfeiçoar o relacionamento com os participantes e os patrocinadores e promover a educação previdenciária.

Importantes deliberações do Conselho para o futuro da Funpresp resultaram na aprovação das propostas de mudanças nos regulamentos dos planos de benefícios ExecPrev e LegisPrev, na aprovação do Plano de Cargos e Carreira da Entidade e na realização do primeiro concurso para o quadro permanente de pessoal.

O dinamismo que se impõe com a filiação crescente de servidores, com o aumento da adesão automática aos planos de benefícios (Lei nº 13.183 de 2015) e com a própria experiência cotidiana com as demandas dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores, levou-nos a reposicionar as regras para tornar os processos mais ágeis, acessíveis e transparentes, no propósito de alcançar os melhores resultados para a Fundação.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Em 2015, com o primeiro mandato da gestão compartilhada no Conselho Fiscal da Funpresp, iniciamos um novo tempo. Foi um período marcado pela representação dos participantes no acompanhamento e na observância das normas e princípios contábeis relativos à atividade precípua da Fundação, que é a administração dos planos de benefícios previdenciários para os servidores dos poderes Executivo e Legislativo Federal.

O Conselho Fiscal tem entre suas principais atribuições o exame e a emissão de pareceres sobre as demonstrações contábeis, atuariais e financeiras. Também é responsável por verificar a adequação da Fundação com relação à conformidade das normas, acompanhar a aplicação do Código de Ética e de Conduta aos dirigentes e empregados da Funpresp e emitir e acompanhar o relatório de controle interno.

De maneira criteriosa, analisou, ao longo de todo o ano, os atos de gestão, os números, os investimentos e as grandes decisões da Entidade. O traba-

lho realizado em 10 reuniões ordinárias culminou em 24 resoluções de grande importância para a Entidade e, principalmente, para os participantes e assistidos dos Planos ExecPrev e LegisPrev.

No transcorrer do ano, o Conselho Fiscal conseguiu aprofundar o teor de suas discussões, contribuindo, inclusive, para a proposta de alteração nos Regulamentos dos planos com vistas a manter o caráter vitalício do benefício da pensão por morte aos dependentes dos participantes da Funpresp. Tal medida se fez necessária devido a promulgação da Lei nº 13.135, de 2015, que limitará o tempo de pensão pago aos dependentes dos servidores no Regime Próprio de Previdência Social.

Dentre outros, esse resultado demonstra a importância da Gestão Compartilhada através de representantes eleitos pelos participantes. Essa representatividade confere legitimidade às decisões da Funpresp, além de garantir que o participante tenha voz nas decisões da Fundação, que impactam diretamente no futuro do servidor e de sua família.

MENSAGENS DOS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO

ExecPrev

Empossado em março de 2015, o Comitê de Assessoramento Técnico do Plano ExecPrev é um órgão auxiliar, de caráter consultivo, vinculado ao Conselho Deliberativo. O Comitê é paritário com três membros eleitos pelos participantes em outubro de 2014 e três indicados por órgãos patrocinadores. Dentre as principais atribuições está a apresentação de propostas, sugestões e recomendações ao Conselho Deliberativo.

Em 2015, foram elaborados pareceres para subsidiar as decisões do Conselho Deliberativo referentes aos seguintes assuntos: adesão automática - Parecer nº 001/2015; proposta de alteração do regulamento do Plano ExecPrev - Parecer nº 002/2015; proposta da política de investimentos do Plano de Benefícios ExecPrev e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Parecer nº 003/2015.

LegisPrev

O Comitê de Assessoramento Técnico do Plano de Benefícios do Poder Legislativo realizou diversas reuniões em 2015, a fim de debater propostas de mudanças no Regulamento do Plano. Tudo isso, com o intuito de apresentar recomendações relevantes e tempestivas, na qualidade de órgão vinculado ao Conselho Deliberativo, para o aperfeiçoamento da Fundação, especialmente no que concerne à melhoria na gestão da Entidade e ao aperfeiçoamento do Plano do Poder Legislativo – LegisPrev, que abarca os servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

Entre as principais ações defendidas pelo Comitê estão o aumento da divulgação e da transparência do Fundo, a adoção das melhores práticas de governança e a mitigação de riscos.

Com compromisso e responsabilidade, o Comitê continuará trabalhando firmemente em 2016 na defesa dos interesses dos participantes e patrocinadores.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2015 foi decisivo para a Funpresp, com a conquista de vários avanços técnicos, administrativos e operacionais. Em seu primeiro ano, a gestão compartilhada entre patrocinadores e participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitês Técnicos envidou todos os esforços, em conjunto com a Diretoria Executiva, para a consolidação e crescimento da nossa Fundação.

Nesse contexto, a aprovação da Lei nº 13.183, de novembro/2015, que instituiu a adesão automática para os planos de benefícios administrados pela Funpresp, traçou um novo desenho para o Regime de Previdência do servidor público federal. Inscrito automaticamente, o servidor do Executivo e do Legislativo Federal passou a usufruir imediatamente da paridade de contribuição do órgão patrocinador e da proteção e cobertura dos benefícios não programados de invalidez, pensão por morte e longevidade.

Adicionalmente, tivemos como fato relevante no ano passado a implementação do processo de adesão eletrônica de participantes, vislumbrado desde o início do funcionamento da Funpresp, por meio do sistema de gestão de pessoas do patrocinador, os servidores ingressantes no serviço público, após o início da Funpresp e antes da lei de adesão automática, puderam se vincular aos planos de forma facilitada e sem a necessidade de formu-

lários impressos, reduzindo-se ainda os custos operacionais relacionados.

Realizamos também o primeiro planejamento estratégico, definimos a missão, a visão e os valores e, entre outras ações essenciais para o crescimento da Fundação, elaboramos, a partir da demanda dos participantes, as propostas de alterações nos Regulamentos dos planos ExecPrev e LegisPrev, tornando-os mais atrativos e oferecendo maiores coberturas previdenciárias para os servidores públicos e seus familiares. Essas medidas garantem o objetivo da seguridade e da Funpresp relacionado ao bem-estar dos nossos participantes.

A contratação da gestão terceirizada da carteira de investimentos é outro ponto importante em 2015 e, na esteira das melhorias, o crescimento da adesão aos nossos planos de benefícios tem especial destaque. De 9.112 participantes, em 2014, saltamos para 21.612, em 2015. A área da Educação foi uma das principais responsáveis por esse crescimento, em uma demonstração clara de confiança na Funpresp como administradora de sua poupança previdenciária.

Por tudo isso, seguimos na direção de aperfeiçoar a gestão cada vez mais pautada pelos princípios éticos e com transparência, e convictos de que a Funpresp está no rumo correto para possibilitar aos participantes a oportunidade de manter o seu padrão de vida no momento da aposentadoria.



1

2 3



4



5



6



7



8



9



10



11

Legenda:

- 1 – Planejamento Estratégico
- 2 – Reunião do Comitê do ExecPrev
- 3 – Reunião do Conselho Fiscal
- 4 – Reunião do Conselho Deliberativo que aprovou as contas da Funpresp
- 5 – Fórum de RH do Executivo

- 6 – Trabalho dos grupos no Planejamento Estratégico
- 7 – Parte do grupo que realizou o Planejamento Estratégico
- 8 – Lançamento do Programa de Educação Financeira e Previdenciária – PREVER
- 9 – Posse dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal
- 10 – Apresentação da Diretoria Executiva no Conselho Fiscal
- 11 – Apresentação da Funpresp em posse de novos servidores do Banco Central



APRESENTAÇÃO

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp dobrou de tamanho em 2015, fechando o ano com 21,6 mil participantes. Esse resultado atesta o potencial e o futuro promissor da Entidade que comemorou em fevereiro de 2016 apenas três anos de existência.

A adesão automática, aprovada no final do ano passado, deu um novo fôlego com mais 1.416 servidores que entraram depois da vigência da lei. A quantidade expressiva representa a confiança que o servidor passa a ter na Fundação, que cada vez mais consolida sua imagem perante seus participantes, patrocinadores e a sociedade em geral. A Funpresp sempre defendeu que a Previdência Complementar do servidor é uma conquista e um direito para os servidores, e, à medi-

da que evolui, contribui para a conscientização de novos participantes.

A Entidade cresce com a vocação de contribuir e implantar as melhores práticas de gestão e governança em fundos de pensão, adotando instâncias de decisões colegiadas (Conselhos, Diretoria Executiva e Comitês), com a constituição do Regimento Interno, do Código de Ética e Conduta e de uma Política de Alçadas.

Este relatório traz um resumo das principais ações realizadas para alcançar o resultado positivo que ocorreu durante o ano de 2015, dentre elas, as informações sobre rentabilidade da carteira de investimentos, funcionamento da Entidade e número de participantes. Um crescimento compatível com uma Fundação que nasceu para ser grande, organizada, sustentável e acessível aos servidores públicos federais.

Boa leitura!



GOVERNANÇA

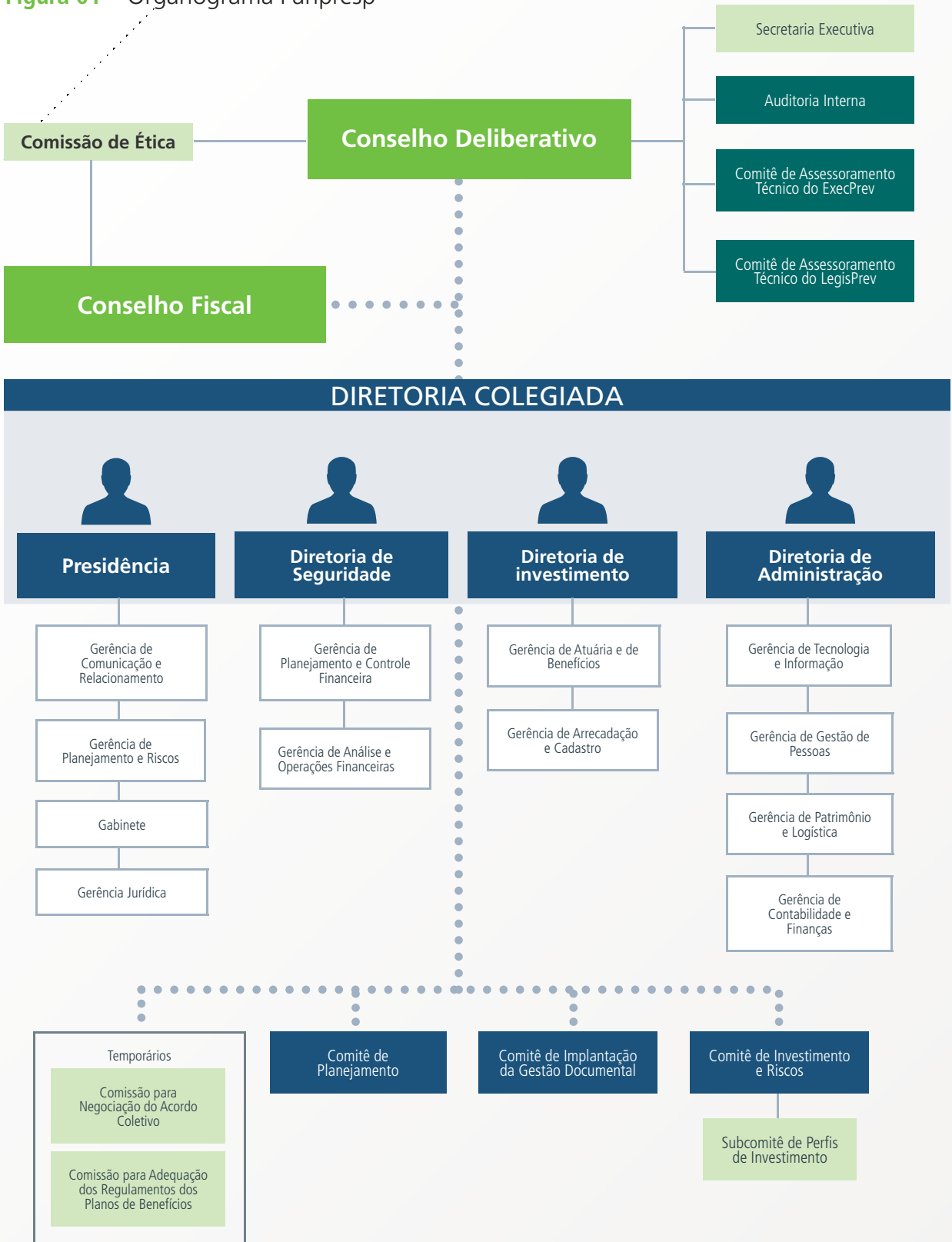
Para assegurar a harmonização dos diversos interesses envolvidos na gestão dos recursos, a Fundação adota o modelo de gestão e fiscalização compartilhadas, contemplando em seus órgãos colegiados – Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitês de Assessoramento Técnico dos Planos – representantes dos patrocinadores e dos participantes. Compõem a gestão da Funpresp:

CONSELHO DELIBERATIVO

É o órgão máximo da estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração da Funpresp e dos seus planos de benefícios. É composto de seis membros titulares e seis suplentes, sendo três membros titulares e respectivos suplentes indicados pelos patrocinadores e três membros titulares e seus suplentes eleitos diretamente pelos participantes. Os membros exercem mandato de quatro anos e podem ser reconduzidos. Os mandatos dos membros são alternados. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.

Foram realizadas 10 reuniões em 2015 com os temas: aprovação das demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios relativas ao exercício de 2014; Políticas de Investimentos dos planos ExecPrev, LegisPrev e PGA; Plano de Custeio de 2015; Orçamento 2016; alterações dos Regulamentos dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev; minuta do Convênio de Adesão da Defensoria Pública da União ao Plano de Benefícios ExecPrev, Planejamento Estratégico Institucional – 2016/2019; Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR; e Concurso Público para provimento do quadro efetivo.

Figura 01 – Organograma Funpresp



Fonte: Funpresp

CONSELHO FISCAL

Parte integrante do sistema de governança, o Conselho Fiscal exerce funções de relevância para o controle interno, fiscalização e monitoramento dos resultados, bem como para assegurar o cumprimento do Código de Ética e de Conduta da Fundação. É composto de quatro membros titulares e quatro suplentes, sendo dois membros titulares e respectivos suplentes eleitos pelos participantes e dois membros titulares e respectivos suplentes indicados pelo patrocinador. Seus mandatos são de quatro anos, sem possibilidade de recondução. Os mandatos dos membros são alternados. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.

O conselho realizou 10 reuniões. Os principais temas abordados foram: exame e parecer sobre as demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios relativas ao exercício de 2014; a emissão do Relatório de Controles Internos relativo ao 2º semestre de 2014 e do 1º semestre de 2015; e exame das demonstrações contábeis mensais da Funpresp.

DIRETORIA EXECUTIVA

É o órgão responsável pela administração e gestão da Funpresp, cabendo-lhe executar as diretrizes e a política de administração estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. É composta de quatro membros nomeados pelo Conselho Deliberativo: diretor-presidente, diretora de Administração, diretor de Investimentos e diretor de Seguridade.

No ano de 2015, a Diretoria Executiva realizou 46 reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias, que trataram de assuntos administrativos e técnicos. Dentre os temas abordados, podemos citar propostas

de alterações dos planos de benefícios do ExecPrev e LegisPrev; elaboração do orçamento anual de 2016 e das Políticas de Investimentos dos Planos ExecPrev, LegisPrev e de Gestão Administrativa para o período 2016-2020; realização do primeiro Concurso Público da Fundação; aprovação do Plano Anual de Capacitação e da estratégia de TI; elaboração e acompanhamento do painel de indicadores estratégicos; aprovação da Norma de Viagem a Serviço e dos relatórios trimestrais de atividades da Diretoria Executiva; acompanhamento da situação de liquidez e do desempenho da carteira de investimentos; definição e acompanhamento do plano de aquisições e contratações, além do acompanhamento da execução orçamentária e aprovação dos balancetes mensais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS EXECPREV E LEGISPREV

São órgãos de caráter consultivo, vinculados ao Conselho Deliberativo, com competência para apresentar propostas, sugestões e recomendações prudenciais quanto à gestão da Entidade e sua política de investimentos e à situação financeira e atuarial do respectivo plano de benefícios.

Cada comitê realizou seis reuniões durante o ano de 2015. Entre os temas abordados estão: análise das propostas de alteração dos Regulamentos dos dois planos de benefícios e sobre as políticas de investimentos dos Planos ExecPrev, LegisPrev e de Gestão Administrativa; e análise da carteira de investimentos da Fundação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E RISCOS

Órgão de caráter consultivo, vinculado à Diretoria Executiva, com competência para avaliar as propostas de investimentos a serem realizadas pela Entidade e seus respectivos riscos.

Fazem parte do comitê: o diretor-presidente, o diretor de Investimentos e dois gerentes da área de investimentos. Durante do ano de 2015, foram realizadas cinco reuniões extraordinárias e 10 ordinárias. Os principais temas abordados foram: avaliação de propostas de investimentos; análise da conjuntura; acompanhamento da posição da carteira de investimentos e os níveis de exposição a riscos.

Subcomitê de Perfis de Investimentos

Órgão de caráter consultivo, vinculado ao Comitê de Investimentos e Riscos, tem por objetivo desenvolver o projeto básico para contratação de prestadora de serviços de consultoria especializada para a elaboração, implementação e divulgação

de Manual Técnico de Perfis de Investimentos (cumprindo exigência dos regulamentos dos Planos ExecPrev e LegisPrev).

Foram realizadas três reuniões ordinárias, nas quais foram elencados os principais questionamentos sobre o tema e, conseqüentemente, a realização de benchmark junto a outras entidades fechadas de previdência complementar que adotaram perfis de investimentos.

COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética da Funpresp, instituída em maio de 2015, tem como objetivo principal orientar os integrantes da Fundação quanto ao cumprimento do Código de Ética e de Conduta, atuando de forma preventiva.

Os membros da Comissão de Ética são funcionários da Entidade, indicados pela Diretoria-Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo. É composta por três empregados titulares de cargo efetivo e seus respectivos suplentes. A comissão fez duas reuniões ordinárias em 2015.

ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS

Seguindo as melhores práticas em Governança, a Funpresp constituiu novas instâncias colegiadas: Comitê de Planejamento, Comitê da Gestão Eletrônica de Documentos, Comitê de Investimentos e Riscos; Subcomitê dos Perfis de Investimento e Comissão para Análise da Contratação do novo Sistema Integrado de Gestão Previdenciária.





No mês de setembro de 2015, os órgãos colegiados passaram a utilizar a Sala da Governança, ferramenta disponibilizada em área restrita do site da Fundação, implementada para aprimorar os processos de governança.

Na Sala da Governança são disponibilizados os documentos das reuniões dos órgãos colegiados, além de permitir a convocação das reuniões de forma eletrônica, eliminando, desta forma, o trâmite de documentos em meio físico.

ALTERAÇÃO NOS REGULAMENTOS

O Conselho Deliberativo aprovou as propostas formuladas pela Diretoria Executiva de alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev, que têm como objetivo, entre outros, a adaptação dos regulamentos às Leis nº 13.135/2015, que contempla as novas regras de pensão por morte para o Regime Próprio de Previdência Social, e nº 13.183/2015, que trata da adesão automática.

As propostas foram elaboradas por uma Comissão ad hoc para adequação dos Regulamentos e, após exame pela Diretoria Executiva, foram analisadas pelos Comitês Técnicos de Assessoramento dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev.

As propostas foram encaminhadas aos patrocinadores para ciência e concordância, e disponibilizadas aos participantes no site da Fundação (www.funpresp.com.br). Após retorno dos pa-

trocinadores, serão encaminhadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

CONVÊNIO DE ADESÃO COM DPU

O Conselho Deliberativo aprovou a minuta do Convênio de Adesão da Defensoria Pública da União ao Plano de Benefícios ExecPrev, que foi encaminhada para ciência e concordância do patrocinador. Na sequência, será enviado para apreciação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

A Defensoria Pública da União já constava do rol de patrocinadores do Plano ExecPrev, porém, vinculada ao Ministério da Justiça. A partir da autonomia funcional e administrativa, prevista na Emenda Constitucional nº 74/2013, houve a necessidade de assinatura de Convênio de Adesão específico.

TERMOS DE COMPROMISSO

Foram assinados os Termos de Compromisso, no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo, firmados com a Funpresp, com o objetivo de disciplinar os critérios e as condições nas quais o aporte financeiro a título de adiantamento de contribuições futuras, disposto no art. 4º, III, "a", do Decreto nº. 7.808, de 20 de setembro de 2012, será restituído ou compensado.

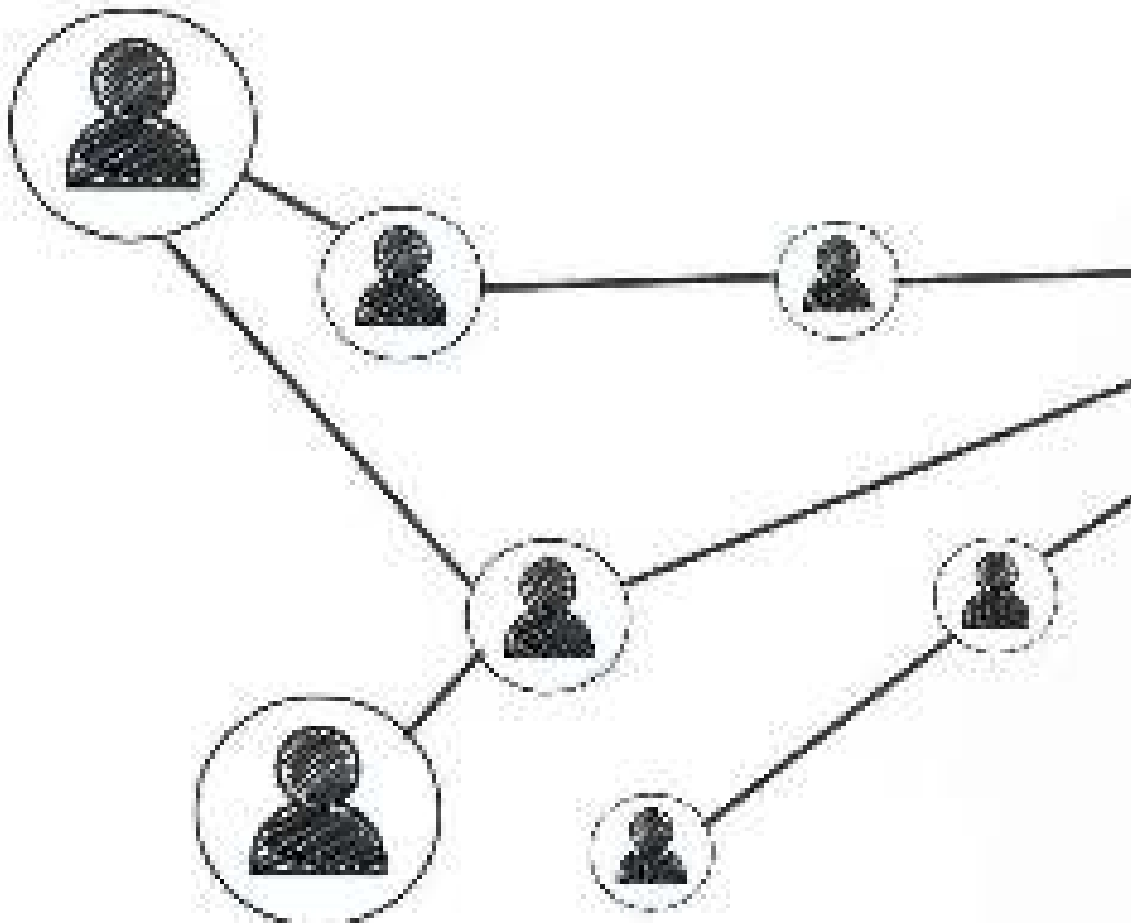
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS (RCI)

Emitido semestralmente pelo Conselho Fiscal, o Relatório de Controles Internos aprimora a governança da Fundação. Entre outras informações, a publicação

apresenta as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos. Também se refere à aderência das premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária.

A emissão do relatório pelo Conselho Fiscal atende à Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Um plano de adequação às recomendações do RCI foi elaborado para a Diretoria Executiva com posterior exame e deliberação do Conselho Deliberativo.

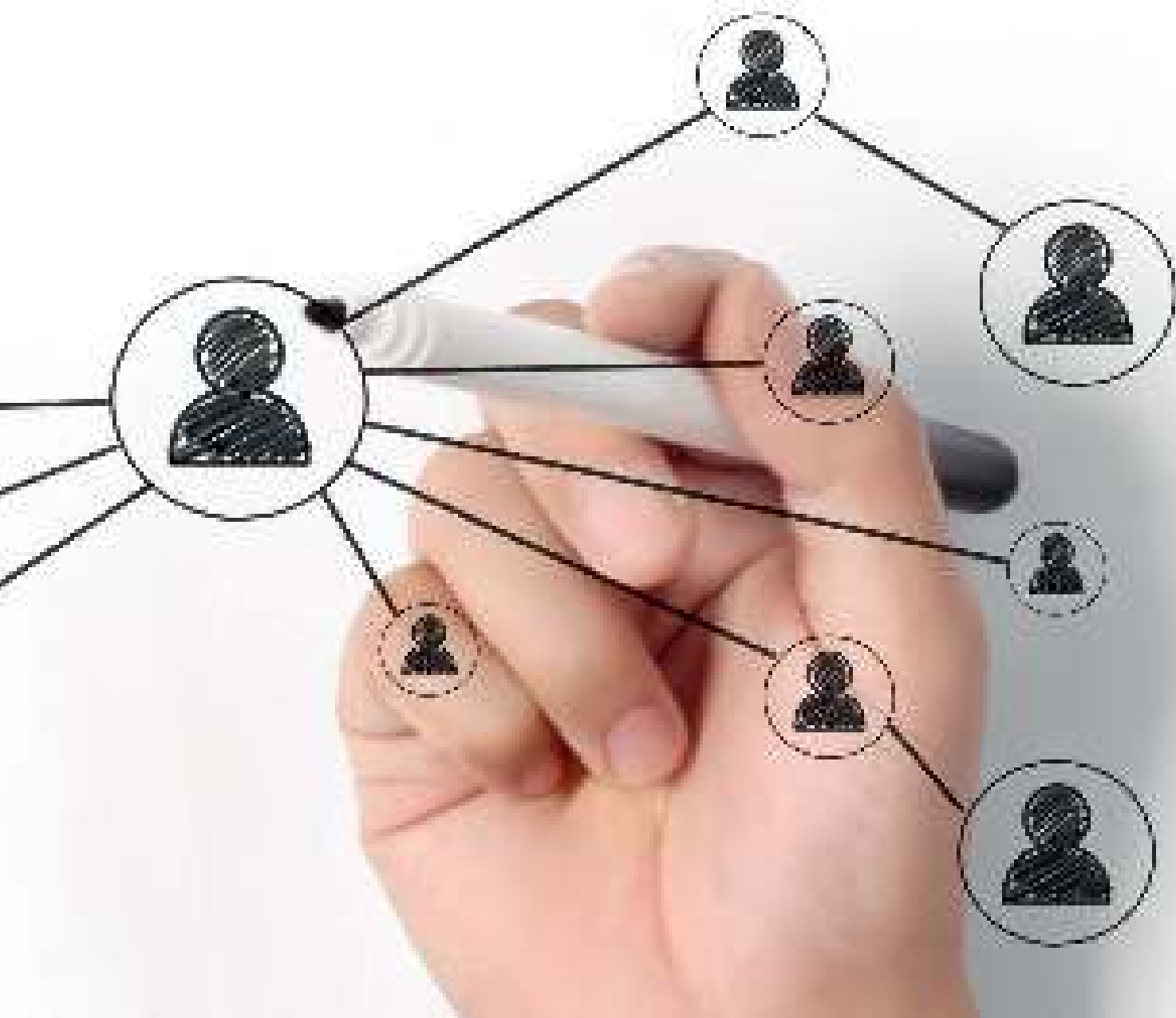


CRIAÇÃO DA GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E RISCOS

A Gerência de Planejamento e Risco (GEPRI) foi criada em 2015, alinhada com a Recomendação Previc contida no Relatório de fiscalização 2014, com a finalidade de estabelecer controles e gestão de riscos. É a gerência responsável por gerir as atividades de controle e a elaboração e acompanhamento do Planejamento

Estratégico da Funpresp, bem como por oferecer suporte a todas as áreas para elaboração dos Planos de Ação.

Suas principais atribuições estabelecidas na matriz de competência são: gestão e acompanhamento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação; mapeamento e normatização de processos; política de gestão da informação e gestão de documentos; e gestão de riscos corporativos, controles internos e conformidade.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Funpresp aprovou o seu Planejamento Estratégico, no qual constam a Missão, a Visão e os Valores que irão nortear as ações e atividades da Fundação até 2019.

O Planejamento Estratégico é um instrumento intertemporal de governança e gestão, que subsidia a decisão dos dirigentes e orienta as atividades dos gestores, de modo que estejam alinhadas com a estratégia global da Entidade.

A aprovação do documento pelo Conselho Deliberativo formalizou o marco para a execução das ações listadas no Plano de Ação da Fundação.

O Mapa Estratégico da Funpresp evidencia os desafios que a Entidade terá que superar para concretizar sua Missão e Visão de Futuro, e é demonstrado na Figura 02.

A Funpresp também atua em um esforço de educação e geração de cultura previdenciária, buscando informar e orientar sobre o tema, para que o servidor público federal detenha habilidades e conhecimentos necessários que o possibilite tomar as melhores decisões relacionadas à sua aposentadoria.

PLANO DE AÇÃO 2016

O Plano de Ação é resultado do processo de planejamento e contempla as ações, indicadores e metas, com detalhamento de cronograma, índice de execução e responsáveis para cada ação.

O documento foi elaborado a partir das concepções trazidas nos três seminários de planejamento realizados em 2015, que envolveram todos os dirigentes (conselheiros, membros dos Comitês e diretores) e gestores (gerentes e coordenadores). Ele foi construído junto às gerências, observando as diretrizes da Entidade diante da importância em se definir linhas de atuação para o enfrentamento dos desafios.

O Plano de Ação é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização trilhará, levando em conta a análise de ambiente interno e externo. Nesse contexto, foram estabelecidos indicadores estratégicos (visão macro) e indicadores de desempenho (visão gerencial) para aferir a performance das unidades vinculadas.

Figura 02 – Mapa Estratégico Funpresp



Fonte: Funpresp



INDICADORES DE GESTÃO

Esse processo assegura a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

Há um acompanhamento mensal dos indicadores estratégicos denominados “Si-

nais Vitais da Funpresp”, que monitora, entre outros, os índices de adesão, o orçamento, as despesas e receitas, a capacidade de atendimento aos participantes, a rentabilidade e demais parâmetros de compliance (conformidade de processos e atividades) da Fundação. A Tabela 01 demonstra os principais indicadores de gestão de 2015.

Tabela 01 – Indicadores de Gestão

Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
Solvência Atuarial	Ativo Líquido/Provisões Matemáticas	= ou > 1	EXEC 1,002 (dez/2015)
			LEGIS 1,00 (dez/2015)
Execução Orçamentária	(Valor Orçamento Executado/Valor Orçamento Disponibilizado) x 100	85 – 90%	77 % (2015)
Despesa Administrativa Per Capita – DPC	Total Despesas Administrativas / Total Participantes	< R\$ 1.618,41	R\$ 1.043,80 (2015)
	(Previ/BB R\$ 1.140,54; Bancos R\$ 975,44)		
Receita Administrativa Per Capita – RPC	Valor da taxa carregamento/Total Participantes	Ponto de Equilíbrio (RPC = DPC)	R\$ 354,72 (2015)
Ticket Médio	Valor total arrecadação mês/Nº participantes	Não se aplica	EXEC R\$ 310,80 (dez/2015)
			LEGIS R\$ 1.009,131 (dez/2015)
Taxa de Adesão	Nº de servidores que aderiram com salário > 20% do teto do INSS/servidores elegíveis RPC	55%	47% (fev/2013 a dez/2015)
Tempo Disponibilização Extrato – TDE	1) Prazo = (dia repasse + dias até efetivação contribuições);	Até 60 dias	51 dias e 67% de efetivação (nov/15)
	2) % Efetivação Patrocinadoras		
Tempo Médio de Atendimento – TMA	Somatório de dias de atendimentos internos/Atendimentos internos realizados	Até 20 dias	2,72 dias (dez/2015)
Ações Judiciais	Nº Decisões Favoráveis / Total Decisões Proferidas (91 ações)	Não se aplica	60,86% (dez/2015)
Compliance	(Nº recomendações atendidas no prazo/Total recomendações em acompanhamento) x 100	80%	78,95% (dez/15)

Fonte: Funpresp

O acompanhamento do Plano de Ação é trimestral, realizado pelo Comitê de Planejamento composto por um representante de cada Diretoria,

responsável pelos respectivos objetivos estratégicos. O Comitê pode propor a revisão das ações, se for o caso, a cada semestre.

GESTÃO DE PROCESSOS

Como medida estruturante, foi aprovada a arquitetura de processos da Funpresp, bem como o cronograma de mapeamento de processos a ser realizado pelas unidades.

A arquitetura de processo foi elaborada considerando o modelo de negócio, a estratégia e a organização lógica dos processos da Entidade, sendo divididos nos temas Suporte, Governança e Negócio, e decomposta em macroprocessos, processos e subprocessos desenvolvidos em cada área, constituindo-se em uma cadeia lógica.

O mapeamento de processos e a manualização de procedimentos são ferramentas importantes de organização, estabelecimento de padrões e de avaliação de processos.

Tem como objetivo promover eficiência operacional na execução das atividades, melhoria na tomada de decisões, confiabilidade de informações, efetivo controle de riscos e conformidade às leis, regulamentos e políticas de gestão.

A Funpresp está implementando uma

cultura de controles internos e gestão de riscos em todos os níveis hierárquicos, visando à adoção das melhores práticas do segmento de previdência complementar. O Planejamento Estratégico com foco em resultado, associado ao Orçamento e ao Plano de Ação, constitui importante ferramenta de uma gestão eficiente baseada em risco.

FISCALIZAÇÃO DO PATROCINADOR

Em atendimento ao artigo 20 da Lei nº 12.618, de 2012, e ao artigo 25 da Lei Complementar nº 108, de 2001, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em nome dos 202 patrocinadores do Executivo Federal, solicitou informações circunstanciadas da administração da Funpresp, por meio do Relatório de Gestão do exercício de 2015, nos termos do item 63, da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 134, de 2013.

Principais informações:

- demonstrações contábeis de 2015;
- contribuições pagas pelos patrocinadores e servidores participantes;
- aplicação dos recursos repassados e a conformidade com a legislação pertinente;
- avaliação da política de investimentos da entidade;
- conclusões contidas no relatório da auditoria independente; e
- demonstração do resultado atuarial no exercício de referência e conclusões do último estudo atuarial.



COMUNICAÇÃO COM PARTICIPANTES, PATROCINADORES E SOCIEDADE

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

A consolidação de diretrizes internas e de resultados da Fundação está diretamente ligada às áreas de Comunicação e Relacionamento, dada a relevância da divulgação e orientação aos públicos de interesse, principalmente servidores públicos, participantes, assistidos e patro-

cinadores. Além de divulgar a Funpresp em si, a comunicação é a ponte para a construção da imagem e da credibilidade da Entidade junto à sociedade.

Diante da diversidade de perfis e de distribuição regional dos participantes, o trabalho de comunicação foi realizado em 2015 em segmentos específicos e em canais diferentes, com a finalidade de alcançar o maior número de pessoas.

O principal desafio da Funpresp ainda é realizar uma comunicação eficiente para um público-alvo que possui características e culturas organizacionais próprias – são 125 carreiras de servidores em 205 patrocinadores.

FUNPRESP NAS REDES SOCIAIS

A comunicação digital se intensificou em 2015. A contratação, por licitação, de uma empresa de comunicação especializada contribuiu para o crescimento do fluxo de informações publicadas nas redes sociais, como Facebook, Twitter e YouTube. A página da Fundação no Facebook conta com mais de 4.500 curtidas. Ao longo do ano foram feitas 241 publicações. Entre as mais frequentes, foram disponibilizados vídeos e cards interativos, tornando o conteúdo mais atraente, dinâmico e completo.





ASSESSORIA DE IMPRENSA

As ações de assessoria de imprensa e marketing ampliaram a visibilidade da Funpresp, que teve destaque na imprensa em vários momentos de 2015. Com a sanção da Lei nº 13.183 de 2015, que instituiu a adesão automática para os planos administrados pela Fundação, foi desenvolvida a estratégia de divulgação realizada nos dias 05 e 06 de novembro de 2015.

Como resultado desse trabalho, obtivemos um fortalecimento da imagem institucional da Funpresp mensurada por aproximadamente 20 publicações de conteúdo positivo em veículos de destaque. Os principais exemplos são as matérias veiculadas no Valor Econômico, Correio Braziliense, Fato Online e Investidor Institucional, além dos sites de associações de servidores e blogs específicos de servidores.

Outra importante ação de imprensa que agregou valor à reputação da Entidade teve como resultado a publicação, no dia 02/12/15, de uma coluna sobre a Funpresp no Jornal Valor Econômico, redigida pelo editor-executivo do veículo, Cristiano Romero.

Em continuidade à tarefa de ampliar o posicionamento institucional da Entidade, foram produzidos materiais informativos para a imprensa especializada sobre a aprovação, pelo Conselho Deliberativo, do primeiro concurso para a contratação de quadro permanente da Fundação. Entre novembro e dezembro de 2015, a Fundação trabalhou o assunto em três etapas diferentes, de acordo com o desdobramento do tema concurso. Ao todo, foram realizadas cerca de 70 matérias a respeito do certame em veículos, como G1, Correio Braziliense, Folha Dirigida e JC Concursos.



PERIÓDICOS

A Funpresp produziu 16 boletins, sendo sete direcionados para os participantes e nove para os patrocinadores, que trataram de importantes temas, como orientações sobre a adesão automática; divulgação das Orientações Normativas para os RH (emitidas pelo Ministério do Planejamento); rentabilidade das carteiras de investimentos; serviços da Funpresp; detalhamentos sobre os regulamentos dos planos; e outros assuntos. O objetivo desses periódicos é a comunicação mais abrangente direcionada aos interesses dos participantes e patrocinadores em relação aos planos de benefícios.

IMPRESSOS

Para dar suporte às ações de divulgação e disseminação, foram produzidas 15 mil Cartilhas do Professor com uma versão mais atualizada, abrangendo também informações sobre o Participante Ativo Alternativo, com cartas-respostas contendo formulário de inscrição. Foram produzidos, ainda, impressos, como folders, cartazes e filipetas, para divulgação geral, além de todo o material de apoio à gestão e dos manuais do Participante ExecPrev (2ª edição) e do Patrocinador. O Estatuto da Funpresp teve a sua segunda edição impressa em 2015.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Desde junho de 2015, passou a circular o informativo “Acontece Funpresp”. Com periodicidade quinzenal, o boletim tem sido um importante instrumento de comunicação interna e de integração entre o corpo funcional da Entidade. A intranet, também lançada no ano passado, é outro espaço que promove a divulgação dos assuntos internos.



CAMPANHAS

Por meio de ações nas redes sociais e nos canais de comunicação da Funpresp e dos patrocinadores, a Funpresp realizou diversas campanhas, entre elas, sobre Contribuição Facultativa do Imposto de Renda. As ações de marketing também foram de suma importância na comunicação dos públicos-alvo.

Ao todo foram enviados 74 e-mails marketing em 2015, que trataram de diversos assuntos, entre os quais, informações sobre os planos, procedimentos de adesão automática, além de subsídios para públicos segmentados, como professores, servidores regidos exclusivamente pelo RPPS, mulheres e outros.



EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Foi lançado, no dia 11 de março de 2015, o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Funpresp (Prever), que ocorreu dentro da programação da 2ª Semana Nacional de Educação Financeira – Enef, do Ministério da Fazenda. No mesmo dia, foi lançado o Guia do Patrocinador do ExecPrev, elaborado para subsidiar os gestores de recursos humanos dos patrocinadores com informações claras e objetivas sobre o plano.

O Programa Prever tem por finalidade disseminar orientações sobre a previdência complementar e os planos de benefícios administrados pela Funpresp, especialmente, aos participantes e assistidos da Entidade.

ATENDIMENTO

A Funpresp disponibiliza o serviço Fale Conosco e a central telefônica 0800 282 6794, para um atendimento rápido e eficiente. Os dois canais viabilizaram um total de 7.181 atendimentos durante o ano, dos quais 2.572 concentrados apenas no último trimestre de 2015. Os assuntos mais tratados nas mensagens recebidas foram sobre adesão automática, acesso à Sala do Participante e Imposto de Renda.

RELACIONAMENTO COM O PATROCINADOR

A divulgação do tema “previdência complementar” foi intensificada no ano de 2015 nos locais de trabalho dos patrocinadores. Essa atividade foi feita por meio das Unidades de Recursos Hum-

nos/Gestão de Pessoas dos órgãos que facilitaram o atendimento personalizado. Também foram realizados workshops nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Fortaleza e Manaus, com a participação de 387 servidores da área de gestão de pessoas, além de palestras para servidores e montagem de estandes e atendimentos individuais e/ou em grupo. Para isso, a Funpresp apoiou mais de 50 ações, entre palestras, capacitações e treinamentos junto aos órgãos patrocinadores em 11 estados, oferecendo atendimento presencial para aproximadamente três mil servidores, promovendo e facilitando o processo de adesão.

PARCERIA NA DIVULGAÇÃO

Os Departamentos e Assessorias de Comunicação foram grandes parceiros na divulgação de informações. Os meios de comunicação internos, como intranet, e-mail institucional e boletins, replicaram notícias produzidas pela Funpresp e deram publicidade ao tema.

Com o canal direto com o público-alvo, a Fundação pode informar os participantes e servidores públicos que ainda não aderiram, sobre questões importantes. Foram divulgadas matérias sobre inscrição automática e adesão eletrônica, sobre a campanha da contribuição facultativa e também sobre o concurso público da Funpresp. Órgãos, como Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Advocacia-Geral da União, Banco Central e diversas Universidades Federais, colaboraram com a divulgação.

PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

O Grupo de Trabalho Permanente (GT), constituído entre a Funpresp e a Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGEP), formado desde 2013, tem sido fundamental para a implantação do Regime de Previdência Complementar (RPC) no Executivo Federal.

O GT trabalhou no levantamento de contribuições em aberto, decorrentes de problemas operacionais no SIGEPE, desde a criação da Fundação em 04/02/2013. O levantamento é importante quando busca recompor os saldos de contas dos participantes

e, ainda, garantir a contrapartida dos patrocinadores para os participantes Ativos Normais. Outra ação do GT, de impacto significativo, resultou nos ajustes efetuados no SiapeNet, para possibilitar a adesão automática para os servidores ingressos no serviço público a partir de 05/11/2015.

Em dezembro de 2015, a SEGEP realizou campanha direcionada aos servidores que ingressaram em cargo público entre os dias 04/02/2013 e 04/11/2015, com salário acima do teto do INSS (R\$ 4.663,75 em 2015). A ação realizada em dezembro de 2015, que consistiu em promover a adesão simplificada de forma eletrônica, resultou na adesão de 2.318 novos participantes ao ExecPrev.





SEGURANÇA JURÍDICA

A área jurídica atua no suporte consultivo necessário ao regular funcionamento da Funpresp, bem como na defesa judicial dos interesses da Fundação. No âmbito do contencioso judicial, a Entidade finalizou o exercício de 2015 com 87 ações judiciais, com tramitação em diversas unidades federativas, sendo 51 ações ajuizadas em 2014 e 36 em 2015, que abarcam especificidades relacionadas ao enquadramento no Regime de Previdência Complementar dos novos servidores públicos federais, inclusive com audiência realizada com Ministro do Supremo Tribunal Federal para tratar do tema.

No âmbito consultivo, destaca-se a orientação voltada a garantir que as práticas da Fundação, em matéria de licitações e contratos administrativos, estejam alinhadas à legislação perti-

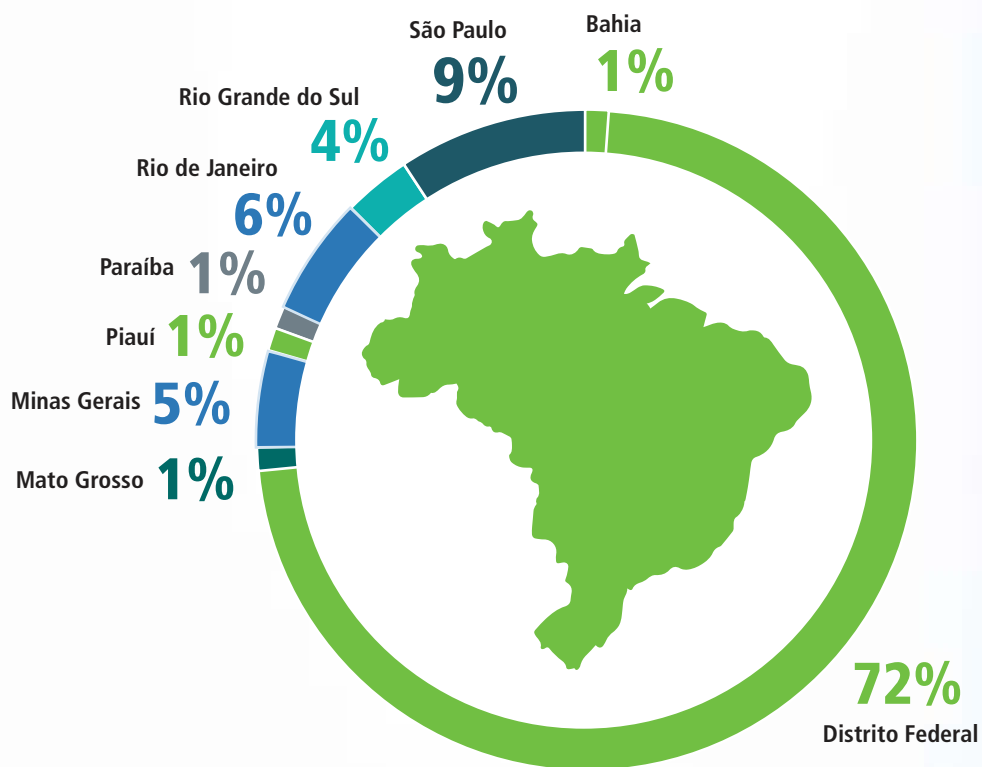
nente, à jurisprudência do Tribunal de Contas da União e aos pronunciamentos da Advocacia-Geral da União, que muitas vezes refletem os posicionamentos dos órgãos de controle.

A atribuição consultiva tem exigido o enfrentamento de temas complexos e importantes, tais como o credenciamento de instituições denominadas “dealers”, que são participantes do Selic, conceituadas como liquidantes no âmbito do referido sistema, a fim de realizar operações de intermediação, por conta e ordem da Funpresp, de títulos de emissão do Tesouro Nacional, para as operações em sua carteira própria; a contratação de instituição para a realização de concurso público; e a alteração dos Regulamentos do LegisPrev e do ExecPrev.

No Gráfico 01, demonstramos a distribuição dos processos judiciais por unidade da federação.



Gráfico 01 – Distribuição dos Processos Judiciais por Unidade da Federação



Fonte: Funpresp



ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE PESSOAS

A Funpresp conta com 81 profissionais em seu quadro de pessoal, sendo o quadro técnico composto de empregados aprovados no processo

seletivo simplificado. O crescimento do quadro vem ocorrendo de forma gradativa, conforme a necessidade e em função da expansão das atividades da Fundação, conforme representado na Tabela 02.

Tabela 02 – Quadro de Pessoal da Funpresp no ano de 2015

Comissionados (*)	
Diretores	4
Gerentes	14
Coordenadores	18
Subtotal	36
Técnicos	
Analistas	28
Assistentes	10
Cedidos CAIXA	7
Subtotal	45
Total geral	81

(*) cedidos: MF: RFB (2), STN (1), SPOA (1); MPOG: SOF (2); AGU (2); INSS (3); BACEN (1); ANVISA (1); MAPA (1); BB (1); CAIXA (2); SERPRO (1); MCTI (1); UFPE (1).

Fonte: Funpresp

Quanto aos cargos comissionados, 56% são ocupados por cedidos, sendo 45% por servidores públicos das patrocinadoras e 11% por empregados de empresas públicas. A escolha dos car-

gos comissionados se dá por meio de Processo Seletivo, onde se afere o conhecimento técnico, a vivência profissional e a capacidade de gerenciamento dos candidatos.

FORMAÇÃO DE QUADRO PERMANENTE

A partir da experiência com a contratação temporária, a Entidade elaborou seu Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, criando a carreira Técnica Previdenciária. A carreira foi estruturada de forma a propiciar condições motivacionais a partir da pactuação de metas, capacitação permanente e do crescimento na carreira com retribuição atrativa.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A Entidade celebrou o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho – ACT com os seus empregados com vigência para 1º de janeiro de 2015, firmado com o Sindicato dos Securitários do DF. A negociação foi realizada com comissão composta por seis empregados, culminando em acordo que regulamentou na implementação/manutenção de benefícios (auxílio e cesta alimentação, auxílio-creche, complemento do auxílio-doença,

ressarcimento de despesas com saúde), previsão de licenças e do abono assiduidade, parcelamento e adiantamento de férias, reconhecimento da relação homoafetiva, instituição do recesso de final de ano, entre outros. Em dezembro do mesmo ano, foi negociado o segundo acordo para 1º de janeiro de 2016, data-base dos empregados.

CONCURSO PÚBLICO

Em dezembro de 2015, foi lançado o Edital nº 1/2015, do concurso público para provimento do quadro efetivo, com a oferta de 62 vagas de emprego, sendo 45 para analista e 17 para especialista. O ingresso dos novos empregados está previsto para maio/2016. As vagas do concurso são demonstradas na Tabela 03.



Tabela 03 – Concurso Público Funpresp – Cargos por área

Áreas	Vagas
Conselho Deliberativo	
Auditoria	1
Secretaria Executiva	1
Diretoria Executiva	4
Presidência	
Gabinete	2
Jurídico	4
Comunicação e Relacionamento	6
Planejamento e Risco	1
Seguridade	
Atuária	6
Arrecadação	8
Investimentos	
Operações Financeiras	5
Controle dos investimentos	3
Planejamento e Pesquisa	2
Administração	
Gestão de Pessoas	4
Patrimônio e Logística	4
Contabilidade e Finanças	5
Tecnologia e Informação	6
Total geral	62
Total de especialistas	17
Total de analistas	45

Fonte: Funpresp

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

A Funpresp investiu, desde 2013, na formação continuada do seu corpo funcional, para o desenvolvimento de competências dos seus empregados e colaboradores, alinhadas às estratégias definidas para alcance dos resultados institucionais. Nesse sentido, a Entidade propicia qualificação especializada no segmento de previdência complementar, preparando os profissionais para assumi-

rem o papel adequado na execução das atividades sob sua responsabilidade e atuarem com melhor performance.

Como resultado da execução do Plano Anual de Capacitação em 2015, conforme demonstrado a seguir na Tabela nº 04, foram registradas 126 ações de capacitação, com o total de 2.026 horas/treinamento e uma média anual de 20,6 horas de treinamento por empregado, considerando um quadro funcional de 79 empregados (posição em dezembro de 2015) e 19 conselheiros e membros de Comitê.

Tabela 04 – Capacitações realizadas em 2015

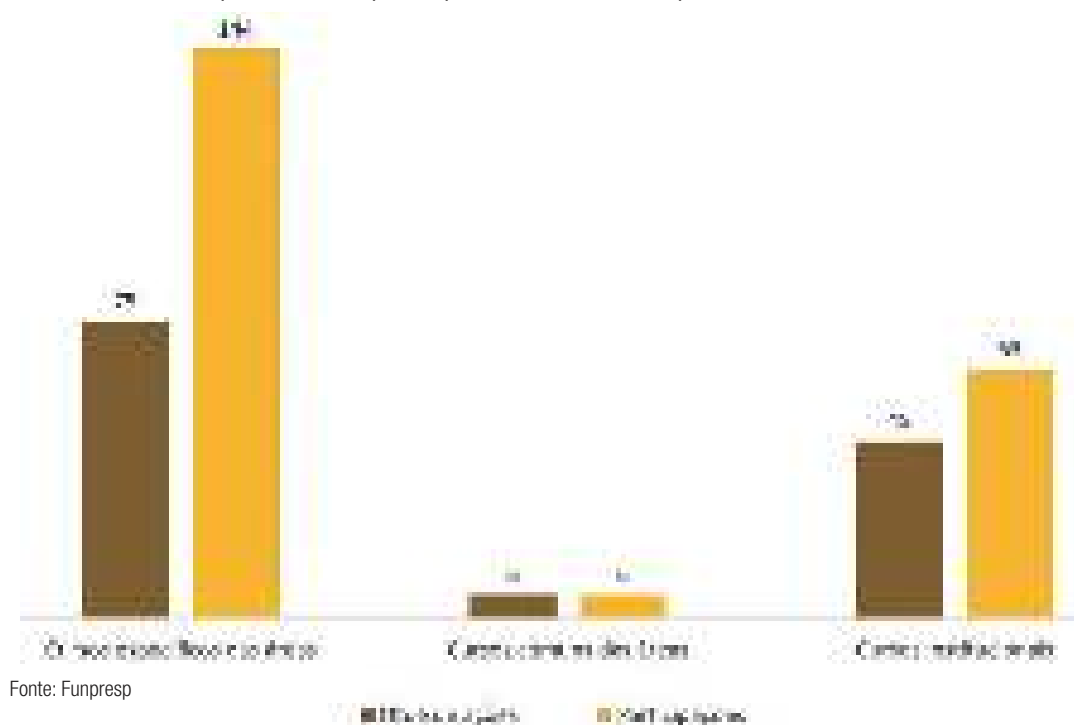
Áreas	Ações	Horas-aula
Presidência	26	454,5
Diretoria de Administração	35	545
Diretoria de Investimentos	32	402,5
Diretoria de Seguridade	18	304
Auditoria	5	142,5
Conselheiros	2	89
Comitês	8	89
	126	2.026

Fonte: Funpresp



O Gráfico 02 demonstra a distribuição das capacitações e a quantidade de empregados participantes da Funpresp nos cursos.

Gráfico 02 – Capacitações por tipo – Plano de Capacitação 2015



A Fundação investiu em curso voltado para a formação de conselheiros e gestores de entidades fechadas de previdência complementar. O curso ministrado pela UniAbrapp, na modalidade in company, contou com 64 horas aula e abordou sete disciplinas de interesse do segmento, quais sejam: gestão atuarial, gestão dos investimentos, aspectos jurídicos, governança, controles internos/riscos/auditoria, comunicação e relacionamento e análise das demonstrações contábeis. O curso teve a participação de 30 pessoas, entre conselheiros, membros de Comitês e profissionais das diversas diretorias.

Outros destaques foram as certificações de diretores e profissionais participantes do processo decisório dos investimentos, em atendimento ao disposto nas Resoluções CNPC nº 19, de 2015, e CMN números 3.792, de 2009, e 4275, de 2013.

Demonstrando a qualificação dos seus profissionais, a Funpresp teve destaque no 36º Congresso da ABRAPP, realizado em Brasília, no período de 07 a 09 de outubro de 2015, onde recebeu premiação decorrente da publicação do artigo “Adesão Automática é Política Pública”, de autoria de profissional da área jurídica da Fundação, e o recebimento do 6º Prêmio de Monografias Previc/Abrapp, com o tema “Fundo de Pensão na Garagem”, de autoria de gestores da área de seguridade e do diretor-presidente.

Com processo contínuo de qualificação, expansão e consolidação da Entidade, foi aprovado, no 4º trimestre de 2015, o Plano Anual de Capacitação para o ano de 2016, com base nas necessidades de capacitação de cada área e da Funpresp como um todo, considerando o Planejamento Estratégico.

Tabela 05 – Plano Anual de Capacitação 2016

Tipos	Ações	Empregados participantes	Horas-aula
Cursos específicos das áreas	62	86	1.254
Cursos comuns das áreas	22	391	1.165
Congressos e encontros	15	29	208
Certificações	18	18	0
Total	117	524	2.627

Fonte: Funpresp

LICITAÇÕES APRIMORAM A GESTÃO

Em 2015, a área de Logística da Fundação dedicou-se especialmente à realização de licitações essenciais para o crescimento e estruturação da Entidade. Foram realizadas 71 ações de contratação/aquisição, sendo 35 por inexigibilidade, 17 por dispensa, 2 por concorrência, 4 por pregão, 3 por adesões a atas de registro de preço e 10 termos aditivos de contratos já estabelecidos.

As ações de capacitação do quadro de pessoal da Fundação representam 31 das 35 contratações por inexigibilidade, firmadas majoritariamente com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP e com a Fundação Escola Superior do Minis-

tério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT. Outras três são relativas à certificação do quadro dirigente, como previsto na Resolução CNPC nº 19/2015.

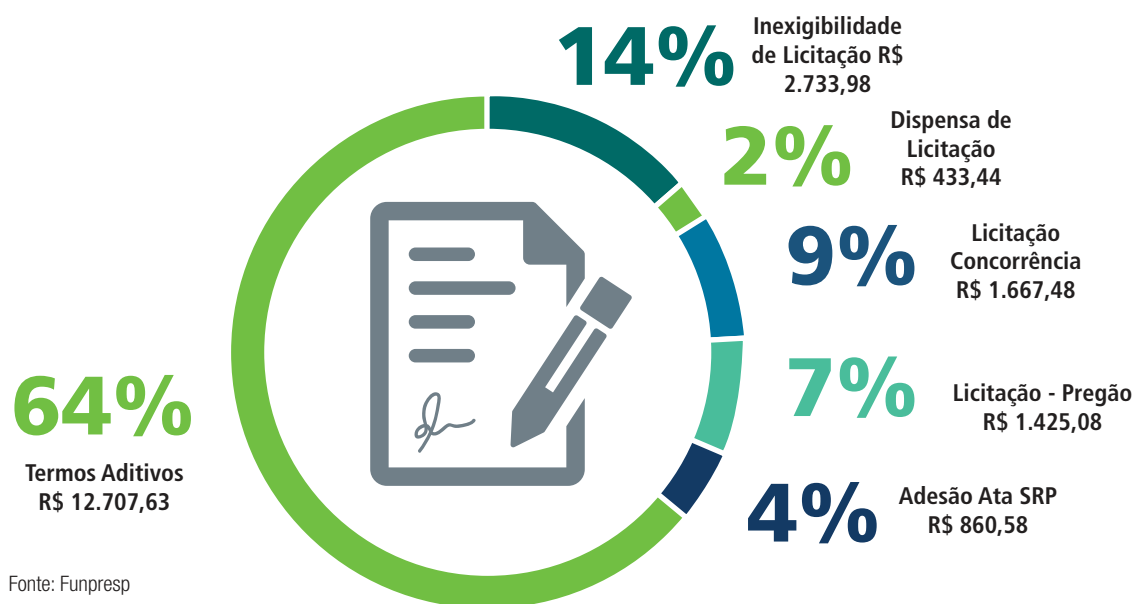
Para aprimorar a gestão dos investimentos, foram contratadas cinco instituições para atuarem na gestão da carteira terceirizada, mediante concorrência do tipo técnica e preço. Também foram credenciados cinco dealers por inexigibilidade, e licitada por pregão uma empresa de custódia e controladoria.

Para a área de Comunicação e Relacionamento foi contratada, na modalidade de concorrência técnica e preço, empresa de comunicação, com vistas a dotar a área de serviços de comunicação, atendendo melhor suas necessidades e as diretrizes estratégicas aprovadas pelo Conselho Deliberativo para a área.



O Gráfico 03 demonstra o detalhamento das contratações por modalidade, cujo valor total foi de R\$ 19,8 milhões distribuídos percentualmente.

Gráfico 03 – Contratações da Funpresp por modalidade em 2015 (Valores em R\$ mil)



Merece registro também a contratação do Cebraspe (antigo Cespe), responsável pela realização do concurso público. Embora tenhamos previsto um valor de R\$ 364.000,00 nesta contratação, a realização do concurso não impactou em nenhum custo para a Funpresp, em face do número de candidatos inscritos, e se deu por meio de dispensa, considerando

as características da entidade contratada.

Destaca-se, ainda, a reestruturação do espaço físico da Fundação, que compreendeu diversas contratações, incluindo a aquisição e montagem de 36 novas estações de trabalho. A reestruturação foi necessária para receber e acomodar adequadamente os novos empregados e colaboradores.



CONTABILIDADE E FINANÇAS

Os esforços na área em 2015 foram no sentido do aperfeiçoamento e consolidação dos modelos de gestão orçamentária, financeira e contábil.

Nas áreas financeira e contábil, o objetivo foi criar e aperfeiçoar controles e procedimentos, de forma a tratar adequadamente o aumento no volume e complexidade de transações e informações relacionadas à arrecadação previdenciária.

A razão desse processo foi a expressiva evolução das adesões e o aumen-

to da complexidade da operação da Fundação, tendo em vista o aumento do quadro de pessoal. O crescente volume de contratos, de pagamentos e movimentações financeiras em geral, decorrentes das atividades previdenciárias e administrativas da Entidade, também gerou a necessidade de aperfeiçoamento de controles e procedimentos internos da área contábil e financeira da EFPC.

A Tabela 06 demonstra a evolução da realização desde o início da Fundação, o Orçamento para 2016 e o Orçamento Plurianual Projetado até 2019.



Tabela 06 – Evolução do Orçamento da Funpresp (Realizado e Projetado) R\$ mil

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Realizado	Realizado	Realizado	Orçamento	PPA	PPA	PPA
Receitas	6.354	15.618	20.797	32.742	37.820	40.072	44.416
Taxa de Carregamento s/ contribuições	455	2.841	7.666	10.669	16.155	22.070	26.226
Receita de Aplicação Financeira	4.522	8.148	5.741	7.473	5.200	4.050	3.571
Pró-Labore	-	-	63	90	94	98	103
Utilização da Reserva Financeira	1.378	4.629	7.327	14.510	16.371	13.854	14.516
Despesas Administrativas	6.354	15.618	20.797	32.742	37.820	40.072	44.417
Pessoal e Encargos	3.755	8.999	13.339	17.609	20.570	22.570	26.204
Sustentação de TI	1.333	3.067	4.138	6.619	8.617	8.274	8.528
Comunicação, Eventos e Relacionamento	199	468	850	2.673	2.931	3.063	3.201
Funcionamento da Unidade	840	2.125	1.323	3.803	3.801	3.969	4.145
Despesas Administrativas	129	233	450				
Despesas de Administração e Gestão	65	151	147	1.299	1.032	1.133	1.127
Despesas Relacionadas às Receitas	32	575	550	739	869	1.063	1.212
Antecipação da Contribuição Futura	77.810	73.181	65.854	51.344	34.973	21.118	6.603

(*) PPA: Plano Plurianual
Fonte: Funpresp

O processo de elaboração orçamentária para 2016 foi participativo e alinhado aos planos estratégicos previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo, especialmente nas áreas de TIC e Gestão de Pessoas. Por outro lado, o aperfeiçoamento técnico levou ao desenvolvimento de metodologias próprias para projeção de adesões e das receitas previdenciárias, além da regulamentação de conceitos e modelos de gestão e acompanhamento orçamentário.

O orçamento aprovado teve um crescimento de 10% nas despesas totais em relação ao orçado em 2015, reforçando assim o crescimento gradual da Entidade.

ESTRUTURAÇÃO DA EFPC

A criação de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) é uma tarefa complexa pela necessidade de planejamento da estrutura necessária

ao funcionamento do fundo de pensão. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, a Entidade deverá ter uma estrutura mínima de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, além de pessoal técnico especializado nas áreas de seguridade, atuária, investimentos e contabilidade. É preciso também a contratação de sistemas e tecnologia para operação dos planos de benefícios, entre outras aquisições, como serviços de auditoria e de infraestrutura.

A criação de uma EFPC envolve custos iniciais de instalação bem superiores ao que pode ser cobrado dos primeiros participantes. Portanto, é necessário um nível de despesas superiores às receitas administrativas na instituição de uma entidade até se chegar a um determinado nível de adesão de participantes ao plano de benefícios, quando é possível alcançar um grau de equilíbrio das contas administrativas.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA FUNPRESP

Para viabilizar a criação e o funcionamento da Funpresp, foi necessário que a União fizesse, em caráter excepcional

(R\$ 48,8 milhões pelo Executivo e R\$ 25 milhões pelo Legislativo), aporte a título de adiantamento de contribuições futuras. Esse dispositivo legal foi criado em atendimento à exigência da Lei Complementar nº 108, de 2001, que impede o patrocinador público de fazer dotação inicial e/ou limita o custeio administrativo de forma paritária junto com os participantes e assistidos.

Em síntese, o início de funcionamento de uma EFPC é sempre difícil e gera muitas obrigações, por isso o crescimento das despesas administrativas atinge um determinado patamar crescente no começo e se estabiliza na sequência das atividades. As receitas administrativas, ao contrário, são pequenas no início e evoluem com a escala da operação, ou seja, ficam dependendo da maior quantidade de participantes e do volume de arrecadação.

As receitas administrativas, para fazerem frente aos custos para o funcionamento da Fundação, são originadas em taxas repassadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos, conforme definição do Conselho Deliberativo da Funpresp, e hoje vigoram conforme abaixo:

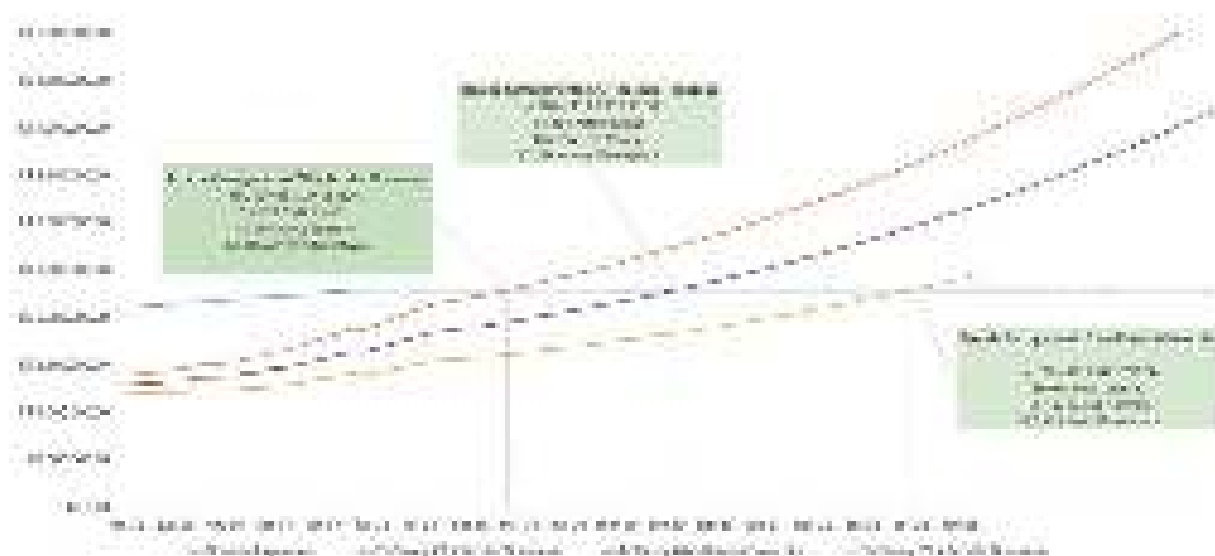
1. taxa de carregamento: 7% sobre as contribuições mensais;
2. taxa de administração: 0% sobre a reserva individual;
3. taxa sobre contribuição facultativa e portabilidade de entrada: 0%;
4. contribuição administrativa: 2,5% sobre o benefício mensal pago ao assistido e 0% sobre a reserva individual do Benefício Proporcional Diferido.

PONTO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO NOS PRÓXIMOS ANOS

O adiantamento de contribuições futuras (R\$ 73,8 milhões) será devidamente

corrigido e compensado após a Funpresp atingir o ponto de equilíbrio financeiro (breakeven point), quando as receitas administrativas são equivalentes às despesas administrativas para suas operações, como pode ser visto no Gráfico 04.

Gráfico 04 – Ponto de Equilíbrio Financeiro (breakeven point) Projetado da Funpresp



Considerando a taxa de carregamento de 7%, em vigor desde a criação da Funpresp. Para os cenários de taxa de carregamento de 6% e 5%, os pontos de equilíbrio estão previstos para set/20 e set/22, respectivamente.

Fonte: Funpresp

Pela evolução das atividades da Funpresp, atualmente o breakeven será atingido em **abril de 2019**, quando a Entidade tiver, segundo projeções, **55.510 mil participantes**, e, a partir de então, poderá começar a devolver as contribuições que foram antecipadas.

A legislação da previdência complementar permite a cobrança de até 9% de taxa de carregamento e 1% de taxa de administração. A Funpresp

é uma entidade sem fins lucrativos e visa prestar serviços e atendimento da melhor qualidade aos participantes. Sabemos que a prática de mercado das EFPC já maduras utiliza uma taxa de carregamento em torno de 4% e 5%, entretanto para a Fundação alcançar esse patamar é preciso que se estruture para ganhar em escala. A perspectiva é a de que isso ocorra nos próximos anos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área de Tecnologia da Informação da Funpresp desenvolveu três principais linhas de ação: apoio às áreas de negócios, visando otimizar o trabalho e aperfeiçoar o atendimento ao participante; desenvolvimento de novas soluções tecnológicas; e estudo e planejamento do novo modelo de solução integrada de gestão previdenciária, envolvendo sistema e parque tecnológico próprio da Fundação.

O atual sistema de gestão previdenciária (SGPREV) foi aperfeiçoado. As mudanças propiciaram consideráveis melhorias nos processos de trabalho com redução de riscos operacionais e mitigação de problemas de integração entre sistemas.

PORTAL FUNPRESP

A implantação da certificação digital possibilitou a disponibilização de conteúdo seguro no portal institucional, que passou a adotar mecanismos de segu-

rança capazes de garantir autenticidade, criptografia, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas publicadas. Isso significa que o site da Funpresp está mais prático para a Fundação e mais seguro para os participantes.

AMBIENTE EXCLUSIVO PARA O PARTICIPANTE

A Sala do Participante, área de acesso restrito, passou por evoluções, dentre as quais, destacam-se: escolha de percentual de contribuições, alíquota de tributação e solicitação de desistência para os participantes provenientes da adesão automática; e melhoria de segurança no processo de autenticação de usuários e senhas.

AMBIENTE INTERNO

A plataforma Sala de Governança foi disponibilizada em 2015 com os documentos internos utilizados nas reuniões de órgãos estatutários, tais como: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria



Executiva e Comitês, permitindo o controle e consulta dos arquivos. Essa funcionalidade gerou significativa redução de custos de impressão de material, assim como melhor gestão de processo de trabalho.

O Sistema de Gestão de Demandas – SGD também foi introduzido ano

passado, estruturado a partir do Catálogo de Serviços prestados e baseado no acordo de nível de serviço – SLA. O SGD possibilita maior previsibilidade no atendimento das demandas das áreas de negócio da Funpresp e resolutividade da área de TI.





SEGURIDADE

Gerir os Planos de Benefícios, promovendo e monitorando o equilíbrio e a solvência atuarial, e dirigir as atividades de cadastro de participantes e assistidos, arrecadação de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários são as principais atribuições da área de seguridade da Entidade.

Em 2015, destacamos o crescimento considerável no número de participantes, que foi impulsionado pela parceria com uma companhia seguradora, por meio de contrato firmado com a Funpresp, com os objetivos de terceirização dos riscos e captação de participantes. A adesão eletrônica proporcionou a filiação ao plano ExecPrev de forma rápida e segura. Além disso, a adesão automática, aprovada pelo Congresso Nacional, em novembro de 2015, também contribuiu para o crescimento da Funpresp.

CONFIANÇA DO PARTICIPANTE

Os participantes dos planos de benefícios da Fundação têm demonstrado cada vez mais confiança na gestão da aposen-

tadoria complementar corroborada pelo número expressivo de portabilidades de recursos de outros planos para a Entidade, além das contribuições facultativas recebidas através de aportes específicos dos participantes.

MAIS PORTABILIDADE

A portabilidade entre os fundos de previdência privada garantiu à Funpresp a movimentação de um volume financeiro superior a R\$ 6 milhões em menos de três anos. Somente até dezembro em 2015, os recursos portados bateram a cifra dos R\$ 3,20 milhões. Um total de 148 participantes realizou a portabilidade nos primeiros anos da Funpresp.

Os números da portabilidade mostram a credibilidade da Entidade junto aos participantes que resolveram realizar a troca do gestor das aplicações de sua previdência complementar. Dentre os motivos que impulsionam a movimentação de recursos estão a ausência de taxa de administração sobre os recursos portados e a vantagem fiscal.

Tabela 07 – Evolução das Portabilidades recebidas na Funpresp

	em R\$ mil			
Descrição	2013	2014	2015	Total 2013-2015
Participantes	11	69	68	148
Entidades	9	25	29	-
Valor (R\$ mil)	287,3	3.088,3	3.020,2	6.395,7

Fonte: Funpresp

Evolução das adesões

Em 2015, a Funpresp registrou a adesão de 21.612 participantes, sendo 21.417 (99%) do plano ExecPrev (18.266 ativos normais e 3.151 ativos alternativos) e 195 (1%) do plano LegisPrev (190 ativos normais e 5 ativos alternativos).

O Gráfico 05 demonstra a evolução das adesões nos planos de benefícios administrados pela Funpresp.

Alguns fatores contribuíram para que o desempenho em 2015 superasse mil adesões mensais. Os servidores se apropriaram mais do tema previdência complementar e os processos internos foram aprimorados. Em julho de 2015, por exemplo, a Funpresp acertou com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), órgão central do Sistema de Pessoal Civil do Poder Executivo (Sipe) novo procedimento, que possibilitou a implementação em lote na folha de pagamento das adesões captadas diretamente pela Fundação. Esse procedimento mitigou os riscos de implantações atrasadas, ocorridas anteriormente, devido a processos distintos adotados pelas áreas de gestão de pessoas.

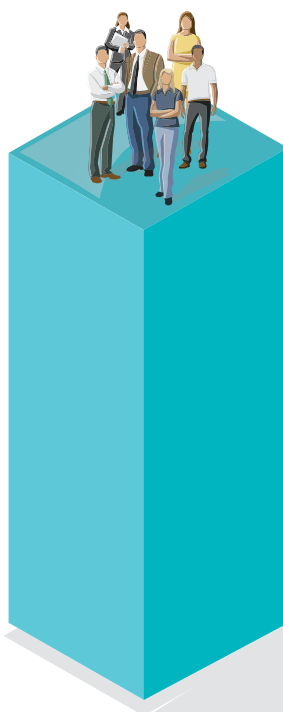




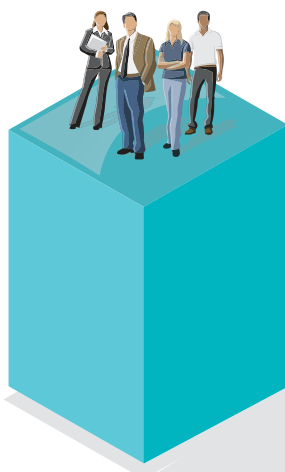
21.612



9.112



2.233



2013

2014

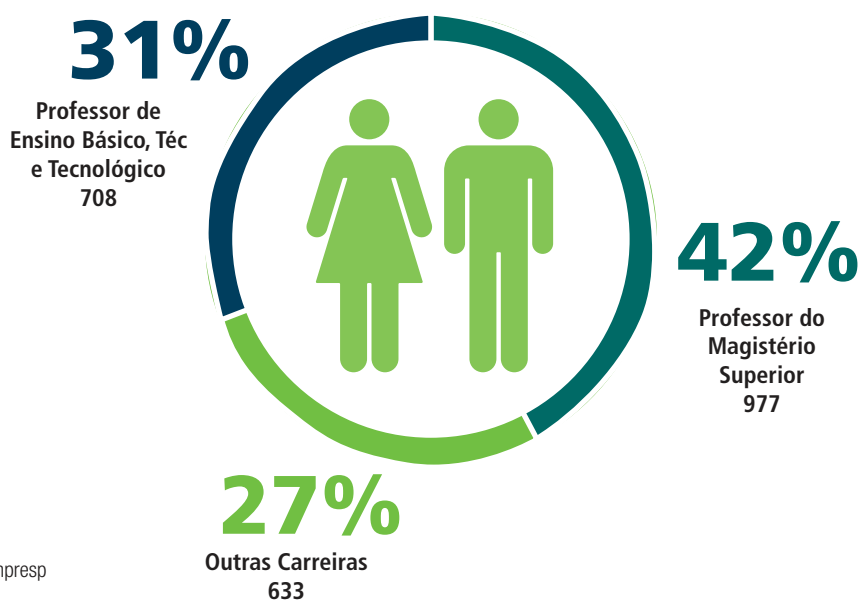
2015

PROFESSORES DIZEM SIM À FUNPRESP

Na evolução das ações para facilitar um processo ágil e seguro de adesão, em dezembro de 2015, a Fundação recebeu 2.318 novas adesões, fruto da campanha intitulada Adesão Eletrônica, realizada em conjunto com o Ministério do Planejamento e regulamentada pela Orientação

Normativa nº 09, da Secretaria de Gestão Pública – SEGEP. A adesão eletrônica consistiu em uma ação com o propósito de ofertar a inscrição no Plano ExecPrev aos servidores com remuneração acima do teto. O Gráfico 06 destaca a expressiva adesão dos professores universitários e de Institutos Federais de Ensino, que representaram mais de 70% do total dessas adesões eletrônicas.

Gráfico 06 – Adesões Eletrônicas por Cargo/Carreira na Funpresp



PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA IMEDIATA PARA O SERVIDOR

A sanção da Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, instituiu a adesão automática para os servidores que ingressam nos órgãos da administração direta, autarquias e fundações federais a partir de sua publicação.

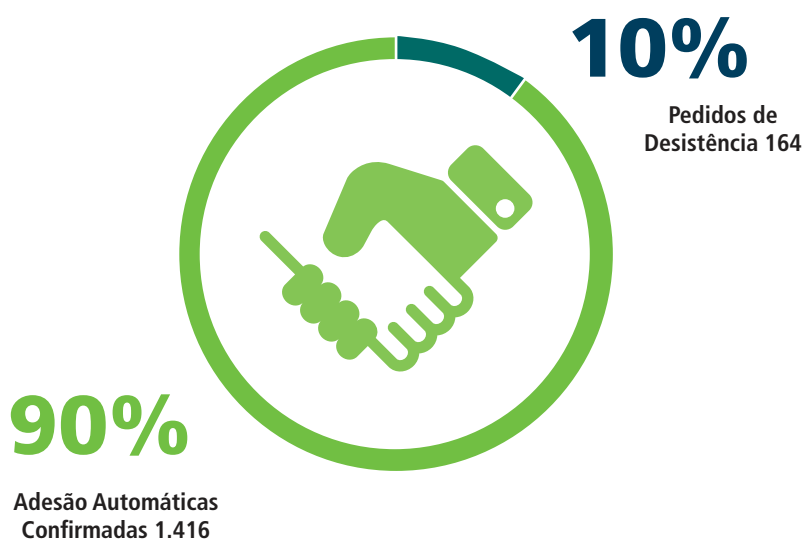
Com a adesão automática, o servidor que ganha acima do teto do INSS (R\$

5.189,82 em 2016) passa a usufruir imediatamente da paridade de contribuição do órgão patrocinador e da proteção e cobertura dos benefícios não programados de invalidez, pensão por morte e longevidade. O servidor tem um prazo de 90 dias para desistir da adesão (caráter facultativo). Neste caso, ele terá as contribuições ressarcidas com correção monetária pelo IPCA/IBGE. As contribuições do patrocinador também são devolvidas.

De 04 de novembro a 31 de dezembro de 2015, foram registradas 1.416 adesões automáticas. Os primeiros resultados, com apenas 164 pedidos de desistências dos participantes que entraram nesse período, já apontam para experi-

ências internacionais bem-sucedidas. Na visão da Funpresp, a adesão automática é um grande estímulo para promover e fomentar a formação de poupança previdenciária, necessária em um país que vive uma transição demográfica acelerada.

Gráfico 07 – Adesões Automáticas x Pedidos de Desistência na Funpresp



Fonte: Funpresp



PERFIL DAS ADESÕES

Um dos principais indicadores monitorados pela Funpresp é a taxa de adesão. A metodologia utilizada para esse levantamento é a relação das adesões sobre a quantidade de ingressos de servidores admitidos no serviço público federal após 04/02/2013 que se enquadram no regime de previdência complementar.

Esse perfil contempla a comparação das adesões sob diversos critérios como, por exemplo, entre órgãos e carreiras, por gênero, faixas etária e de renda, unidades da federação, dentre outras variáveis.

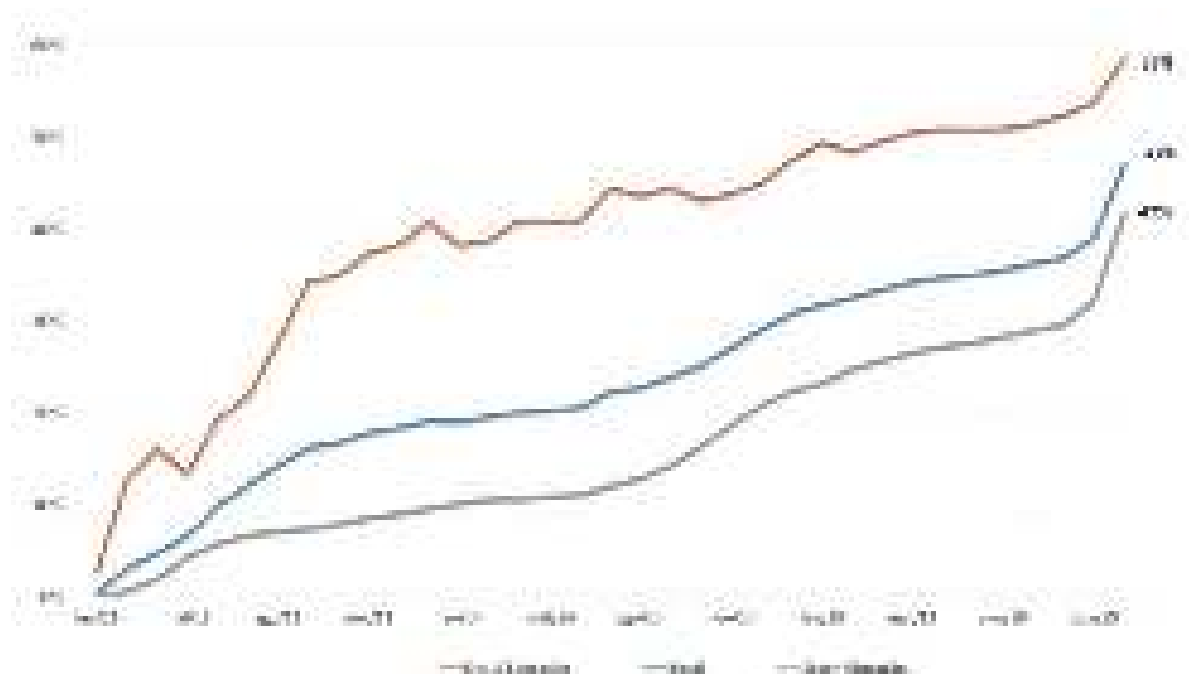
A seguir apresentamos algumas das variáveis que consideramos de maior relevância para conhecer nossos participantes.

PARTICIPANTES ATIVOS NORMAIS

Considerando que a propensão a aderir aumenta de acordo com a renda, quanto maior o valor que o servidor recebe acima do teto do RGPS/INSS, maior a chance de repor essa diferença ao se aposentar. O Gráfico 08, a seguir, apresenta um recorte de renda equivalente a 20% acima do valor do teto (R\$ 5.596,50).

De acordo com o gráfico, verifica-se uma trajetória crescente da taxa de adesão de Ativos Normais desde fevereiro de 2013, chegando a 47% em dezembro/15 para servidores com renda acima de R\$ 5.596,50. Desconsiderando a área de Educação, a taxa chegou a 59% em dezembro de 2015.

Gráfico 08 – Taxa de Adesão à Funpresp (*)



(*) Servidores com renda acima 20% do teto
Fonte: Funpresp

Vale destacar que a taxa de adesão na área de Educação tem apresentado considerável melhoria desde meados de 2014 e alcançou 42% em 2015, fruto das ações específicas de orientação e informação realizadas pela Funpresp, direcionadas para o segmento.

PARTICIPANTES POR FAIXAS DE RENDA E DE IDADE

A distribuição da taxa de adesão por faixa de renda mostra que os servidores com maior remuneração têm mais interesse na complementação de sua contri-

buição previdenciária. Para aqueles que ganham acima de R\$ 10 mil, a taxa de adesão foi de 55% em dezembro de 2015, e para a faixa acima de R\$ 14 mil a taxa atingiu 71%.

Por faixa etária, os dados têm apontado equilíbrio das taxas de adesão dos servidores de 25 até 54 anos (entre 41% e 42%). O Distrito Federal, como já esperado, apresenta a maior taxa de adesão dentre todas as unidades da federação. O DF tem 62% de adesões sobre os ingressos, seguido de São Paulo (54%), Santa Catarina (45%) e Minas Gerais (43%).

Gráficos nº 09 a 12 – Perfil dos Participantes da Funpresp até dezembro de 2015

Gráfico 09 – Adesões por faixa de remuneração

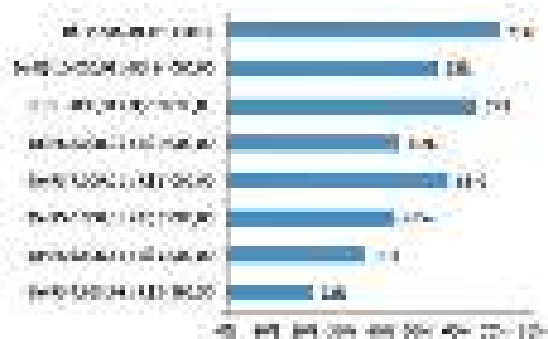


Gráfico 10 – Adesões por faixa etária

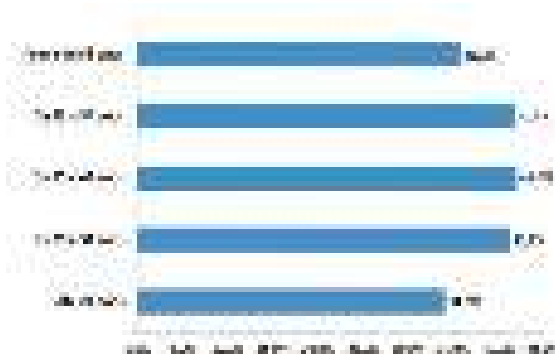


Gráfico 11 – Adesões por gênero

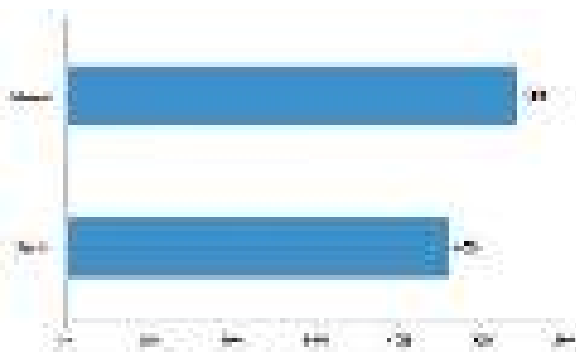
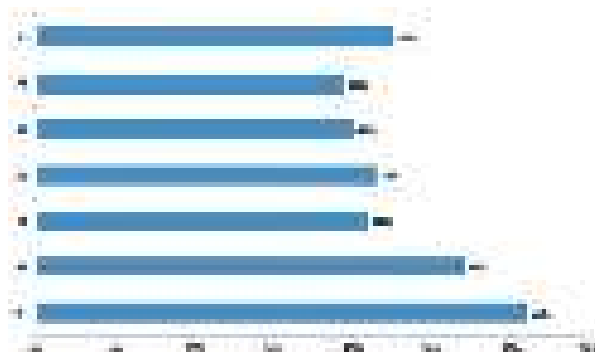


Gráfico 12 – Adesões por UF



PARTICIPANTES POR GÊNERO

As taxas de adesão por gênero indicam um relativo equilíbrio entre homens (54%) e mulheres (46%). O Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários – FCBE destina uma parcela das contribuições à cobertura dos benefícios de risco, de longevidade e dos benefícios programados para grupos especiais com tempo de contribuição diferenciado no RPPS, dentre os quais as mulheres. Servidores em atividades de risco e professores de nível médio e fundamental também recebem essa cobertura.

TAXAS DE ADESÃO POR PATROCINADOR

A Tabela 05 apresenta o ranking das 15 maiores taxas de adesão de participantes Ativos Normais, segundo órgão (patrocinador) de lotação do servidor. A metodologia contempla os percentuais de adesão com relação empossados x adesões à Funpresp. Destaque para a Controladoria-Geral da União (91,8%), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (90,2%), Agência Nacional de Saúde (84,4%) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (79,8%).

Tabela 08 – 15 Maiores Taxas de Adesão por Patrocinador à Funpresp

Patrocinadores	% adesões
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	91,8%
MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE À FOME	90,2%
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	84,4%
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	79,8%
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	79,2%
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	78,7%
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	77,4%
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	76,9%
FUND. COORD. APERF. PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	76,4%
BANCO CENTRAL DO BRASIL	75,5%
MINIST. DO DESENV. INDUST. E COMER. EXTERIOR	72,9%
SUP. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	72,1%
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	69,3%
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	67,9%
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	67,0%

Fonte: Funpresp

Nota: órgãos com mais de 50 ingressos e taxas de adesão acima de 35%.
Ativos Normais do ExecPrev por patrocinador

PARTICIPANTES POR CARREIRA

Seguindo a mesma linha, na Tabela nº 08, apresentamos as 15 maiores taxas de adesão por carreira funcional, algumas delas de natureza transversal, em que os servidores são lotados em vários ór-

gãos distintos. Destaque para as taxas de adesão da carreira de analista de Infraestrutura (88,2%), analista de Finanças e Controle (86,1%) e de tecnologista e analista do IBGE, analista técnico de Políticas Sociais e procuradores da Fazenda Nacional, ambas com 84% de adesão.

Tabela 09 – 15 Maiores Taxas de Adesão por cargo/carreira à Funpresp

Cargo/carreira	% adesões
ANALISTA DE INFRAESTRUTURA	88,2%
ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE	86,1%
ANALISTA PLAN. GEST. INF. INFOR. GEOG. ESTATI.	84,7%
ANALISTA TÉCNICO DE POLÍTICAS SOCIAIS	84,5%
TECNOL. INF. GEOGRÁFICA ESTATÍSTICA	84,3%
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL	84,3%
ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR	83,4%
ESP. EM REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	82,5%
ESPECIALISTA EM FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO	79,3%
TEC. EM REG. E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	78,7%
DIPLOMATA	78,6%
ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	77,9%
ADVOGADO DA UNIÃO	76,5%
ANALISTA DO INMETRO	74,3%
PESQ. TECNOLÓGICA EM INFORMAÇÕES	74,0%

Fonte: Funpresp

Nota: órgãos com mais de 50 ingressos e taxas de adesão acima de 35%.

Ativos Normais do ExecPrev por patrocinador

ADESÃO DE PARTICIPANTES ATIVOS ALTERNATIVOS RPPS CRESCE 707%

Outro sinal relevante que reforça a credibilidade crescente dos servidores públicos federais na Funpresp é o crescimento de 707% na adesão como participantes ativos alternativos dos servidores que são regidos e mantêm o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e que tomaram posse no serviço público antes de 04/02/2013, ou seja, têm aposentadoria acima do teto do INSS (integral ou proporcional – Média de 80%). O número de participantes nesta condição passou de 217 em 2014 para 1.752 participantes em 2015, sendo, em sua maioria,

professores do Magistério Superior, técnicos do Seguro Social e professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Vale destacar que esses servidores permanecem no RPPS em que foram empregados, contratando com a Funpresp um plano de aposentadoria complementar nos moldes de um PGBL em uma instituição financeira, com a vantagem de menor custo, inclusive para a contratação de proteção para invalidez ou morte.

O perfil desse participante é demonstrado a seguir nas tabelas nº 10 e 11.

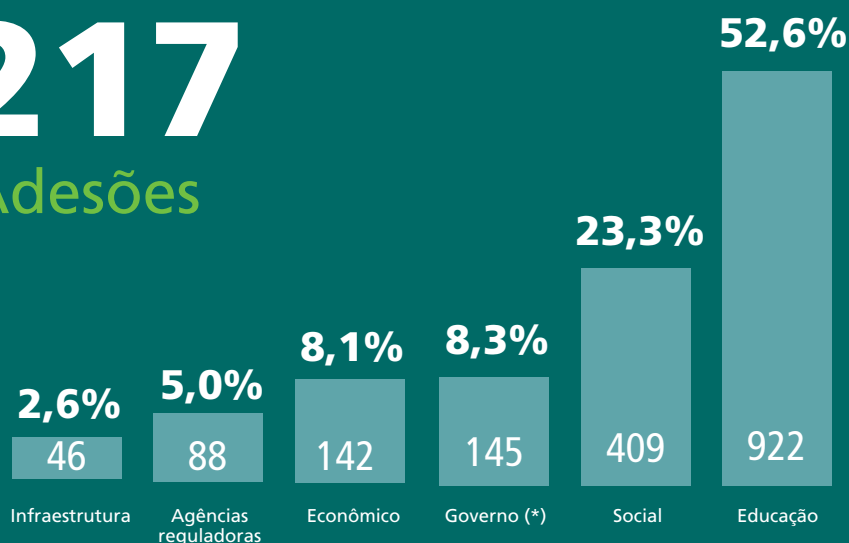
2014



217

Adesões

Tabela 10 – Perfil dos Participantes Ativos Alternativos RPPS por área



(*) Casa Civil, AGU, CGU, MJ e outros
Fonte: Funpresp

Gráfico 13 – Evolução das Adesões – Participante Ativo Alternativo**2015**

1.752

Adesões

Tabela 11 – Perfil dos Participantes Ativos Alternativos RPPS por remuneração

Faixa de remuneração	Quantidade	Porcentagem
Até R\$ 4.663,75	415	23,7%
De R\$ 4.663,76 a R\$ 5.596,50	139	7,9%
De R\$ 5.596,51 a R\$ 6.000,00	103	5,9%
De R\$ 6.000,01 a R\$ 7.000,00	193	11,0%
De R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00	84	4,8%
De R\$ 8.000,01 a R\$ 9.000,00	97	5,5%
De R\$ 9.000,01 a R\$ 10.000,00	61	3,5%
De R\$ 10.000,01 a R\$ 14.000,00	475	27,1%
R\$ 14.000,01 em diante	185	10,6%

ARRECADAÇÃO

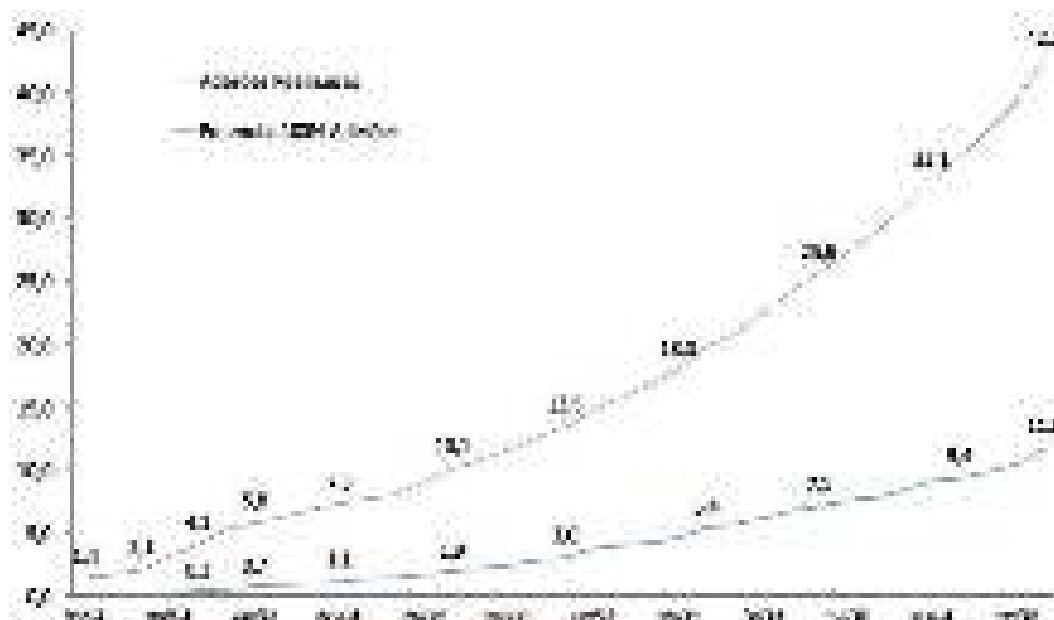
Em fevereiro de 2013, quando a Fundação iniciou suas atividades, o Convênio de Adesão firmado entre o MP e a Funpresp, listava 203 órgãos (administração direta, autarquias e fundações) que poderiam se constituir patrocinadores dos planos de benefícios. De quatro órgãos ativos no início de 2013, chegamos a 185 patrocinadores que recolheram mensalmente as contribuições à Funpresp. O aumento de participantes e patrocinadores teve como consequência o aumento da arrecadação. Em dezem-

bro de 2015, chegou-se a R\$ 11,8 milhões. Considerando o período desde a criação da Funpresp, há 2 anos e 10 meses, foram arrecadados R\$ 142,8 milhões em contribuições. Apesar do expressivo crescimento, o potencial de arrecadação é muito maior.

Um exercício hipotético em que se considera uma taxa de adesão de 100% dos novos servidores com remuneração acima do teto, desde fevereiro de 2013, a arrecadação acumulada, excluída a rentabilidade do período, poderia ter sido de R\$ 578,9 milhões (Gráfico 14).



Gráfico 14 – Arrecadação



Fonte: Funpresp

TEMPO MÉDIO DE ADESÃO

Outro indicador importante que tem refletido a confiança dos participantes é o tempo médio de adesão. O Gráfico 15 mostra que, em 2013, após ingressar no

serviço público, o servidor levou, em média, 426 dias para solicitar a sua adesão. Em 2014, a média caiu para 234 dias e, em 2015, para 96 dias. Com a adesão automática, esse indicador cai para zero no caso dos participantes ativos normais.

Gráfico 15 – Tempo Médio de Adesão à Funpresp



Fonte: Funpresp

PLANOS DE BENEFÍCIOS EXECPREV E LEGISPREV

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA COM MAIS SEGURANÇA

Os Planos ExecPrev e LegisPrev são estruturados na modalidade de Contribuição Definida – CD, onde os benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual, mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios. A modalidade CD considera o resultado líquido da aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos pelo participante.

BENEFÍCIOS E INSTITUTOS

A Fundação oferece, adicionalmente, aos participantes Ativos Normais benefícios não programados, como aposentadoria por invalidez, pensão por morte e sobrevivência, custeados pelo Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários – FCBE, de natureza coletiva. Além disso, há os institutos previdenciários em caso de perda de vínculo funcional com o patrocinador, como o resgate, a portabilidade, o benefício proporcional diferido e o autopatrocinio, conforme descrito na Tabela 12.

Tabela 12 – Benefícios e Institutos dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev

Benefícios (07)	Aposentadoria normal
	Aposentadoria especial
	Aposentadoria por invalidez
	Pensão por morte do participante Ativo Normal
	Pensão por morte do participante Assistido
	Benefício por sobrevivência do Assistido
	Benefício suplementar
Institutos (04)	Portabilidade
	Resgate
	Benefício proporcional diferido
	Autopatrocinio

Fonte: Funpresp

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A Fundação paga três benefícios de pensão por morte a cinco beneficiários. Em relação aos institutos, foram solicitados, em 2015, 90 resgates, 15 autopatrocínios e uma portabilidade de saída,

em virtude da cessação do vínculo funcional do participante com o órgão patrocinador. Na Tabela 13, demonstramos os benefícios concedidos e os institutos solicitados no ano de 2015.

Tabela 13 – Benefícios concedidos e Institutos Previdenciários solicitados em 2015 – ExecPrev

Benefícios concedidos	Institutos solicitados		
	Autopatrocínio	Resgate	Portabilidade de saída
Pensão por morte			
3	15	90	1

Fonte: Funpresp



Na Tabela 14, pode-se observar as taxas de custeio do Plano de Benefícios ExecPrev para o Participante Ativo Normal.

Tabela 14 – Plano de Custeio dos Planos Previdenciários ExecPrev e LegisPrev

Total	Plano ExecPrev		Plano LegisPrev	
	Contribuição 17%	100%	Contribuição 17%	100%
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)	3,66%	21,53%	4,03%	23,71%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal (AEAN)	0,69%	4,06%	0,74%	4,35%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria por Invalidez (AEAI)	1,02%	6,00%	0,78%	4,59%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Ativo (AEMAt)	0,54%	3,18%	0,78%	4,59%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Assistido (AEMAss)	0,06%	0,35%	0,05%	0,29%
Benfício por Sobrevivência do Assistido (BSA)	0,95%	5,59%	0,99%	5,83%
Oscilação de Risco (OR)	0,40%	2,35%	0,69%	4,06%
Taxa de Carregamento	1,19%	7,00%	1,19%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	12,15%	71,47%	11,78%	69,29%
Total	Contribuição 16%	100,00%	Contribuição 16%	100%
FCBE	3,66%	22,88%	4,03%	25,19%
Taxa de Carregamento	1,12%	7,00%	1,12%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	11,22%	70,12%	10,85%	67,81%
Total	Contribuição 15%	100,00%	Contribuição 15%	100%
FCBE	3,66%	24,40%	4,03%	26,87%
Taxa de Carregamento	1,05%	7,00%	1,05%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	10,29%	68,60%	9,92%	66,13%

Fonte: Funpresp

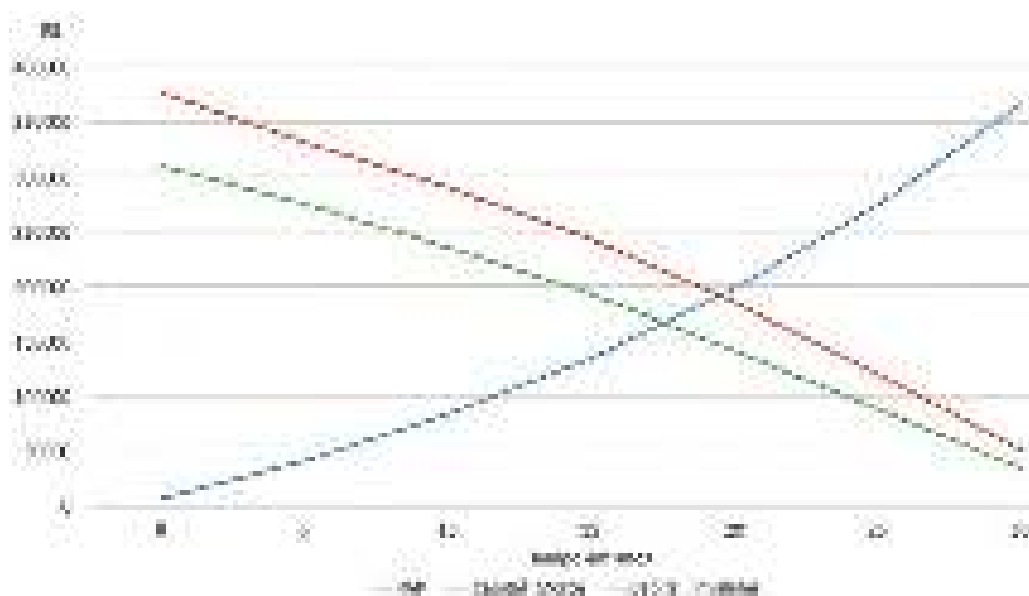
SEGURO PARA COBERTURA DOS RISCOS DE MORTE E INVALIDEZ

Para mitigar os riscos atuariais do FCBE, a Funpresp celebrou, em 2014, contrato de proteção com uma seguradora, transferindo parcialmente as obrigações desse fundo. Dessa forma, através de pagamento de prêmios mensais com recursos oriundos do FCBE, a Fundação repassa à seguradora parte dos riscos com os benefícios decorrentes

da morte e invalidez dos participantes Ativos Normais.

Por meio da transferência do risco, as obrigações decorrentes dos benefícios de invalidez e morte são compartilhadas igualmente entre a Fundação e a seguradora, até determinado limite contratual (R\$ 700 mil para cada participante). O risco absorvido pela Fundação é consideravelmente reduzido, bem como a variabilidade dos valores necessários de reserva, preservando a estabilidade financeira e atuarial dos planos.

Gráfico 16 – Capital Segurado x Reserva Acumulada do Participante – RAP



Essa medida é muito significativa, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento dos planos, uma vez que as reservas individuais dos participantes ainda não possuem acumulação considerável. Sendo assim, à medida que as contas individuais dos participantes cresçam, a necessidade da terceirização do risco diminui, conforme ilustrado no Gráfico 16.

PARCELA ADICIONAL DE RISCO – PARTICIPANTES ALTERNATIVOS

Em relação aos participantes Ativos Alternativos, o seguro contratado compreende a transferência da integralidade dos riscos de morte e invalidez, sendo os respectivos prêmios mensais custeados

exclusivamente pelos participantes que optaram pela contratação da Parcela Adicional de Risco – PAR. Alguns exemplos de preços do seguro para os Ativos

Alternativos são apresentados na Tabela 15, que correspondem a prêmios devidos para cada R\$ 100 mil de cobertura, dependendo da idade do participante.

Tabela 15 – Exemplos de preço do seguro para o participante Ativo Alternativo – Contratação da Parcela Adicional de Risco/PAR

Capital segurado: R\$ 100mil		
Idade	Invalidez (R\$)	Pensão p/ morte (R\$)
30	9,24	10,54
35	10,40	12,74
40	12,89	18,63
45	17,94	33,32
50	27,85	56,35

Fonte: Funpresp

Até dezembro de 2015, 2.118 participantes Ativos Alternativos contrataram o seguro por morte com capital médio de R\$ 365 mil e prêmio médio de R\$ 61,19.

Em relação ao seguro por invalidez, 2.258 participantes Ativos Alternativos contrataram a cobertura com capital médio de R\$ 473 mil e prêmio médio de R\$ 59,31.

Tabela 16 – Seguro por Morte e Invalidez – Participante Ativo Alternativo – Dez/15

	Seguro por Morte	Seguro por invalidez
Número de contratações	2.118	2.258
Capital segurado médio	R\$ 365.084,33	R\$ 472.516,61
Prêmio médio mensal	R\$ 61,19	R\$ 59,31

Fonte: Funpresp

ALTERAÇÃO DOS REGULAMENTOS DOS PLANOS

A Funpresp realizou estudo técnico dos regulamentos dos planos de benefícios, identificando e propondo as adequações necessárias, principalmente, em relação às mudanças trazidas pela Lei nº 13.135, de 2015, que restringiu a concessão da pensão por morte no RPPS, além de questões operacionais identificadas como necessidade de adequação regulamentar.

Entre as melhorias propostas, destacam-se a possibilidade de contratação de cobertura facultativa para os riscos de morte e invalidez por todos os participantes dos planos (atualmente, somente o participante Ativo Alternativo pode contratar o seguro para uma cobertura adicional), a redução de carência para a Portabilidade e a opção de saque de 25% da reserva individual exclusiva do participante no momento da concessão do benefício previdenciário.

Em relação a questões operacionais, a alteração de maior relevância refere-se à fórmula de cálculo dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte dos participantes Ativos Normais. O objetivo é manter no cálculo da média apenas as bases de contribuição ao regime de previdência social da União e ao regime de previdência complementar do servidor público da União, diminuindo o custo operacional e agilizando o

processo de concessão de benefícios.

As propostas já foram analisadas pela Diretoria Executiva, pelos Comitês de Assessoramento Técnico dos Planos, bem como aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Atualmente, após análise dos órgãos centralizadores dos patrocinadores do Poder Executivo (MF-MP), serão enviadas à Previc para aprovação, com posterior vigência das alterações nos regulamentos. O Legislativo ainda está analisando as mudanças no LegisPrev.

Principais alterações dos regulamentos dos Planos Previdenciários da Funpresp:

- cobertura Adicional de Risco para o AN/Ativo Normal (invalidez e morte);
- data de repasse das contribuições pelo patrocinador;
- inadimplência – definição do CD/Conselho Deliberativo;
- DIB/Data Inicial do Benefício: data de protocolo do requerimento na Funpresp-Exe;
- 13º benefício: correspondente a 1/12 do valor do benefício, por mês de efetivo recebimento;
- erro no pagamento do benefício: reter até 30% do valor do benefício;
- autopatrocinado e vinculado: requisito para aposentadoria – 65 (H) e 60 (M);
- saque de até 25% da reserva do participante AN no momento da concessão;
- Aposentadoria por invalidez e pensão por morte – Fórmula: média 80% RPUiã + RPUiã;
- habilitação tardia de beneficiários: produz efeito financeiro a partir da apresentação na Funpresp-Exe;
- Cessação do vínculo: resolução do CD nº 21/2013;
- portabilidade: carência de 1 ano, com exceção para RPC do servidor público; sem carência para o participante que tem recursos portados; e
- tempo de filiação e não tempo de serviço no patrocinador para resgate dos recursos.

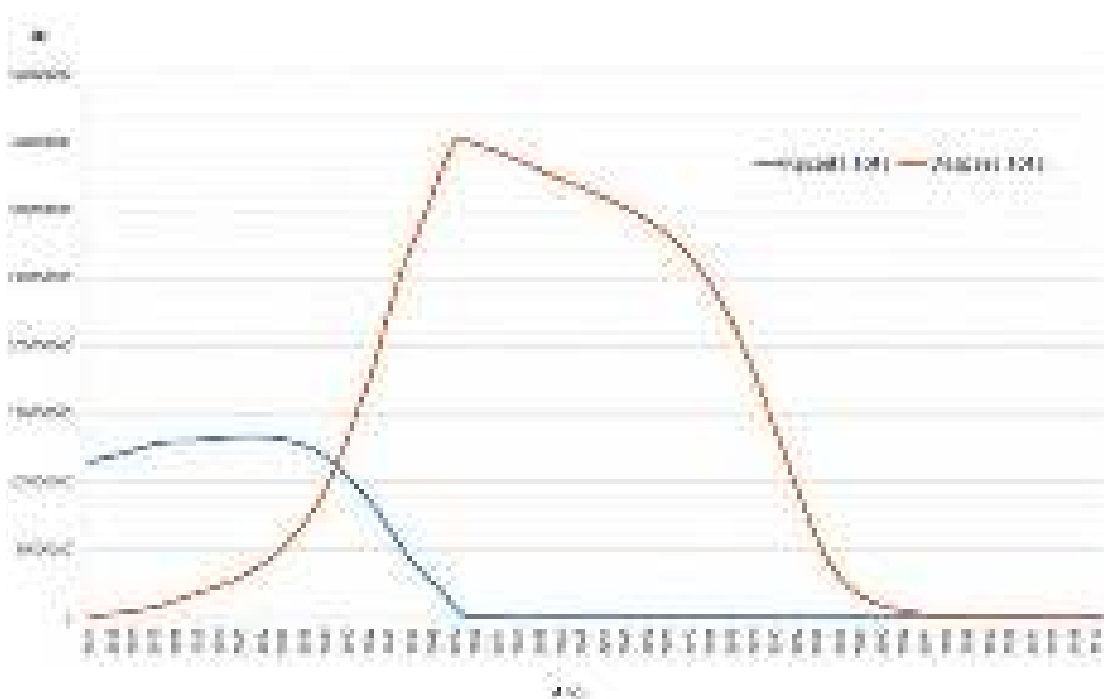
SOLVÊNCIA

Os planos previdenciários da Funpresp não estão sujeitos a desequilíbrios atuariais por serem de contribuição definida. Ou seja, os benefícios programados são função direta dos saldos de conta acumulados pelos participantes. Além disso, o FCBE faz a cobertura de benefícios não programados ou de risco, mantendo os planos em equilíbrio constante. Atualmente, o participante forma sua reserva previdenciária com contribuições de 7,5%, 8,0% ou 8,5% do seu salário de participação.

O plano de custeio está limitado a 17% de alíquota de contribuição, considerando a contribuição paritária do patrocinador, no caso dos participantes Ativos Normais. Para os benefícios de risco (invalidez e morte) do participante Ativo Normal, os percentuais de contribuição sobre os salários de participação são de 3,66% e 4,03% – percentuais incluídos na contribuição total máxima de 17%, respectivamente para os planos ExecPrev e LegisPrev.

Adicionalmente, a Fundação não necessitou, em 2015, de liquidez nos seus investimentos, garantindo assim a sua

Gráfico 17 – Solvência do Plano ExecPrev



Fonte: Funpresp

solvência financeira. As receitas correntes com a arrecadação foram bem superiores às despesas com pagamento de benefícios, ensejando em acúmulo crescente de recursos previdenciários, cenário este que deve se repetir ainda no longo prazo, (ver gráficos nos 17 e 18) dado o tempo de funcionamento dos planos de benefícios.

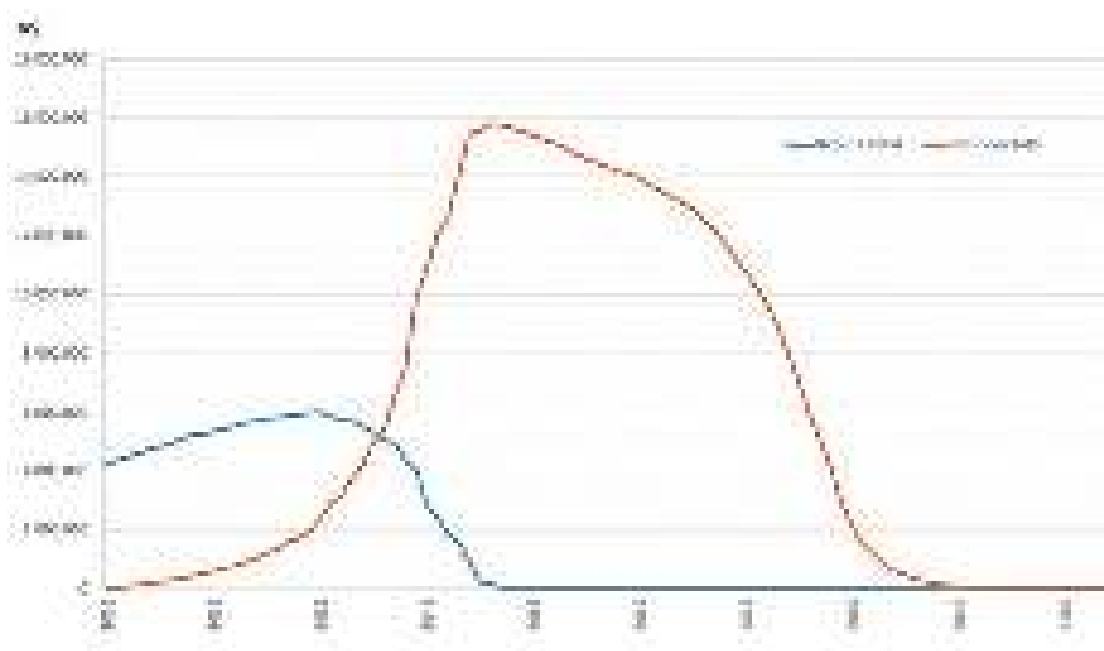
AUDITORIA ATUARIAL

Para o encerramento do exercício de 2015, a Fundação contratou consultoria técnica especializada com o

objetivo de fazer (segunda opinião) avaliação atuarial dos planos de benefícios de encerramento do exercício de 2015.

De acordo com o parecer da consultoria, a avaliação atuarial elaborada pelo atuário interno, responsável pelos planos administrados pela Funpresp, representa adequadamente a situação atuarial de equilíbrio dos planos. O Plano de Custeio definido para 2016 está de acordo com as práticas atuariais adotadas no Brasil.

Gráfico 18 – Solvência do Plano - LegisPrev



Fonte: Funpresp



INVESTIMENTOS

CONJUNTURA ECONÔMICA EM 2015

O cenário econômico em 2015 mostrou-se especialmente desafiador, tanto no escopo internacional quanto no âmbito doméstico. Diferentemente do que ocorreu durante a crise mundial de 2008, a desaceleração econômica em 2015 atingiu com maior gravidade os países emergentes.

RECUPERAÇÃO NA ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2015, observaram-se sinais de recuperação econômica, ainda amena, nos Estados Unidos e Reino Unido. A área do Euro e o Japão mantiveram-se em território neutro, sem crescimento robusto, contudo sem sinais contundentes de fraqueza. Na Europa, a Grécia foi a exceção dessa tendência, especialmente em meados de 2015, quando se intensificaram temores quanto à solvência do país. Nesse período, observou-se forte volatilidade nos preços dos ativos mundiais, que reagiram à possível contaminação de uma eventual renegociação da dívida soberana grega junto aos bancos credores europeus.

Em relação à China, permaneceu o tom negativo em 2015, quando a desaceleração econômica e o forte recuo do mercado acionário chinês provocaram efeitos sobre as expectativas de crescimento no resto do mundo, dadas as dimensões atuais da economia chinesa e sua forte integração com as maiores economias mundiais, dentre elas o Brasil.

Diante desse contexto, em 2015 houve forte queda dos preços das commodities nos mercados internacionais, e que ajudou a sustentar as economias emergentes durante a crise de 2008.

Do ponto de vista financeiro, as atenções dos investidores internacionais em 2015, assim como no ano anterior, voltaram-se para a condução da política monetária nos EUA. Não obstante os sinais de recuperação no mercado de trabalho local, o comportamento da inflação observado ao longo do ano no país, bem como os temores relacionados ao cenário global, resultaram na manutenção da taxa básica de juros no patamar mínimo ao longo de quase todo ano. Finalmente, em dezembro de 2015, o banco central americano iniciou o processo de nor-

malização de sua política monetária, com leve aumento dos juros, os quais permaneciam inalterados desde 2008.

Conclui-se que a economia global em 2015, apesar do baixo crescimento, foi levemente mais favorável aos países com maior nível de desenvolvimento do que aos emergentes, estes mais afetados pela queda nos preços de suas commodities.

ECONOMIA BRASILEIRA

Foi um ano desafiador para a economia brasileira, marcado por ajustes econômicos gerados por um ambiente internacional assinalado pela queda dos preços das commodities e forte valorização das moedas dos países centrais.

A condução da política monetária passou por um ciclo contracionista ao longo do ano, com o objetivo de promover o realinhamento dos preços domésticos. O processo de ajuste nos preços, entretanto, mostrou-se longo, o que resultou em índices de inflação ainda elevados ao fim do ano passado, ainda que haja expectativa de acomodação já no primeiro semestre de 2016.

No mercado financeiro doméstico, o ano foi marcado por forte volatilidade, advinda do contexto internacional e também de eventos que afetaram mais diretamente o mercado brasileiro, sobretudo no segundo semestre do ano. Cabe mencionar, como principal deles, o rebaixamento da nota de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco em setembro e em dezembro/2015. Como resultado, houve depreciação do Real e dos preços dos títulos públicos federais, o que, no caso da Funpresp afetou a parcela de investimentos marcadas a mercado.

Um dos destaques dos ajustes econômicos iniciado em 2015 foi a melhoria nos indicadores relativos ao setor externo brasileiro, com forte ajuste no déficit em conta corrente. O movimento foi impulsionado pela depreciação do Real, que atingiu a marca de 47% no ano.

EVOLUÇÃO NA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS PELA FUNPRES

Houve grandes avanços em 2015, com aprimoramento institucional e diversificação dos instrumentos de gestão dos recursos oriundos dos planos administrados pela Fundação.

Até o final de 2014, os investimentos dos recursos eram integralmente realizados por meio da gestão terceirizada, representada por fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.618, de 2012.

Com o objetivo de diversificar a gestão de investimentos, e à luz da referida Lei, a Funpresp iniciou, ainda em 2014, processo licitatório para a contratação de administradores terceirizados, estrutura que foi concluída entre junho e julho de 2015 e permitiu à Fundação, além de contar com maior gama de gestores terceirizados, implementar a carteira de investimentos de gestão própria, conforme demonstrado na Figura 03.

A carteira própria foi composta inicialmente com transferência, nos dias 29 e 30 de junho de 2015, de parcela do estoque de títulos públicos federais, até então alocados junto às carteiras de investimentos dos fundos geridos pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Em 1º de julho de 2015, efetivou-se o início da nova estrutura de gestão terceirizada, resultante da Concorrência nº 001/2014¹, por meio da primeira alocação de recursos nos novos fundos constituídos e administrados pelo Itaú Unibanco, Banco Santander Brasil

e Western Asset Management. Estes passaram a compor a gestão terceirizada da Funpresp, juntamente com os fundos já existentes, sob administração do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal², que também participaram da referida concorrência.

Figura 03 – Estrutura de Investimentos da Funpresp vigente a partir de 01/07/2015



Fonte: Funpresp

Com isso, a gestão de investimentos passou a contar, a partir do segundo semestre, com estrutura mais adequada ao cresci-

mento do volume de recursos arrecadados pelos planos administrados pela Funpresp.

¹ O Edital da Concorrência nº 001/2014 está disponível no sítio eletrônico da Funpresp, no endereço <https://www.funpresp.com.br>

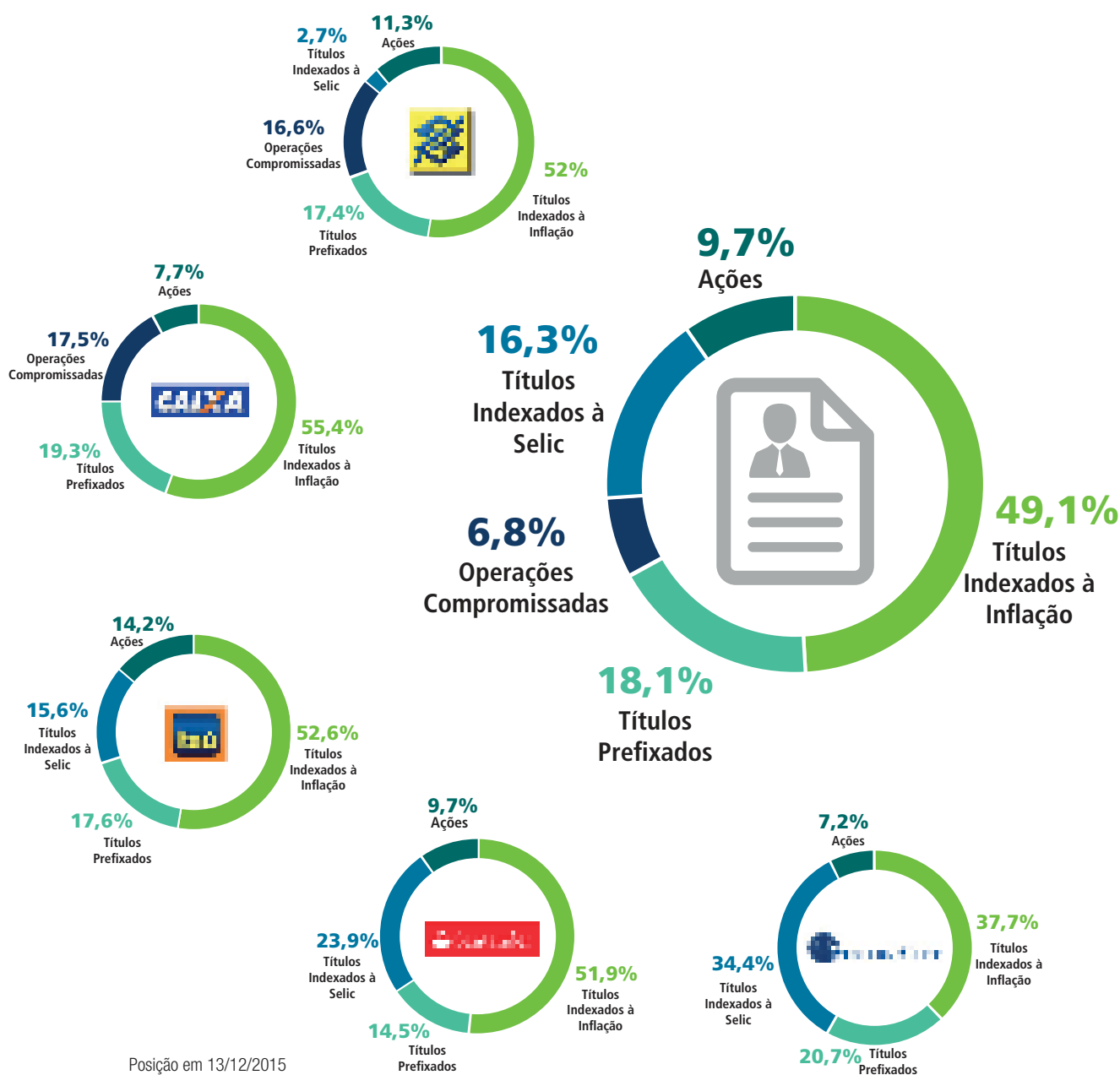
² BB Funpresp Fundo de Investimento Multimercado (CNPJ: 17.945.571/0001-00); Fundo de Investimento Caixa Funpresp Multimercado (CNPJ: 08.070.830/0001-05); Itaú Funpresp Fundo de Investimento Multimercado (CNPJ: 21.454.757/0001-25); Santander Fundo de Investimento Funpresp Multimercado (CNPJ: 20.977.649/0001-74) e Western Asset Funpresp Fundo de Investimento Multimercado (CNPJ: 20.155.943/0001-09).

CARTEIRA TERCEIRIZADA PERMITIU DIVERSIFICAÇÃO

A carteira de investimentos terceirizada passa a contar com um leque maior de instituições e, portanto, com reduzido risco de gestão. Adicionalmen-

te, a estrutura terceirizada implementada estimula os gestores a serem mais ativos na busca por rentabilidade aos planos administrados pela Fundação, observados os limites de riscos determinados nas respectivas Políticas de Investimentos dos planos previdenciários.

Figura 04 – Alocação da Carteira Terceirizada

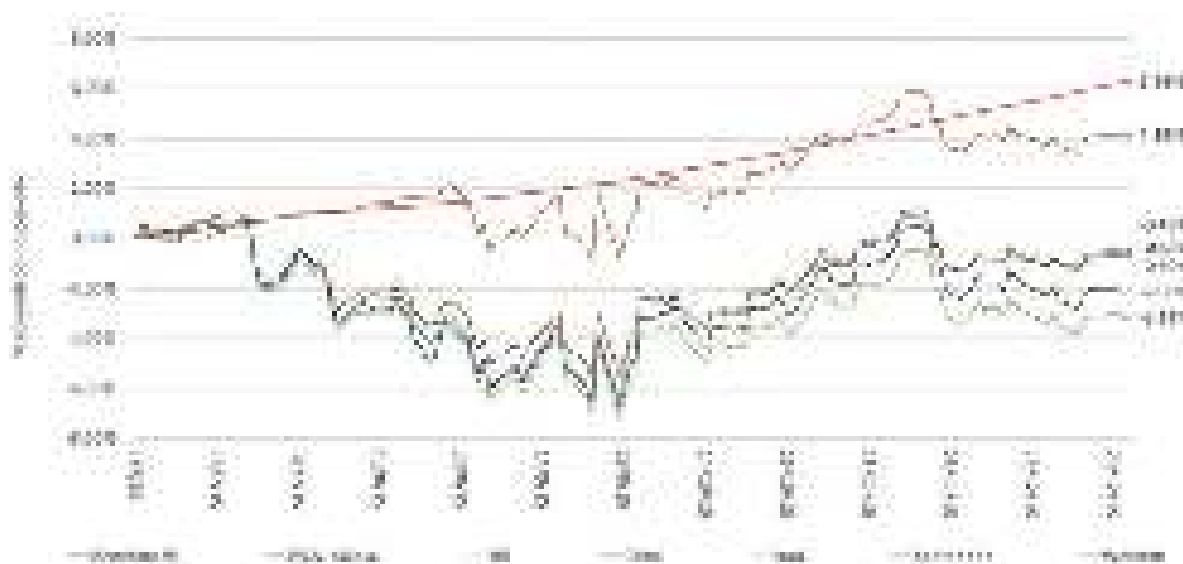


A gestão terceirizada é não discricionária (sem interferência) por parte da Funpresp e, portanto, composta por um sistema de avaliação de desempenho periódico, ao qual os gestores se submetem. Esse sistema visa incentivar a concorrência entre eles e, portanto, a diversificação de gestão. Nessa concorrência devem ser observados, a todo tempo, as políticas de investimentos, o referencial de rentabilidade³ e os limites de riscos previstos nos respectivos regulamentos.

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A cada seis meses será estabelecido o ordenamento dos fundos de investimentos, de forma que aqueles que apresentarem melhor rentabilidade nos 12 meses anteriores receberão maior aporte de recursos destinados pela Funpresp à gestão terceirizada⁴. Além disso, a cada dois anos, o fundo de investimento que apresentar a menor rentabilidade no período será substituído pelo próximo colocado na Concorrência nº 001/2014.

Gráfico 19 – Desempenho no primeiro período de avaliação dos Fundos de Investimento que compõem a Gestão Terceirizada da Funpresp



3 O referencial de rentabilidade constante dos Regulamentos dos fundos é representado por: $\{20\% * (IRF-M) + 60\% * (IMA-B) + 20\% * (IBR-X)\} + 1\%$ ao ano, onde IRF-M: Índice de Renda Fixa do Mercado calculado pela Anbima e composto por títulos públicos federais pré-fixados; IMA-B: Índice de Mercado Anbima composto por títulos públicos federais indexados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; e IBR-X:– Índice Brasil 100 calculado pela BM&FBovespa S.A. e composto por 100 ativos de maior negociabilidade e representativa no mercado de ações brasileiro.

4 Para o primeiro período avaliativo será considerada a rentabilidade dos seis meses anteriores, considerando-se a data de implementação desse sistema.

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL COM A IMPLANTAÇÃO DA CARTEIRA PRÓPRIA

A carteira própria, composta neste momento exclusivamente por títulos públicos federais, majoritariamente classificados na categoria contábil “mantidos até o vencimento”⁵, traz como principal benefício a redução de despesas com taxa de administração e outras despesas tipicamente cobradas por gestores terceirizados, tendo em vista que o gerenciamento desses ativos exige menor complexidade operacional para a administração ou gestão. Ademais, essa iniciativa é importante

para o desenvolvimento institucional da Fundação no que tange à criação e qualificação de uma estrutura de investimento diversificada e adequada.

Com efeito, a estrutura de gestão, cuidadosamente construída, foi providencial para que a área de investimentos atuasse de forma eficiente durante o período de maior volatilidade dos ativos domésticos, que prevaleceu no segundo semestre de 2015.

Diante do cenário desafiador, a Funpresp atuou em duas frentes, visando reduzir a exposição dos investimentos à volatilidade dos ativos financeiros domésticos, que afetou tanto o mercado acionário quanto o de renda fixa.

COMO COMPRAMOS OS ATIVOS QUE COMPÕEM A CARTEIRA PRÓPRIA?

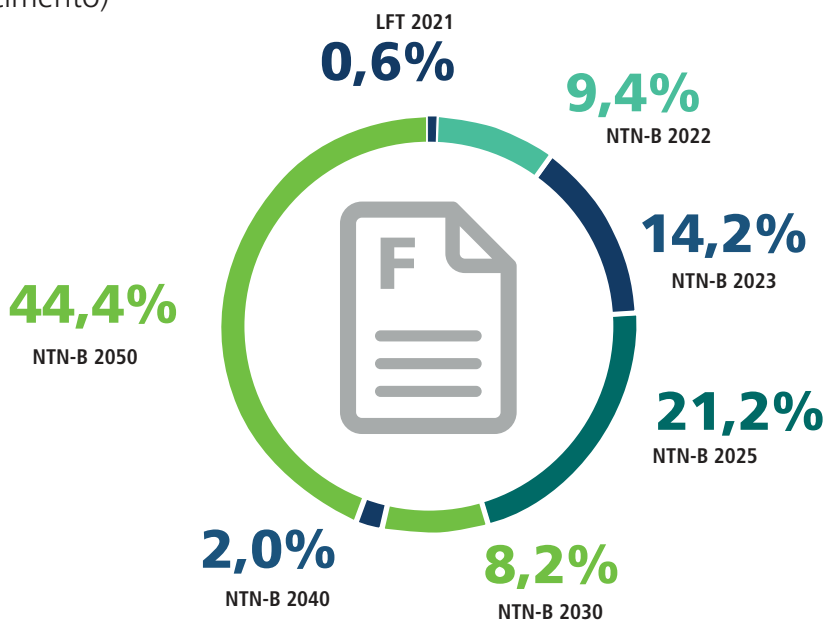
Além da gestão da carteira de investimentos, cabe destacar a conclusão, em 22 de dezembro, do Credenciamento nº 001/2015, que selecionou instituições financeiras para atuarem, na qualidade de intermediárias ou contrapartes, nas operações de compra e venda de títulos públicos federais em nome da Fundação no âmbito de sua gestão própria. Ao final de 2015, as instituições credenciadas eram: Banco BTG Pactual, Banco de Investimentos Credit Suisse, Banco Safra S/A, Goldman Sachs do Brasil e Renascença DTVM. Para que estejam habilitadas a realizar operações (compra e venda) com títulos públicos junto à Funpresp, as instituições necessariamente devem estar previamente credenciadas pelo Tesouro Nacional para atuarem neste mercado.

Com a implementação do sistema de credenciamento para as operações de sua gestão própria, a Fundação passará, a partir de 2016, a contar com maior rol de instituições com as quais poderá realizar suas operações com títulos públicos federais, o que aumenta a possibilidade de obter os ativos a preços mais atraentes, resultando em maior rentabilidade para os planos previdenciários. Até a conclusão desse processo, a Funpresp vinha realizando suas aquisições de títulos públicos por meio do custodiante centralizado.

O Edital do Credenciamento nº 001/2015 está disponível no site da Funpresp, no endereço <https://www.funpresp.com.br>

5 Os títulos mantidos até o vencimento (HtM), na sua maioria com vencimento de longo prazo, não representam risco de mercado aos planos da Fundação devido à sua aderência aos respectivos retornos já determinados no momento da aquisição, não sofrendo as variações de taxas de juros de mercado.

Gráfico 20 – Composição da Carteira Própria da Funpresp em 2015 (por Título e vencimento)

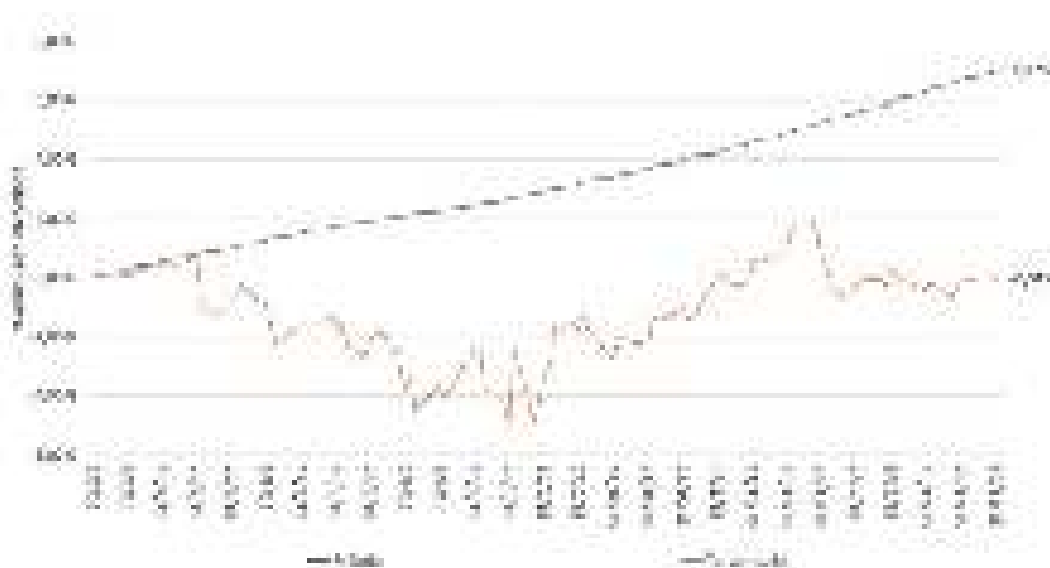


Fonte: Funpresp
Posição: 31/dez/2015

A atuação da Fundação por meio da sua gestão própria, além de contribuir para a redução da volatilidade da carteira consolidada de investimentos, tende a proporcionar a oportunidade de alo-

cação de recursos com prêmios atrativos para os planos de benefícios administrados, considerando-se o elevado nível das taxas de títulos públicos vigentes na segunda metade do ano de 2015.

Gráfico 21 – Evolução da rentabilidade da Carteira Própria e Carteira Terceirizada da Funpresp no segundo semestre de 2015.



Fonte: Funpresp

RENTABILIDADE GERADA PELA NOVA ESTRUTURA DE INVESTIMENTOS

A rentabilidade consolidada dos investimentos no exercício de 2015 foi de 12,06%, sendo que o plano de benefícios ExecPrev encerrou o ano com 14,40%, e o plano LegisPrev, com 14,54%, contra o índice de referência estabelecido pelas Políticas de Investimentos dos Planos de IPCA + 4% ao ano, que foi de 15,10% no mesmo período.



Gráfico 22 – Rentabilidade Comparada da Funpresp entre 2013 e 2015

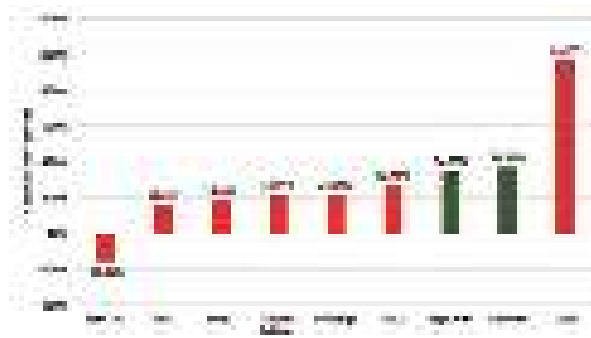


Gráfico 23 – Rentabilidade Comparada da Funpresp em 2015



ExecPrev: acumulado desde o início (fev/13)
 LegisPrev: acumulado desde o início (maio/13)
 Títulos públicos: variação do IMA-G (índice de mercado ANBIMA – Geral)
 Fonte: Funpresp

POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

As Políticas de Investimentos são ferramentas que orientam e fornecem as diretrizes gerais para investimentos e desinvestimentos de recursos dos planos em um horizonte de cinco anos, sendo que atualizações e ajustes são promovidos em periodicidade máxima anual. Cada plano administrado pela Fundação possui uma Política de Investimento própria.

A alocação atingida pela carteira de investimentos ao final de 2015 apresen-

tou perfil mais conservador do que aquela prevista na Política de Investimentos de 2015, particularmente quanto à menor participação no segmento de renda variável e maior concentração no segmento de renda fixa, exclusivamente em títulos públicos federais.

Em relação aos limites e parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792, de 2009, bem como pelas Políticas de Investimentos dos planos, não houve nenhum desenquadramento no exercício de 2015, conforme a seguir:

Tabela 17 – Demonstrativo de Investimentos – Alocação dos Planos Previdenciais e do PGA da Funpresp em 2015.

Segmento de Aplicação	Limite Res. CMN 3.792/09	Limites PI - Planos Previdenciais		ExecPrev		LegisPrev		Limites PI PGA		PGA	
		Mínimo	Máximo	Alocação Atual %	R\$ mil	Alocação Atual %	R\$ mil	Mínimo	Máximo	Alocação Atual %	R\$ mil
Renda Fixa	100%	45%	100%	99,06%	142.306	97,75%	6.098	60%	100%	93,64%	60.126
Títulos Públicos Federais	100%	45%	100%	99,06%	142.306	97,75%	6.098	60%	100%	93,64%	60.126
Títulos Privados e FIDC¹	80%	0%	20%	0%	-	0%	-	0%	20%	0%	-
Renda Variável	70%	0%	35%	0,94%	1.353	2,25%	140	0%	20%	6,36%	4.086
Investimentos Estruturados	20%	0%	20%	0%	-	0%	-	0%	20%	0%	-
Fundos Investimentos em Participações²	20%	0%	10%	0%	-	0%	-	0%	10%	0%	-
Fundos Empresas Emergentes³	20%	0%	0%	0%	-	0%	-	0%	0%	0%	-
Fundos Investimentos Imobiliários	10%	0%	10%	0%	-	0%	-	0%	10%	0%	-
Imóveis	8%	0%	0%	0%	-	0%	-	0%	0%	0%	-
Investimentos no Exterior	10%	0%	0%	0%	-	0%	-	0%	0%	0%	-
Operações com Participantes	15%	0%	15%	0%	-	0%	-	0%	0%	0%	-
Empréstimos	15%	0%	15%	0%	-	0%	-	0%	0%	0%	-
Financiamentos	15%	0%	0%	0%	-	0%	-	0%	0%	0%	-
Valores a pagar/receber	-	-	-	-	(31)	-	(3)	-	-	-	(65)
Total	-	-	-	100%	143.627	100%	6.235	-	-	100%	64.146

1. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

2. Fundos de Investimentos em Participações – FIP

3. Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes – FIEE

4. Os limites referem-se às políticas de investimentos do ExecPrev e LegisPrev

5. Política de Investimento – PI

Posição: 31/12/2015

Fonte: Funpresp

Nos segmentos de aplicação, previstos também pela Resolução CMN nº 3.792, de 2009, obteve-se rentabilidades

acima dos benchmarks previstos nas Políticas de Investimentos dos planos administrados pela Fundação.

Tabela 18 – Demonstrativo de Investimentos – Rentabilidade e os benchmarks

Plano ExecPrev				Plano ExecPrev
Segmentos	Exercício 2015		Política de Investimentos 2015	Exercício 2015
	Rentabilidade Bruta ¹	Evolução do Benchmark	Benchmark/Índice de Referência	Rentabilidade Líquida ²
Renda Fixa	13,26%	12,01%	[60% * (IPCA + 5%)] + [40% IMA B5+]	14,40%
Renda Variável	-17,73%	-18,87%	102% IBrX-100	
Total dos Investimentos	14,40%	15,10%	IPCA + 4% a.a.	

Plano LegisPrev				Plano LegisPrev
Segmentos	Exercício 2015		Política de Investimentos 2015	Exercício 2015
	Rentabilidade Bruta ¹	Evolução do Benchmark	Benchmark/Índice de Referência	Rentabilidade Líquida ²
Renda Fixa	13,26%	12,01%	[60% * (IPCA + 5%)] + [40% IMA B5+]	14,54%
Renda Variável	-17,73%	-18,87%	102% IBrX-100	
Total dos Investimentos	14,54%	15,10%	IPCA + 4% a.a.	

Plano de Gestão Administrativa - PGA				PGA
Segmentos	Exercício 2015		Política de Investimentos 2015	Exercício 2015
	Rentabilidade Bruta ¹	Evolução do Benchmark	Benchmark/Índice de Referência	Rentabilidade Líquida ²
Renda Fixa	13,26%	13,01%	100% IRFM-1	8,46%
Renda Variável	-17,73%	-18,87%	102% IBrX-100	
Total dos Investimentos	8,46%	13,01%	100% IRFM-1	

1) Rentabilidade bruta: considera somente o resultado dos investimentos do plano. É utilizada na comparação do desempenho dos investimentos em relação aos "benchmarks" de mercado/índice de referência.

2) Rentabilidade líquida: considera o resultado dos investimentos mais o saldo em conta corrente do plano, sem remuneração, quando os recursos entram no caixa após o horário de aplicação. Representa a variação da cota patrimonial do plano.

Posição: 31/12/2015

Fonte: Funpresp

Fonte: Funpresp

A INOVAÇÃO CONTINUA COM O SUBCOMITÊ DE PERFIS DE INVESTIMENTOS

Foi implementado o Subcomitê de Perfis de Investimento com o objetivo de buscar as melhores práticas e as ex-

periências junto às demais entidades fechadas de previdência complementar, de modo a capacitar a Funpres a oferecer instrumento tecnicamente consolidado para orientar os participantes a selecionarem diferentes opções de investimentos, conforme a respectiva subscrição ao risco e expectativas de vida pós-laboral.



GESTÃO BASEADA EM RISCO SE CONSOLIDA

RISCO DE MERCADO

O monitoramento de risco de mercado é realizado por segmento de aplicações, renda fixa e renda variável, e também por fundo de investimentos. Com isso, foram segregados os controles do segmento de renda fixa, que deve observar a métrica de VaR (Value-

-at-Risk), ou valor em risco, cujo limite estabelecido pelas políticas de investimentos é de 3%, para um horizonte temporal de um dia, com um intervalo de confiança de 95%. Já o segmento de renda variável deve seguir a metodologia de B-VaR (Bechmark Value-at-Risk), cujo limite é de 5%, para o horizonte temporal de um dia, com 95% de confiança. Para os fundos de investimentos, o VaR possui um limite de 2%, com os mesmos parâmetros de horizonte temporal e nível de confiança.

Gráfico 24 – Risco de Mercado (VaR) – Por Fundos de Investimento



Limite máximo de 2% ao dia
Fonte: Funpresp

A mensuração do VaR de renda fixa considera apenas os títulos marcados a mercado (MtM).

No segmento de renda fixa, podemos observar que inicialmente a carteira estava concentrada em operações compromissadas (títulos públicos federais de um dia), que possuem baixo

risco de mercado. A partir do mês de julho, ocorreu uma elevação do risco devido ao início das operações dos cinco fundos de investimentos exclusivos da Fundação, que ampliaram o prazo médio (duration) das respectivas carteiras de investimentos ao comprarem títulos públicos federais de longo prazo.

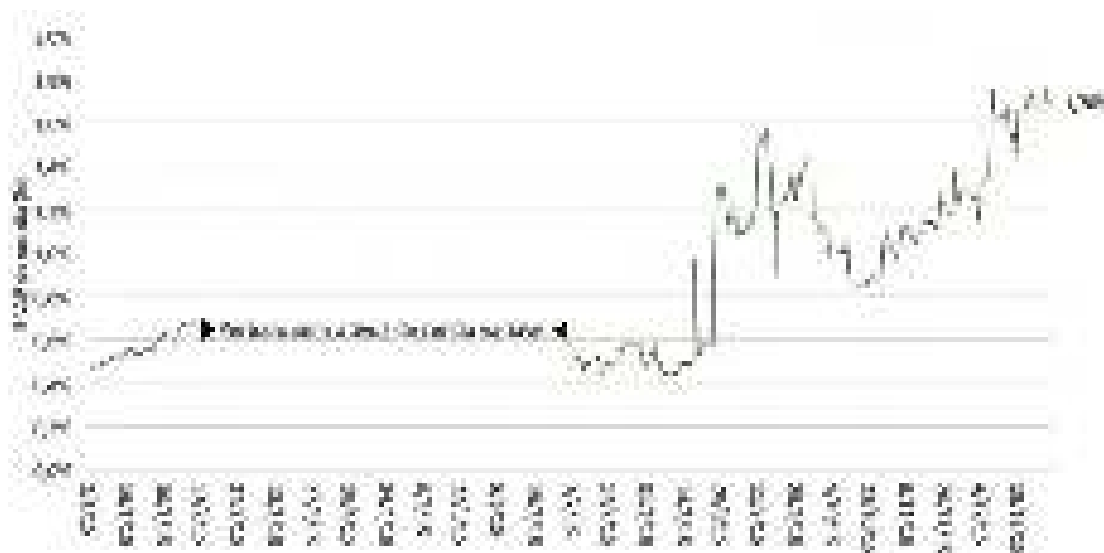
Gráfico 25 – Risco de Mercado (VaR) – Segmento Renda Fixa



Limite máximo de 3% ao dia
Fonte: Funpresp

Em relação ao segmento de renda variável, observa-se, a seguir, que o período de 12/02/2015 a 02/07/2015 não apresenta apontamentos de risco, pois foi um período em que a Funpresp não alocou recursos em

ações. Somente a partir do mês de julho/2015, os gestores dos fundos exclusivos retornaram com investimentos nesse segmento, em decorrência das escolhas de alocação dos fundos multimercados da Fundação.

Gráfico 26 – Risco de Mercado (B-VaR) – Segmento Renda Variável

Limite máximo de 3% ao dia
 Fonte: Funpresp

No decorrer de 2015 não foram evidenciadas quaisquer violações aos limites estabelecidos pelas Políticas de Investimentos.

A GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ VAI ALÉM DOS INVESTIMENTOS

Em 2015, foi aperfeiçoado o processo de gerenciamento do fluxo de caixa de receitas e despesas da Funpresp, que propiciou maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos financeiros da Fundação.

O processo denominado “otimização do fluxo de caixa” permite realizar movimentações financeiras, utilizando a compensação de recursos entre o Plano de Gestão Administrativa - PGA e os planos de benefícios da Funpresp.

Outro procedimento adotado foi a recomendação a todos os gestores de contratos da Fundação para envidarem esforços junto aos fornecedores, quando possível, para alterar as datas dos respectivos pagamentos entre o segundo e o quinto dia útil de cada mês, período que se concentra o maior volume de arrecadação de recursos da Funpresp.

Importante destacar que tais procedimentos estão amparados pelo § 5º, do Art. 53, da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792/2009 e ainda foram apresentados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, que não apontou óbice.

RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito privado bancário e não bancário visa identificar a relativa capacidade de pagamento do emissor do crédito em honrar suas obrigações financeiras.

A metodologia utilizada é baseada na percepção de risco associado a uma nota de crédito (rating) na escala nacional emitida pelas três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo, sendo admitido como alternativa de investimento somente ratings considerados como “grau de investimento”, emitidos por pelo menos uma dessas agências.

A carteira de investimentos da Funpresp tinha dois títulos de renda fixa privados: Letras Financeiras – LF – da Caixa Econômica Federal e do Banco Santander Brasil, ambos classificados como de baixo risco de crédito. No entanto, as posições detidas desses emissores foram liquidadas no dia 12 de junho de 2015 devido às boas condições de mercado.

Os planos encerraram 2015 sem nenhuma alocação em crédito privado, bem como não foram verificados durante o período de acompanhamento quaisquer violações aos referidos ratings estabelecidos nas Políticas de investimentos dos planos da Funpresp.

RISCO DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante da Funpresp e, como prudência, mantém-se um modelo proprietário com um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata em função das expectativas de necessidades de cai-

xa de cada plano. Com a adoção dessa política, a Fundação reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários e administrativos no curto prazo, conforme a Tabela 19.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional, conforme estabelecido pela Resolução CGPC/MPS nº 13, de 1º de outubro de 2004, visa identificar a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação e/ou condução de processos, pessoas, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

Nesse sentido, a Funpresp realizou, em 06/10/2015, licitação pública para contratação de instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria de títulos e valores mobiliários dos planos administrados pela Entidade, em substituição à Caixa, que fora contratada quando da criação da Fundação com base no art. 28, da Lei nº 12.618, de 2012.

A instituição vencedora do pregão eletrônico foi o Banco Santander, por meio de sua subsidiária integral, Santander Securities Services DTVM-S3, sendo que o início da prestação dos serviços ocorreu em 1/2/2016, com a transferência de todo o processo operacional de custódia e controladoria dos ativos da Caixa para o Santander.

OUTROS RISCOS

Já o risco legal está relacionado com a possibilidade de perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Esta

categoria de risco é mensurada para as atividades da Fundação e para os investimentos que envolvam contratos específicos.

O risco sistêmico refere-se a eventos de crise, afetando amplamente a economia, com forte impacto sobre as taxas de juros, câmbio e, conseqüentemente, dos

preços dos ativos financeiros em geral. A Funpresp realiza análises periódicas sobre as condições de mercado e cenários econômicos internos e externos, discutindo seus impactos mensalmente no Comitê de Investimentos e Riscos.

Tabela 19 – Níveis de liquidez por Planos e Consolidado da Funpresp

Nível de liquidez	ExecPrev		LegisPrev		PGA		Consolidado	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Liquidez imediata	6.085	4,2%	543	8,7%	15.859	24,7%	22.487	10,5%
Ativos líquidos	12.935	9,0%	1.341	21,5%	39.067	60,9%	53.343	24,9%
Ativos semilíquidos	1.353	0,9%	140	2,2%	4.086	6,4%	5.579	2,6%
Ativos pouco líquidos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ativos ilíquidos	123.255	85,8%	4.210	67,5%	5.135	8,0%	132.600	62,0%
Total	143.627	100%	6.235	100%	64.146	100%	214.008	100%

Liquidez imediata: podem ser vendidos imediatamente, sem deságio considerável (LFT, compromissadas e disponibilidades)

Ativos líquidos: podem ser vendidos em até 30 dias, sem ou com baixo deságio (títulos públicos marcados a mercado)

Ativos semilíquidos: podem ser vendidos entre 30 e 90 dias, sem ou com baixo deságio (ações)

Ativos pouco líquidos: podem ser vendidos entre 90 e 360 dias, sem ou com baixo deságio (créditos privados)

Ativos ilíquidos: podem ser vendidos com mais de 360 dias ou vendidos com alto deságio para prazos menores (títulos mantidos até o vencimento)

Posição de liquidez em: 31/12/2015

Fonte: Funpresp

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Funpresp busca aplicar seus recursos observando as melhores práticas em responsabilidade socioambiental, priorizando os investimentos conforme critérios definidos nas Políticas de Investimentos da Entidade, aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Funpresp.

DESPESAS GERADAS PELAS CARTEIRAS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

Os custos administrativos com os fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Banco Santander Brasil e Western Asset Management em 2015 podem ser verificados na Tabela 20.

Tabela 20 – Despesas de Administração dos Investimentos

Itens de despesa	Fundo Banco do Brasil	Fundo Caixa	Fundo Itaú	Fundo Santander	Fundo Western	Fundos exclusivos	Carteira Funpresp	Total
DESÉSA ANBID	R\$ 531,60	R\$ 531,60	R\$ 354,40	R\$ 505,02	R\$ 1.538,10	R\$ 3.460,72	–	R\$ 3.460,72
CUSTO MENSAL CBLC	R\$ 117,99	R\$ 109,25	R\$ 135,18	–	–	R\$ 362,42	–	R\$ 362,42
DESPESA DE TAXA CETIP	R\$ 6.219,10	R\$ 6.079,46	R\$ 6.272,34	R\$ 6.834,09	R\$ 6.285,50	R\$ 31.690,49	R\$ 7.176,66	R\$ 38.867,15
DESPESA DE TAXA SELIC	R\$ 767,70	R\$ 636,49	R\$ 1.017,42	R\$ 569,45	R\$ 572,88	R\$ 3.563,94	R\$ 1.546,66	R\$ 5.110,60
DESPESAS COM CARTÓRIOS	R\$ 1.611,54	R\$ 655,50	–	R\$ 160,42	R\$ 147,89	R\$ 2.575,35	–	R\$ 2.575,35
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 10.165,70	R\$ 3.345,65	R\$ 14.318,53	R\$ 8.642,18	R\$ 9.504,67	R\$ 45.976,73	–	R\$ 45.976,73
TAXA DE CUSTÓDIA	–	–	–	–	–	–	R\$ 39.203,33	R\$ 39.203,33
TAXA DE FISCALIZAÇÃO CVM	R\$ 6.265,68	R\$ 8.185,68	R\$ 3.025,68	R\$ 3.025,68	R\$ 3.025,68	R\$ 23.528,40	–	R\$ 23.528,40
DESPESA DE AUDITORIA	–	–	–	–	–	–	–	–
Total no ano	R\$ 111.413,30	R\$ 64.241,47	R\$ 25.123,55	R\$ 19.736,84	R\$ 21.074,72	R\$ 241.589,88	R\$ 59.478,93	R\$ 301.068,81

Posição: 31/12/2015
Fonte: Funpresp

Cabe destacar que os valores despendidos pela Carteira da Funpresp ocorrem devido às exigências normativas aplicadas ao setor de previdência

complementar fechada: custódia centralizada, conta Selic e depósito das cotas dos fundos de investimentos multimercado na Cetip.



1



2



3



5



4



6



7



8



9



10



11



12

Legenda:

- 1 - Trabalho dos grupos no Planejamento Estratégico
- 2 - Palestra Funpresp no Ministério da Saúde
- 3 - Atendimento coletivo na Receita Federal
- 4 - Palestra para novos empossados na Antaq
- 5 - Equipe Funpresp participando das atividades do Outubro Rosa

- 6 - Trabalho dos grupos no Planejamento Estratégico
- 7 - Atendimento personalizado na AGU
- 8 - Trabalho dos grupos no Planejamento Estratégico
- 9 - Trabalho dos grupos no Planejamento Estratégico
- 10 - Equipe de gestores da Funpresp
- 11 - Visão panorâmica da sede
- 12 - Equipe Funpresp participando das atividades do Novembro Azul

ANEXOS

Em cumprimento ao inciso III, do Art. 8º, da Lei 12.618, de 2012, publicados
no site da Funpresp (certificado pelo ICP-Brasil) www.funpresp.com.br

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

FUNPROSP	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO			PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Dado sobre o Documento (Data de emissão, do 1º ao 31/12/2014)			Dado sobre o Período (1º ao 31/12/2014)	
FUNPROSP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo Conselho de Administração - C.A.					
Item	2014	2013	Descrição	2014 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)
Receitas:	100	100	Contribuições	100,00	100,00
Despesas:	21.180	18.277	Despesas Operacionais	21.180	18.277
Despesas Administrativas	11.000	9.500	Despesas Operacionais	11.000	9.500
Despesas de Pessoal	10.180	8.777	Despesas Operacionais	10.180	8.777
Resultados:	78.820	81.723	Resultado Operacional	78.820	81.723
Ativos:	11.170	11.170	Ativos Operacionais	11.170	11.170
Passivos:	11.170	11.170	Passivos Operacionais	11.170	11.170
Patrimônio Líquido:	100	100	Patrimônio Líquido	100	100
Total:	111.820	111.820	Total	111.820	111.820

As Demonstrações Consolidadas foram elaboradas com base nos dados e informações fornecidas pelo Conselho de Administração da FUNPROSP.











FUNPROSP
 FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
 DO COLETO DE LIXO SÓLIDO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014 - CONTÁBILIDADE SOCIAL
 Exercício Social de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de
 Dezembro de 2014

	2014	2013	2012
Ativo Patrimonial Líquido - Não-Exercícios	61.081	5.832	224,00
A. Ativos	100.000	84.410	100,00
(01) Contribuições Patrimoniais	100.000	84.410	100,00
(01) Fundações Patrimoniais (ativos dos beneficiários - Gestão Patrimonial)	11.000	0,00	0,00
(01) FUNDOS ADMINISTRADOS	0,00	2.000	200,00
(01) Fundações Patrimoniais (ativos dos beneficiários - Gestão Administrativa)	1.000	0,00	0,00
B. Reservas	0,00	0,00	0,00
(01) Reserva	0,00	0,00	0,00
(01) Reserva Administrativa	0,00	0,00	0,00
B. Passivos	38.919	78.580	77,00
(01) Passivos Patrimoniais	38.919	78.580	77,00
(01) Fundos Administrados	38.919	78.580	77,00
(01) Fundos Administrativos	38.919	78.580	77,00
(01) Fundos Administrativos	38.919	78.580	77,00
C. Outras Transições	-	-	-
Ativo Patrimonial Líquido - Resultado do Exercício 2014	22.162	0,00	0,00

As Notas Explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis e devem ser lidas em conjunto com o presente relatório.

Assinaturas:

Ricardo José Pagan
 Diretor Presidente
 CPF: 000.000.000-00

Sérgio Roberto de Paula Castro
 Diretor de Administração
 CPF: 000.000.000-00

João Roberto de Paula Castro
 Diretor de Administração
 CPF: 000.000.000-00

Ricardo José Pagan
 Diretor Presidente
 CPF: 000.000.000-00

Sérgio Roberto de Paula Castro
 Diretor de Administração
 CPF: 000.000.000-00

João Roberto de Paula Castro
 Diretor de Administração
 CPF: 000.000.000-00



**RECONCILIACIÓ DEL PLÀNOL DE FONDS ADMINISTRATIU DE TRÀNSFERÈNCIES
 31 de desembre de 2014 (en milers d'euros)**

Model: F1 (01/01/2004) i
 modificació de l'annex 14/05/14

2014	2013	2012	
20 Fons administratiu de transferències	11.000	1.204	1.200,00
1. Comptes de debtes administratius	17.000	10.000	10,00
1.1. Resultat	17.000	10.000	10,00
Càrrecs administratius del Fons Propietari	1.000	1.000	100,00
Resultat Positiu/Resultat Negatiu	1.000	0,00	0,00
Costes Resultat	4.000	-	-
1.2. Despeses administratives	0.000	-	-
1.1. Administració Propietari	0.000	-	-
Persones físiques	10.000	-	-
Despeses de gestió i comissions	100	-	-
Impostos i contribucions	100	-	-
Impostos i contribucions	4.000	-	-
Despeses de gestió	4.000	-	-
Despeses i contribucions	0.000	-	-
Impostos	100	-	-
1.2. Administració de Transferències	0.000	-	-
Persones físiques	0.000	-	-
Despeses de gestió i comissions	100	-	-
Impostos i contribucions	0,00	-	-
Impostos i contribucions	0,00	-	-
Despeses de gestió	100	-	-
Despeses i contribucions	0.000	-	-
Impostos	0,00	-	-
2. Resultat/Despeses de Costes de Gestió Administratiu	-	-	-
3. Resultat de Resultat amb el Fons Propietari	-	-	-
4. Resultat/Despeses Legals del Fons Propietari	-	-	-
5. Resultat/Despeses de Fons Administratiu (1-3+4+5)	17.000	10.000	100,00
6. Despeses Resultat de Fons Administratiu (6)	17.000	10.000	100,00
7. Resultat Positiu	-	-	-
20 Fons administratiu de transferències (20-7+6)	-	11.000	100,00

Aquest Reconciliació s'ha realitzat amb el Missatge de Control i es publica en l'apèndix de comptes de Funpr (14)

Josep Maria Puig
 Director General
 CIPF - 00000 19-00

Josep Maria Puig
 Director General
 CIPF - 00000 19-00

Josep Maria Puig
 Director General
 CIPF - 00000 19-00

Josep Maria Puig
 Director General
 CIPF - 00000 19-00

Josep Maria Puig
 Director General
 CIPF - 00000 19-00

Josep Maria Puig
 Director General
 CIPF - 00000 19-00



PLANO EXECUTIVO DE RAL
 2014 - 2015
 OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO POR PLANO DE RECONSTRUÇÃO
 DO SÍTIO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS - UNUSC
 (Plano Financeiro em R\$)

CONCEITO	2014	2015	TOTAL
1. Receitas	105.000	80.000	185.000
Operacional	-	200	10000%
Patrimonial	105.000	79.800	284.800
Contribuição	64.000	40.000	104.000
Receita Patrimonial	105.000	-	-
Reserva de Investimento	14.000	40.000	54.000
2. Despesas	800	100	900
Operacional	800	100	900
3. Resultado Financeiro Líquido	-	11.000	11000%
Resultado Financeiro Líquido	-	11.000	11000%
4. Resultado da Operação	-	-	-
5. Ativo Líquido (Líquido)	104.200	49.900	154.100
Patrimônio Circulante	102.000	49.900	151.900
Patrimônio Imobilizado	2.200	-	2.200

Atestado: Consideramos o conteúdo das informações apresentadas neste plano Financeiro em conformidade com o disposto no artigo 10º da Lei nº 10.522/03 (Lei nº 10.522/03).

[Handwritten signatures and stamps]

 Diretor de Planejamento e Gestão
 UNUSC - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

 Diretor de Engenharia e Obras
 UNUSC - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

 Diretor de Administração
 UNUSC - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

 Diretor de Saúde
 UNUSC - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

 Diretor de Gestão de Pessoas
 UNUSC - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS


 Diretor de Gestão de Recursos Humanos
 UNUSC - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO CARLOS



PLANO ORÇAMENTÁRIO PRELIMINAR
EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO
COMUNICADO Nº 01 DE 2016 (ANEXO III)
Previsão de Receitas em 2016 de acordo com a Lei nº 1.312
(em milhões de reais)

2016 (R\$ mil)		2015 (R\$ mil)	2014 (R\$ mil)	
11.1	11.1.000 - Contribuição de Entidades de Classe Patronal	40.000	40.000	40.000
	11.1.001 - Contribuição	31.000	40.000	40.000
	11.1.002 - Contribuição	9.000	0	0
	11.1.003 - Contribuição	0	0	0
11.2	11.2.000 - Contribuição de Entidades de Classe Patronal	7.4.000	8.700	20.4.00
	11.2.001 - Contribuição	2.000	2.000	4.000
	11.2.002 - Contribuição	5.400	6.700	16.400
11.3	11.3.000 - Contribuição de Entidades de Classe Patronal	80.000	80.000	80.000
	11.3.001 - Contribuição	80.000	80.000	80.000
	11.3.002 - Contribuição	0	0	0
11.4	11.4.000 - Contribuição de Entidades de Classe Patronal	0	44.000	0
	11.4.001 - Contribuição	0	44.000	0
11.5	11.5.000 - Contribuição de Entidades de Classe Patronal	0	11.000	0
	11.5.001 - Contribuição	0	11.000	0

As Previsões de Receitas em 2016 de acordo com a Lei nº 1.312 de 2016, em conformidade com o Plano de Trabalho 2016, estão apresentadas no Anexo III.


 Roberto de Souza
 Diretor Financeiro
 (CPF nº 000.000.000-00)


 Roberto de Souza
 Diretor Financeiro
 (CPF nº 000.000.000-00)


 Roberto de Souza
 Diretor Financeiro
 (CPF nº 000.000.000-00)


 Roberto de Souza
 Diretor Financeiro
 (CPF nº 000.000.000-00)


 Roberto de Souza
 Diretor Financeiro
 (CPF nº 000.000.000-00)





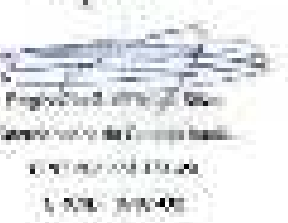

 Roberto de Souza
 Diretor Financeiro
 (CPF nº 000.000.000-00)



PLANO DE CONTAS FUNDACIONAL
CNPJ: 08.053.000/0001
EXERCÍCIO FISCAL 2014
RELEVANTES DE ACORDO COM O DECRETO Nº 9.240 DE 2014
(Em 08 de maio de 2014)

DESCRIÇÃO	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
(Movimentos Contábeis do Exercício)	388.471	11.242	228.718
I - Receitas (em Milhares de R\$)	347.917	11.400	190.888
I.1 - Receitas de Desenvolvimento	0,0	00	114,58
Receitas - Contribuição	0,0	00	114,58
I.2 - Receitas de Exercício	347.917	11.400	76,30
Contribuições Exercício	330.070	10.478	271,84
Contribuição de Empresas - Fundação Permanente (ex)	33.912	19.000	228,74
Contribuição de Empresas - Fundação Participante	96.158	27.787	228,40
Contribuição - Outros	19.999	1.000	16,70
Outros Exercício	0	0	0
J - Despesas	1.218	8,28	34,73
J.1 - Despesas com Pessoal	0,218	8,28	34,73
J.2 - Despesas com Materiais	0,0	0,00	0,00
J.3 - Despesas com Serviços	0,0	0,00	0,00
J.4 - Despesas com Transportes	0,0	0,00	0,00
J.5 - Despesas com Alimentação	0,0	0,00	0,00
J.6 - Despesas com Energia	0,0	0,00	0,00
J.7 - Despesas com Aluguel	0,0	0,00	0,00
J.8 - Despesas com Manutenção	0,0	0,00	0,00
J.9 - Despesas com Depreciação	0,0	0,00	0,00
J.10 - Despesas com Outros	0,0	0,00	0,00

em Helder Baptista Costa Assessor Jurídico da Diretoria Jurídica da Fundação e em conformidade com o Decreto nº 9.240 de 2014, do Poder Executivo Federal.


 Manoel Manoel Pereira de Sousa Diretor Administrativo CNPJ: 08.053.000/0001	 Helder Baptista Costa Diretor Administrativo CNPJ: 08.053.000/0001	 Manoel Manoel Pereira de Sousa Diretor Administrativo CNPJ: 08.053.000/0001
 Manoel Manoel Pereira de Sousa Diretor Administrativo CNPJ: 08.053.000/0001	 Manoel Manoel Pereira de Sousa Diretor Administrativo CNPJ: 08.053.000/0001	 Manoel Manoel Pereira de Sousa Diretor Administrativo CNPJ: 08.053.000/0001




**PLANO DE BILHETE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
 CVM Nº 100.000/11
 DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO
 (Fundos de Investimento em Ações de Empresas de CA e CAE)
 (em milhares de reais)**

ATIVO	2011	2010	2009
A. Ativos	1.120	1.148	981,58
Disponíveis	100	50	401,00
Indisponíveis	1.020	1.098	580,58
Fundos de Investimento	1.010	1.090	570
Reservas de Fundos de Investimento	10	8	10
B. Contingências	0	0	100,00
Ativo de Contingência	0	0	100,00
C. Passivos e Provisões	0	0	100,00
Provisões	0	0	100,00
D. Diferença Líquida (D/L)	1.120	1.148	1.000,00
Diferença Líquida	1.120	1.148	1.000,00
Provisões	0	0	0


As fontes de informações foram pesquisadas em fontes confiáveis, de acordo com as disposições do Código de Regulação
 FCF (www.fcf.com.br).


 Paulo de Faria Pinheiro
 Diretor Executivo
 CVM Nº 100.000/11-01


 Fábio Pinheiro de Faria
 Diretor de Investimentos
 CVM Nº 100.000/11-01


 João Paulo de Menezes
 Diretor de Relações Institucionais
 CVM Nº 100.000/11-01


 Roberto de Menezes
 Diretor de Relações Institucionais
 CVM Nº 100.000/11-01


 Roberto de Menezes
 Diretor de Relações Institucionais
 CVM Nº 100.000/11-01


 Roberto de Menezes
 Diretor de Relações Institucionais
 CVM Nº 100.000/11-01



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FEDEVE - FUNDPROSP
CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS FINANCEIROS 2011 a 2014
Exercício Financeiro 21 de dezembro de 2011 a 2014
Patrimônio de 2014

2014 (R\$)		2013 (R\$)	2012 (R\$)	2011 (R\$)
010	Ativo Circulante - Contas a Receber	1.000	997	1.000,00
	a) Clientes	2.000	1.971	1.999,00
	c) Contribuintes	4.000	3.999	3.999,00
020	Empreendimentos em andamento - Contas a Receber	400	300	300,00
030	Ativo Circulante - Contas a Pagar	1.000	1.000	1.000,00
	a) Fornecedores	2.000	2.000	2.000,00
	c) Contas a Receber	2.000	2.000	2.000,00
040	Ativo Circulante - Outros Ativos Circulantes (110)	4.000	4.000	4.000,00
	Fundos Matemáticos	4.000	4.000	4.000,00
	Ativos Previdenciários	000	000	000,00
050	Ativos Líquidos - Previdência Social (120)	4.000	4.000	4.000,00
060	Passivo Circulante - Provisões	000	000	000,00
070	Ativos não classificados	000	000	000,00

As contas apresentadas foram auditadas por uma Empresa de Contas Independente e os resultados são apresentados nos pareceres anexos a esta demonstração contábil.

Ricardo Paulo Pinheiro
 Diretor Financeiro
 CPF: 040.001.010-00

Luiz Roberto de Castro Faria
 Diretor Geral
 CPF: 040.001.010-00

João Roberto Pinheiro
 Diretor Geral
 CPF: 040.001.010-00

Ricardo Paulo Pinheiro
 Diretor Financeiro
 CPF: 040.001.010-00

Luiz Roberto de Castro Faria
 Diretor Geral
 CPF: 040.001.010-00

João Roberto Pinheiro
 Diretor Geral
 CPF: 040.001.010-00



**PLANO DE BILANÇO FUNDADA
CONTA DE BILANÇO
SINTÉTICA DAS PROVEDAS TÉCNICAS DO FUNDO DE BENTUPROVA
Exercício financeiro de 01 de Janeiro de 2017 a 31 de 12
(Em milhares de reais)**

	2017	2016	2015
PROVEDAS TÉCNICAS (R\$ MIL)	6.512	7.889	107.24
I. Provedas Monetárias	3.870	4.679	216,41
I.1. Provedas Monetárias	-	-	-
I.2. Provedas Monetárias	3.870	4.679	216,41
- Condições Úteis	1.987	1.987	242,41
- Ativo de Crédito - Passivo Patrocinatório	1.883	2.692	244,00
- Ativo de Crédito - Não Patrocinatório	0	0	244,00
- Reserva Técnica	0	0	244,00
II. Provedas Não Monetárias	0	0	0
III. Provedas	2.623	3.199	21,00
III.1. Provedas Monetárias	2.623	3.199	21,00
IV. Provedas Operacionais	0	0	111,00
IV.1. Provedas Operacionais	0	0	111,00

As Provedas Monetárias foram avaliadas pelo método de custo de aquisição e as Provedas Não Monetárias pelo método de custo de aquisição.

Ricardo Pereira
Diretor Financeiro
CPF: 028.848.44-44

Sérgio Augusto
Diretor Administrativo
CPF: 028.848.44-44

João Paulo
Diretor de Gestão
CPF: 028.848.44-44

Marcelo
Diretor de Gestão
CPF: 028.848.44-44

João Paulo
Diretor de Gestão
CPF: 028.848.44-44

Ricardo
Diretor de Gestão
CPF: 028.848.44-44

ANEXO II – NOTAS EXPLICATIVAS

FUNTRABSP – ESE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

Nota Explicativa nº 04/2012 sobre as ações de controle de contas anuais

em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 -

(Para outras informações, consulte o Anexo II do Guia de Contas Anuais)

1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNTRABSP - ESE) é uma entidade privada de finalidade exclusivamente econômica criada para promover a FUNTRABSP - CATIP, a qual, em 31 de dezembro de 2012, possuía um patrimônio líquido líquido de R\$ 1.360.000,00, sendo que o mesmo é constituído de acordo com o plano de negócios, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais, com a finalidade de garantir a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais.

Atualmente, a Fundação é multipessoal, regida pelo Lei nº 2.542, de 30 de maio de 2000, que instituiu o regime previdenciário complementar para o servidor público federal e pelo Decreto nº 7.924, de 20 de maio de 2010.

Os recursos são administrados pela FUNTRABSP - CATIP, sob o controle de contas anuais, de acordo com o plano de negócios, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais.

2. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

Os princípios administrativos são aqueles que norteiam a administração pública, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais.

Os princípios administrativos são aqueles que norteiam a administração pública, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais, com o objetivo principal de assegurar a existência de recursos para a prestação de serviços de previdência complementar aos servidores públicos federais.



 Diretor







**FUNPROSP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Senador Público Federal do Poder Executivo**

Norma Administrativa de Regulamentação Complementar do Regulamento

Do 2º de Dezembro de 2019 nº 07/14

Para a ciência dos(as) interessados(as) e para fins de controle

A seguir são listados, a respeito de 2019, com o subíndice de 07, atos de beneficiários do plano FUNPROSP, em conformidade com o Regulamento FUNPROSP, aprovado pelo LEGISLATIVO FEDERAL SUPLENTE, e os atos de concessão de benefícios de pensão de sobrevivência, conforme se detalha a seguir:

Classe	CPF	Sexo	Passagem de 2019
PROSPER	2019.00000	OO	Órgão emissor de pensão de sobrevivência em conformidade com Regulamento FUNPROSP
LEGIPOSPER	2019.00000	OO	Comissão de Pensões do Senado Federal do Tribunal de Contas da União

Resolvido o 2019, a seguir são listados os dados cadastrais dos beneficiários beneficiados, de acordo com o Regulamento FUNPROSP, em conformidade com o Regulamento FUNPROSP:

Classe	Faturamento		Participação		Benefício	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PROSPER	162	117	21.159	17.803	5	7
LEGIPOSPER	5	5	147	14		
Total	167	122	21.306	17.817	5	7

2. LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA

a) Resolução de 2019, em conformidade com o Regulamento FUNPROSP, que dispõe sobre o procedimento contábil e operacional relativo ao processo de concessão de pensão de sobrevivência, em conformidade com o Regulamento FUNPROSP, aprovado pelo LEGISLATIVO FEDERAL SUPLENTE, e os atos de concessão de benefícios de pensão de sobrevivência, conforme se detalha a seguir:

- Regulamento FUNPROSP, aprovado pelo LEGISLATIVO FEDERAL SUPLENTE, que dispõe sobre o procedimento contábil e operacional relativo ao processo de concessão de pensão de sobrevivência, em conformidade com o Regulamento FUNPROSP, aprovado pelo LEGISLATIVO FEDERAL SUPLENTE, e os atos de concessão de benefícios de pensão de sobrevivência, conforme se detalha a seguir:

Assinatura

[Assinatura]

[Assinatura]

**FLUPRESF – FUC – Fundação de Previdência Complementar do
Ministério Público Federal do Poder Executivo**

Atividade: Administração e Recursos Materiais Contábeis – Contabilidade

Ensino de Graduação de 2016 a 2017

(Conteúdos de todos os semestres acadêmicos de 2016 a 2017)

- ✓ Resolução CFC nº 24, de 14/07/2010, que instituiu o Conselho Regulador das Empresas de Previdência Complementar, e dá outras providências, e dá a estrutura organizacional da entidade de administração da entidade. A matéria não foi alterada pelas resoluções seguintes:
 - ✓ Resolução CFC nº 20, de 06/09/2011, que altera o texto contido no Regulamento Contábil, Anexo;
 - ✓ Resolução CFC nº 21, de 23/03/2011, que altera o Regulamento das Empresas de Previdência Complementar em decorrência da alteração da legislação;
- ✓ Resolução CFC nº 9, de 31/03/2011, que dispõe sobre as práticas relativas contábeis em vigor a partir de 1º de dezembro 2011, que revoga a Resolução CFC nº 20, de 06/09/2011 e a Resolução CFC nº 1, de 30/05/2011, e dá outras providências para a contabilidade.
 - ✓ Resolução nº 12, de 11 de agosto de 2012, que institui um novo manual para o DCF – Demonstração das Atividades Técnicas do Fisco de Danificação, em substituição ao DCAF – Demonstração das Atividades Técnicas do Fisco de Danificação.
- ✓ Resolução CFC nº 27/12, de 23/12/2010, que institui o Regulamento Interno do Fisco de Danificação, e dá outras providências, estabelecendo normas e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis para registro das despesas e receitas patrimoniais, bem como para a contabilidade interna das atividades de fiscalização, e dá outras providências para a estruturação do Regulamento Interno.





Fls. 11 de 13









**FUNPRESP – EXE – Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

Norma para a concessão de benefícios de caráter complementar

emitida em virtude do Decreto nº 3.024/99

[Linha branca de espaço reservado para rubrica ou assinatura]

4. ANTECESSÃO NAS REQUISITOS ESPECIAIS

A concessão dos benefícios de Fuzamento-Desfile de Responsabilidade Civil para a Administração e concessão dos benefícios de aposentadoria para a extinção das atividades supletivas no âmbito do Ministério da Previdência Social Complementar – CHPC é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar – FUNPRESP, ou em substituição, sempre de acordo com o disposto no art. 12, do Regulamento nº 12/2002.

Concessão de benefícios de caráter complementar

Desfile de Responsabilidade Civil – A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

Desfile de Responsabilidade Civil – A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

Desfile de Responsabilidade Civil – A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

Desfile de Responsabilidade Civil – A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

Desfile de Responsabilidade Civil – A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

Desfile de Responsabilidade Civil – A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

A concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

De acordo com a legislação em vigor, a concessão dos benefícios de caráter complementar é feita pelo órgão superior da administração do Ministério Complementar.

164

[Assinatura]

Presidente

[Assinaturas]

FUNPRES¹ – FAE – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

Ministério Público Federal de Minas Gerais – Ministério Público Federal

Lei nº 12.127, de 20 de novembro de 2011 e 2014

Quilômetros 1 e 1000, s/n, CEP: 31201-900, Belo Horizonte, Minas Gerais

3. FUNDOS DAS PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES

As principais atividades regulares principais, atividades e práticas análogas em relação às previstas no Decreto nº 6.940, de 25 de setembro de 2010, são as seguintes:

A **Fundação-Devedora** atua como provedora do sistema previdenciário e presta os seguintes serviços, dentre os quais: (i) administração dos recursos arrecadados para cada Plano de Benefícios e para o Plano de Reserva Adm. (ii) prestação de serviços de atendimento ao beneficiário em cada uma das modalidades de benefícios de previdência complementar, incluindo a frequência;

A **previdência complementar** é o sistema previdenciário de caráter complementar ao sistema de previdência do setor público da União, cuja administração no processo de recolhimento por duas entidades, incluindo a prestação de serviços de atendimento ao beneficiário, é realizada por meio de uma entidade. No entanto, a responsabilidade em relação à administração dos benefícios, a administração da arrecadação e dos recursos de contribuição, bem como a administração da arrecadação, são atribuídas ao beneficiário, a ser realizada de forma independente.

As principais atividades regulares principais, atividades e práticas análogas em relação às previstas no Decreto nº 6.940, de 25 de setembro de 2010, são as seguintes:

Atuarialidade previdenciária complementar no âmbito da Fundação-Devedora, incluindo:

Atuarialidade – atividades de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos incidentes previdenciários em relação às entidades devedoras, de acordo com a Lei nº 12.127, de 20 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.128, de 20 de novembro de 2011, bem como a elaboração de planos de contingência previdenciária;

Atuarialidade – atividades de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos incidentes previdenciários em relação às entidades devedoras, de acordo com a Lei nº 12.127, de 20 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.128, de 20 de novembro de 2011, bem como a elaboração de planos de contingência previdenciária;

Atuarialidade – atividades de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos incidentes previdenciários em relação às entidades devedoras, de acordo com a Lei nº 12.127, de 20 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.128, de 20 de novembro de 2011, bem como a elaboração de planos de contingência previdenciária;

3.4. Desembolsos Previdenciários

Os regimes previdenciários de caráter complementar, previdenciários e previdenciários de caráter complementar, são regidos de acordo com o Decreto nº 6.940, de 25 de setembro de 2010, e a Lei nº 12.127, de 20 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.128, de 20 de novembro de 2011, bem como a elaboração de planos de contingência previdenciária;

Assinado em 20/11/2014

**FUNPRESP – FPE – Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

Norma Complementar da Previdência da Comissão Coordenadora

Em 21 de Setembro de 2015 a 2016

Com a finalidade de criar, aprovar e alterar no caso de outra forma:

Meio para o caso de crédito em política de investimentos, colaboradores que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo mantém em sua base de dados, bem como a forma de atualização de informações, bem como a possibilidade de sua exclusão, com base em análise, própria ou terceirizada, sendo como subsidiária interna – mas não se limitando a isso, caso, porém – tenha sido decidida por qualquer um dos órgãos de controle interno, bem como a forma de atualização de informações, bem como a possibilidade de sua exclusão, com base em análise, própria ou terceirizada, sendo como subsidiária interna – mas não se limitando a isso, caso, porém – tenha sido decidida por qualquer um dos órgãos de controle interno.

A Comissão Coordenadora, por meio de suas reuniões, de caráter ordinário de trabalho, aprovou a presente Norma Complementar, a ser publicada no Diário Oficial da União, para produzir efeitos a partir da data de publicação desta Norma Complementar, com as seguintes alterações:

Art. 2º – Da Norma

Esta Norma Complementar, aprovada em 21 de Setembro de 2015 a 2016, que aplica o disposto no art. 2º da Lei nº 10.883, de 2003, que dispõe sobre a criação, a implantação, a administração e o funcionamento das instituições de previdência complementar de servidores da Função-Público, com a finalidade de criar, aprovar e alterar no caso de outra forma:

Art. 2º – A Função-Público realiza licitação pública para contratação de instituição autorizada pelo Conselho de Serviço-Mobilidade para prestar os serviços de crédito e avaliação de crédito, bem como a análise e a avaliação de crédito, bem como a possibilidade de sua exclusão, com base em análise, própria ou terceirizada, sendo como subsidiária interna – mas não se limitando a isso, caso, porém – tenha sido decidida por qualquer um dos órgãos de controle interno.

Art. 3º – A Função-Público aprova a presente Norma Complementar, publicada no Diário Oficial da União, para produzir efeitos a partir da data de publicação desta Norma Complementar, com as seguintes alterações:

Art. 3º – Da Norma

Art. 3º – A Função-Público aprova a presente Norma Complementar, publicada no Diário Oficial da União, para produzir efeitos a partir da data de publicação desta Norma Complementar, com as seguintes alterações:



Rogério Mota



**FUNPRESP – EXE – Fundação de Previdência Complementar do
Serviço Público Federal do Poder Executivo**

Atas das Reuniões de Administração da Companhia Gestora

Realizadas de acordo com o artigo 22º da Lei nº 10.888/04

(Comitê de Administração e Conselho de Administração)

Temos em respeito à FUNDPRESP, uma entidade sem fins lucrativos, de modo a regular a administração pública sob o aspecto da transparência, da informação e do controle e integridade.

13. Comissão Administrativa

Examinada a documentação encaminhada para a Comissão Administrativa, a Comissão Administrativa, em reunião realizada no dia 04 de maio de 2015, no âmbito do Plano de Gestão Administrativa (PGA), deu o seguinte parecer:

Comissão Administrativa/Presidente – De acordo com o relatório, a administração pública, por meio do Conselho de Administração, dos órgãos de fiscalização, do Conselho de Plano de Gestão Administrativa (PGA) deu o seguinte parecer:

Comissão Administrativa/Presidente – De acordo com o relatório, a administração pública, por meio do Conselho de Administração, dos órgãos de fiscalização, do Conselho de Plano de Gestão Administrativa (PGA) deu o seguinte parecer:

Comissão Administrativa/Presidente – De acordo com o relatório, a administração pública, por meio do Conselho de Administração, dos órgãos de fiscalização, do Conselho de Plano de Gestão Administrativa (PGA) deu o seguinte parecer:

14. Comissão Tributária

De acordo com o relatório nº 7.50/15 da COMPT, em reunião realizada no dia 04 de maio de 2015, a Comissão Tributária, em reunião realizada no dia 04 de maio de 2015, no âmbito do Plano de Gestão Administrativa (PGA), deu o seguinte parecer:

A COMPT – Comissão Tributária, em reunião realizada no dia 04 de maio de 2015, no âmbito do Plano de Gestão Administrativa (PGA), deu o seguinte parecer:

De acordo com o relatório nº 7.50/15 da COMPT, em reunião realizada no dia 04 de maio de 2015, a Comissão Tributária, em reunião realizada no dia 04 de maio de 2015, no âmbito do Plano de Gestão Administrativa (PGA), deu o seguinte parecer:

Assinatura: _____

**FUNPRESP – EXE – Fundação de Previdência Complementar do
Serviço Público Federal do Poder Executivo**

Ronda Galvão, s/n - Vila Dileção - Brasília - Distrito Federal

CNPJ nº 07.000.000/0001-90

Data: 01/05/2015. Hora: 10:00. Assunto: Relatório de Gestão 2014

1.2. Atividade em andamento

As atividades em andamento da Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo foram realizadas em conformidade com o Plano de Trabalho 2014, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2014. A partir de janeiro de 2015, as atividades em andamento foram realizadas em conformidade com o Plano de Trabalho 2015.

Em relação às atividades em andamento, a Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo realizou, em 2014, o trabalho de implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e do Sistema de Controle Interno (SCI), bem como a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e do Sistema de Controle Interno (SCI).

1.3. AGÊNCIA DAS PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES

1.3.1. Atividade

Atividade em andamento em relação à implantação do SIG e do SCI.

Plano	2014	2015
COSTAS OPERACIONAIS	41.876	8.000
EXERCÍCIO	11.812	8.981
EXERCÍCIO	17	41
GOVERNO ACIONÁRIO	45.015	181
FUNDO	15.000	500
PREVIDENTE	29.970	118.200
Total	142.870	135.702

1.3.2. Controle Operacional

Atividade em andamento em relação à implantação do SIG e do SCI. O trabalho de implantação do SIG e do SCI foi realizado em conformidade com o Plano de Trabalho 2014, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2014. A partir de janeiro de 2015, as atividades em andamento foram realizadas em conformidade com o Plano de Trabalho 2015.

1.3.3. Controle Financeiro

Atividade em andamento em relação à implantação do SIG e do SCI. O trabalho de implantação do SIG e do SCI foi realizado em conformidade com o Plano de Trabalho 2014, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2014. A partir de janeiro de 2015, as atividades em andamento foram realizadas em conformidade com o Plano de Trabalho 2015.

Assinado em 01/05/2015

**FUNPROSP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Em 04 de Dezembro de 2015 a 10:00h

(em conformidade com o estatuto da Fundação FUNPROSP)

em 12 de dezembro de 2015, às 10:00h, realizou-se no RJ-11200 (na cidade de Curitiba) a 12ª reunião extraordinária do Conselho de Administração da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, sob a presidência do Sr. Carlos Roberto de Azevedo, Diretor Geral da Fundação FUNPROSP.

II – Assuntos em pauta:

12.1 – Apresentação do Relatório de Gestão 2015 e o balanço financeiro de 2015, Conselho Federal de Investimentos, elaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Investimentos em 12 de novembro de 2015, e do Relatório de Gestão 2015.

A ata desta reunião será incorporada pelo Conselho de Investimentos em suas atas, sob o título de Relatório de Gestão 2015. O Conselho Federal de Investimentos é constituído pelo Conselho de Gestão do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (CGF) e pelo Conselho de Administração do Conselho Federal de Investimentos (CAFI). O Conselho de Investimentos é constituído pelo Conselho de Administração do Conselho Federal de Investimentos (CAFI) e pelo Conselho de Gestão do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (CGF). O Conselho de Investimentos é constituído pelo Conselho de Administração do Conselho Federal de Investimentos (CAFI) e pelo Conselho de Gestão do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (CGF).

Em seguida, após a leitura da ata anterior, realizou-se a 12ª reunião extraordinária do Conselho de Administração da Fundação FUNPROSP, sob a presidência do Sr. Carlos Roberto de Azevedo, Diretor Geral da Fundação FUNPROSP.

Assinado em 04/12/2015

FUNPROSP – CNE - Fundação de Proteção Especial dos Comportadores de Drogas do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS DO SUPLENTE DE CARGA DE TRABALHO

Em 02 de Dezembro de 2017. R. Nº 014

(% - em relação ao valor bruto das contribuições de 2017 - 2018)

Os seguintes são valores de acordo com o valor bruto de 2017 - 2018

Descrição	CPA	%	Valor	%
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.824	2,75%	48.328	8,33%
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.781	2,75%	48.188	8,33%
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	-	-	34.388	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.781	-	0.000	-
Tributos pessoais	-	-	0.000	-
Contribuição para o seguro-desemprego	0.000	-	0.000	-
INSS	2.000	-	0.000	-
Previdência	0	-	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.781	2,75%	48.188	8,33%
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	-	-	34.388	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.781	-	0.000	-
Contribuição para o seguro-desemprego	0.000	-	0.000	-
INSS	2.000	-	0.000	-
Previdência	0	-	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.824	2,75%	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.824	-	-	-
INSS	0.000	-	-	-
Previdência	0	-	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.824	2,75%	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.824	-	-	-
INSS	0.000	-	-	-
Previdência	0	-	-	-
CARTEIRA DE REGISTRO DE DROGAS	15.824	2,75%	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	15.824	-	-	-
INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE DROGAS	0	-	-	-
Total das contribuições de 2017 - 2018	21.648	3,83%	66.516	11,66%

1 - INSS - Contribuição sobre o valor bruto de 2017 - 2018

2 - INSS - Previdência complementar



 Assessor



 Assessor

FUNPRESP – EXE – Fundação de Previdência Complementar do Banco Postal do Brasil

Minuta Planilha de Custos e Transferências, Despesas, Desembolsos

De 01 de Dezembro de 2013 a 30/11/2014

(em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

8.3. Passagens

A presente planilha apresenta o cumprimento das Finess e FIDPRESPs e FIDPRESPs em se tratando de despesas no âmbito do Programa de Custos e Transferências, Despesas, Desembolsos, em função do custo de aquisição.

Composição do Finesp/Despesa

DESCRIÇÃO	2013	2014
FINESP/Despesa	14.000	14.000
Indicadores	843	808
Finesp/Despesa	13.158	13.192
Saldo do Finesp/Despesa (com o balanço)	1.148	1.100

8.4. Impostos e Contribuições

A presente planilha apresenta o custo de aquisição de bens e serviços (em milhares de reais)

TIPO	2013	2014
IMPOSTO DE RENDAS (IR)	178	146
IMPOSTO DE RENDAS (IRPF)	178	146
IMPOSTO DE RENDAS (IRPJ)	0	0
IMPOSTO DE RENDAS (IRPF) - IRPJ	25.127	25.077
IMPOSTO DE RENDAS (IRPJ) - IRPF	25.127	25.077
IMPOSTO DE RENDAS (IRPF) - IRPJ	0	0
Total	25.473	25.369

9. Despesas com Pessoal

No Plano DIRESPEN, temos o valor de R\$ 807 mil a serem pagos a terceiros, em função da contratação de serviços de consultoria e assessoria de R\$ 6 mil para acompanhamento de processos administrativos.

O valor de R\$ 6 mil não foi empenhado, pois não foram realizadas as aquisições de R\$ 6 mil em 2014.

Fundação de Previdência Complementar do Banco Postal do Brasil

**FUNPRESP – EXC - Fundação de Previdência Complementar do
Serviço Público Federal do Poder Executivo**

Nota de Informação de Desembolso da Comissão Colegiadora

Em 27 de Dezembro de 2013 (2013)

(Uma vez que não há depósito de recursos em 2013)

3. Fundo Administrativo

Com base na análise contábil apresentada nos anexos desta nota de informação, em relação a 2013, não houve depósito de recursos, ou restituição de recursos dos beneficiários públicos no âmbito do fundo administrativo, em virtude da falta de depósito de recursos em 2013, nos termos do artigo 7º do Plano de Custeio nº 13.000/13, portanto, não houve depósito de recursos de recursos administrativos dos beneficiários em 2013.

Foi feita análise do RFB nº 107 em virtude de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP.

O valor original de R\$ 100.000,00 não foi depositado em 2013, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP.

Apresento esta Nota de Informação para fins de registro de depósito de recursos em 2013, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP.

Data	Plano de Custeio	Plano de Custeio	Valor
18/03/2013	EXC 03	EXC 03/2013	10.000
21/03/2013	EXC 03/2013	EXC 03/2013	5.000
28/03/2013	EXC 03	EXC 03/2013	5.000
18/03/2013	Plano de Custeio	EXC 03/2013	10.000
Total			30.000

3.4. Previdência Multigeral e Previdência

De acordo com o planejamento dos planos de previdência em 2013, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP.

Esta nota de informação é apresentada para fins de registro de depósito de recursos em 2013, em virtude do fato de não ter sido realizado o depósito de recursos em 2013 pelo FUNPRESP.



**FUNFRESP – FIDE – Fundação de Previdência Complementar do
Serviço Público Federal do Poder Executivo**

Ministério da Fazenda – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em 21 de Dezembro de 2015 e 2014

Previdência de renda, seguro e plano de saúde de curta duração

o) no final das contas por forma tributada e a serem recolhidas pelo FIDE, conforme as regras de contribuição de cada uma das modalidades;

O FIDE pode alocar os recursos, apólice de seguro, ações, títulos, etc. desde que os recursos sejam investidos em ativos de renda fixa, renda variável ou em outros investimentos autorizados pelo Conselho de Administração, desde que, a qualquer momento, não sejam destinados ao pagamento de benefícios previdenciários, por serem investimentos de longo prazo, com o objetivo de garantir a duração do contrato de seguro, que deve ser em conformidade com o disposto no Regulamento do Fundo (Lei nº 10.233/2001) e no Regulamento do Plano (Lei nº 10.233/2001) e demais atos normativos emitidos pelo FIDE em conformidade com a legislação aplicável. O FIDE pode também aplicar recursos em ações de empresas listadas em bolsa de valores, desde que o prazo de duração do contrato de seguro seja superior a 12 (doze) meses, no montante de 10,0% (dez por cento) do patrimônio líquido do FIDE, em conformidade com o disposto no Regulamento do Fundo.

Acrescentando-se o custo do FIDE, há custos de transação associados ao pagamento de seguros previdenciários, custas de emissão de Seguro de Risco de Crédito (SRC), administração, emissão de prêmio e da correspondência com a seguradora, etc.

Uma cópia desta avaliação é enviada ao Conselho Administrativo do Conselho de Administração do FIDE, para ciência e registro, e para o grupo controlador do FIDE, para ciência e registro por parte.

Esta avaliação pode ser utilizada para fins de controle interno e externo do FIDE e para a administração das FIDEs do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O presente relatório não pode ser utilizado para fins de divulgação pública.

Descontamos a seguir as despesas mensais por parte do FIDE, em conformidade com o disposto no Regulamento do FIDE, sendo no grupo controlador do FIDE o Grupo Controlador do FIDE (GC-FIDE).

Assinado em 2015

**FUNPROSP – FINE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

Rua Rio Pinheiros, s/nº - Vila Alpargadas - CEP: 05418-000 - São Paulo - SP

Data: 21 de Dezembro de 2013 - 2014

Tudo em reais, exceto o que estiver especificado em contrário.

Nome	2013	2014
PLANO COLÍCIAO		
Previdência Complementar	1.020.112	970.098
Benefícios Previdenciários	49	68
Despesas com Benefícios	1.074.918	1.030.274
Contribuição Patronal	1.020.112	970.098
Contribuição do Estado sobre o Programa de FIDC	52.873	4.121
Tributos Previdenciários	8.018	8.018
Previdência Complementar (seguro de vida) - 2013	31	31
Previdência Complementar (seguro de vida) - 2014	33,00	33,00
Exercícios Anteriores - FIDC/FIDC	1.063,08	970,08
PLANO COLÍCIAO 2014		
Previdência Complementar	8.892	14.021
Benefícios Previdenciários	3.110	9.029
Despesas com Benefícios	5.000	11.100
Contribuição Patronal (2014)	36,00	1,00
Contribuição do Estado (2014)	37,00	170
Tributos Previdenciários	37,00	170
Exercícios Anteriores - FIDC/FIDC	5.205	12.800
Fundo Administrativo	-	170.000
Previdência Patronal - COLÍCIAO	100.642	50.000

O presente relatório financeiro foi elaborado com base nos dados contábeis de acordo com o plano de contas aprovado pelo Conselho de Administração, sob a supervisão do Conselho Fiscal, e com o auxílio do Departamento de Contabilidade, sob a supervisão do Departamento de Contabilidade. O presente relatório financeiro foi elaborado com base nos dados contábeis de acordo com o plano de contas aprovado pelo Conselho de Administração, sob a supervisão do Conselho Fiscal, e com o auxílio do Departamento de Contabilidade, sob a supervisão do Departamento de Contabilidade. O presente relatório financeiro foi elaborado com base nos dados contábeis de acordo com o plano de contas aprovado pelo Conselho de Administração, sob a supervisão do Conselho Fiscal, e com o auxílio do Departamento de Contabilidade, sob a supervisão do Departamento de Contabilidade.

A administração reconhece responsabilidade integral pelo conteúdo deste relatório financeiro, de acordo com o plano de contas aprovado pelo Conselho de Administração, sob a supervisão do Conselho Fiscal, e com o auxílio do Departamento de Contabilidade, sob a supervisão do Departamento de Contabilidade.



**FUNPROSP – ERE – Fundação de Previdência Complementar do
Serviço Público Federal do Poder Executivo**
Manual de Regras para o Discurso de Aposentadoria Complementar
Resolução Normativa nº 20/2016
Em vigor a partir de 01/07/2016

REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO.

No âmbito financeiro de aplicação do benefício, os recursos são investidos em operações de curto e médio prazo, com finalidade específica para os benefícios concedidos. Dentre formas, o investidor é obrigado a manter os recursos investidos por meio regular de administração em fundos de investimento necessários em termos de liquidez para a cobertura de benefícios, não podendo haver a formação de reservas de benefícios e provisões.

Os recursos possuem em momento de aplicação, um prazo de duração mínimo de 90 dias para a cobertura de curto prazo, de acordo com o prazo de cobertura dos benefícios. Os recursos são investidos em operações de curto e médio prazo de aplicação de recursos em fundos de investimento para a cobertura de benefícios, não podendo haver a formação de reservas de benefícios e provisões.

No regime financeiro de capitalização, o plano possui o instrumento de proteção de crédito de longo prazo para a cobertura de longo prazo, de acordo com o prazo de cobertura dos benefícios. Porém, há a possibilidade de aplicação de recursos em operações de curto e médio prazo para a cobertura de curto e médio prazo, desde que haja a formação de reservas de benefícios e provisões para a cobertura de longo prazo.

As operações realizadas no âmbito do plano, que envolvem a aplicação de recursos em operações de curto e médio prazo para a cobertura dos benefícios, são realizadas em operações de curto e médio prazo, desde que haja a formação de reservas de benefícios e provisões para a cobertura de longo prazo.

PLANO	TIPO DE OPERAÇÃO	PRazo de duração	Forma Financeira
INTEGRAL	RECURSOS-Operação	90	Capitalização
ALTERNADA	RECURSOS-Operação	90	Capitalização

De acordo com o disposto no regulamento do plano, os recursos são investidos em operações de curto e médio prazo para a cobertura dos benefícios, não podendo haver a formação de reservas de benefícios e provisões para a cobertura de longo prazo.




FIAPRESP – EXE – Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal da Polícia Civil

Nota Curativa nº 05/2019, sobre o contrato nº 200907.00001

De 31 de Dezembro de 2019.

em matéria de controle sobre o cumprimento de obrigações

para as áreas de atuação de referência onde encontra-se o vínculo com a União, em especial, no âmbito do quadro de servidores públicos do Distrito Federal, para a execução dos serviços de manutenção e custeio do quadro de servidores públicos, em especial, nos benefícios pagos.

Trata-se de controle contábil de prestação de serviços de acordo com o termo aditivo de ajuste contratual decorrente de posterior de fato de modo a corrigir o valor em caráter definitivo das parcelas devidas de 2019 a 2020, tendo em vista a ocorrência de inadimplência decorrente de não recolhimento.

2.5. Fatores

O Órgão Administrador do FOCB, ao receber de terceiros o benefício passado em garantia com o efetivo de prestação de serviços de manutenção e custeio do quadro de servidores. De 2019, a partir da implementação da Associação de Instituições de Garantia com o qual foram realizados os contratos de prestação de serviços de manutenção e custeio.

3. APLICAÇÃO DE RECURSOS CONTINGENTES FUTUROS

Tudo isso exige a aplicação de recursos em nome da Associação de Unidades de 1ª e 2ª Instâncias de 2019, a 2020, em virtude do contrato nº 12087, de 03 de setembro de 2019, que prevê, além da obrigação de prestação de serviços, a obrigação de manutenção e custeio do quadro de servidores, em especial, nos benefícios pagos.

- 1. 2019 – R\$ 1.000.000,00, em nome da Associação de Unidades de 1ª e 2ª Instâncias de 2019, a 2020, em virtude do contrato nº 12087, de 03 de setembro de 2019, que prevê, além da obrigação de prestação de serviços, a obrigação de manutenção e custeio do quadro de servidores, em especial, nos benefícios pagos.
- 2. 2020 – R\$ 1.000.000,00, em nome da Associação de Unidades de 1ª e 2ª Instâncias de 2019, a 2020, em virtude do contrato nº 12087, de 03 de setembro de 2019, que prevê, além da obrigação de prestação de serviços, a obrigação de manutenção e custeio do quadro de servidores, em especial, nos benefícios pagos.

Página 2 de 21

**FUNPRESP – FNE - Fundação de Previdência Complementar do
Sistema Público Federal do Poder Executivo**

Sistema de Previdência da Administração de Contas Consolidadas

De 01 de Dezembro de 2013 a 2014

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a Resolução nº 121 do CONTCO - Conselho Administrativo de Recursos Decisórios em dezembro de 2013, que modificou o plano de regime próprio de previdência dos funcionários públicos, foram adotadas medidas, dentre elas, a criação de instituições operadoras previdenciárias, com o objetivo de melhorar a administração e a prestação de serviços previdenciários. Atualmente, a Fundação de Previdência Complementar do Sistema Público Federal do Poder Executivo, por meio do Conselho de Administração, está em processo de criação de 12 Operadoras de Previdência Complementar, sendo 11 para as seguintes categorias:

1) **OPREPRESP** - Operadora de Previdência Complementar para os servidores do Poder Executivo Operacional, desde a Lei 6049/1994 até a Lei nº 12.247/10;

2) Operadoras previdenciárias para os demais servidores da administração de níveis superiores de carreira, bem como para os membros do Poder Judiciário, Poder Executivo Legislativo, integrantes do Poder Judiciário Superior Eleitoral, integrantes do Poder Judiciário Eleitoral, integrantes do Poder Judiciário Eleitoral Superior, integrantes do Poder Judiciário Eleitoral Superior, integrantes do Poder Judiciário Eleitoral Superior, integrantes do Poder Judiciário Eleitoral Superior.

Fonte	Descrição
21.200	Terceira Esfera Federal
21.204	Atos de Gestão de Contas Federais
21.205.01.01	União Federal
21.205.01.02	Municípios
21.205.01.03	Distrito Federal e Territórios
21.205.01	União Federal e Territórios
21.205.01	União Federal e Territórios

Os valores aqui serão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e representam os dados consolidados por administração.

Fonte	Descrição
1.202.20.0	União Federal - Reserva Financeira
1.202.20.00	União Federal - Reserva Financeira
4.102.20.00	União Federal - Reserva Financeira


 Responsável

**FUNREESP – FINE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

Manual de Administração de Investimentos de Recursos Contribuintes

Parte III de Investimentos em FIIs e FICIs

Guia de Investimentos em FICIs (Fundo de Investimento em Imóveis)

A administração dos recursos dos contribuintes seguirá as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Investimentos, além das regras estabelecidas pelo Regulamento FUNDRESP, o Regulamento de Investimentos em FICIs e o Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis, bem como as regras estabelecidas pelo Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis, bem como as regras estabelecidas pelo Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis.

Os investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis serão realizados de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis, bem como as regras estabelecidas pelo Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis.

3. INVESTIMENTOS EM FICIS DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

3.1. Administração de Recursos dos Contribuintes em FICIs

Os recursos dos contribuintes serão investidos de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis.

Os recursos dos contribuintes serão investidos de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis, bem como as regras estabelecidas pelo Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis.

A partir de 01/01/2015, os recursos dos contribuintes serão investidos de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis, bem como as regras estabelecidas pelo Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis.

Os recursos dos contribuintes serão investidos de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis, bem como as regras estabelecidas pelo Regulamento de Investimentos em FICIs de Investimentos em Imóveis.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

**FUNPRESP – EXE – Fundação de Previdência Complementar do
Sistema Público Federal no Poder Executivo**

Relatório Especial sobre a Administração Costeada em 2014

Exercício de 2014 (de 01 a 31 de dezembro)

(Em conformidade com o Regulamento Interno)

8.2. Apresentação do Plano de Mensuração de Riscos – PMR

Foi elaborado o plano de mensuração dos riscos administrativos no âmbito:

do SUPRA, a unidade executora de pagamento, e no âmbito das AT privadas, de acordo com o Modelo Internacional – OIT/2012 (7), desenvolvido em parceria com o Centro Financeiro Internacional para a América Latina (CEFINAL) e o Conselho de Administração Regional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social do Estado de São Paulo de Administração e Gestão de Contribuição e Previdência Social. Trata-se de uma ferramenta de Planejamento, com o objetivo de fornecer informações sobre o processo de identificação, mensuração e controle dos riscos, permitindo a ocorrência de ações corretivas em outubro de 2014, a partir do modelo desenvolvido em 2010 pelo Conselho Administrativo de Previdência Social do Estado de São Paulo.

Como resultado de aplicação da ferramenta de mensuração de riscos (RISCO) em 2014, foram identificados pontos de vulnerabilidade, em conformidade com o Modelo Internacional (OIT/2012), no âmbito do SUPRA, com o objetivo de proporcionar melhorias em 2015, a partir das ações planejadas.

Em 2015, o SUPRA, administradora executora dos pagamentos, vai atuar no âmbito do SUPRA e, de acordo com a Resolução do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2014, vai atuar no âmbito do SUPRA, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para a elaboração do plano de mensuração de riscos em 2014, foram utilizadas as ferramentas de mensuração de riscos desenvolvidas pelo Conselho Administrativo de Previdência Social do Estado de São Paulo.

Conforme descrito em detalhe no PMR, o SUPRA, executora dos pagamentos, vai atuar no âmbito do SUPRA e, de acordo com a Resolução do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2014, vai atuar no âmbito do SUPRA, a partir de 1º de janeiro de 2015.




Flavio de Sá





**FUNPRESP – EAE - Fundação de Previdência Complementar do
Serviço Público Federal do Poder Executivo**

Nota Explicativa do Plano de Custeio e Recurso da Contribuição dos Segurados

Período de Exercícios de 2015 a 2016

(Previsão de Despesa com a Previdência Complementar do Poder Executivo)

Esta Nota Explicativa foi elaborada em conformidade com o disposto no artigo 10º, inciso III, da Lei nº 10.883, de 28 de maio de 2003, e a legislação de aplicação do Plano de Custeio e Recurso da Contribuição dos Segurados de R\$ 4.041 mil.

 Roberto Passos de Castro Diretor Executivo CPF: 020.001.71-00	 Luiz Henrique de Fátima Castro Diretor de Administração CPF: 020.001.71-00	 Luiz Henrique de Fátima Castro Diretor de Recursos Humanos CPF: 020.001.71-00
 Roberto Passos de Castro Diretor Executivo CPF: 020.001.71-00	 Luiz Henrique de Fátima Castro Diretor de Administração CPF: 020.001.71-00	 Luiz Henrique de Fátima Castro Diretor de Recursos Humanos CPF: 020.001.71-00

ANEXO III – PARECER ATUARIAL – PLANO EXECPREV



PARECER ATUARIAL

**PLANO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO PODER EXECUTIVO – Plano Executiva Federal**

CONPR nº 2014/0014-38

Este parecer atuarial refere-se à avaliação atuarial do plano de previdência de benefícios a longo prazo do Plano Executiva Federal, administrado pelo Conselho de Administração do Fundo de Previdência dos Servidores do Poder Executivo – FUNPESP-EXE.

16 de Maio de 2016

**Cláudio Barata de Jesus, Diretor
FUNPESP**

16 maio 2016



ÍNDICE

1. INTRODUCCIÓN	1
2. OBJETIVO	2
3. CARACTERÍSTICAS DE LOS FONDOS DE PENSIONES	3
4. REGIMEN DE MANEJO DE LOS FONDOS DE PENSIONES	4
5. DEBERES Y OBLIGACIONES	4
6. BASE LEGAL	6
7. TIPO DE FONDOS	6
8. ASPECTOS LEGALES BÁSICOS	8
9. ESTRUCTURA	8
10. ORGANIZACIÓN DE LOS FONDOS DE PENSIONES	9
11. PARTICIPACIÓN DE LOS FONDOS DE PENSIONES EN EL MERCADO	10
12. CONSIDERACIONES FINALES	11





1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a atuação institucional e o perfil científico mundial do Plano Diretor do Estado, apoiado em recursos financeiros, vêm sendo definidos pelo Conselho de Amparo Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FUNPESP/CEP), a autoridade máxima no âmbito estadual de ciência e tecnologia.

2. OBJETIVO

O Plano Diretor tem como principal objetivo especificar os princípios orientadores da política estadual de ciência e tecnologia, a fim de garantir a qualidade dos projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a eficiência dos recursos públicos disponíveis.

3. RESPONSABILIDADES DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação dos itens listados a seguir é de responsabilidade dos órgãos e entidades listados no Quadro 1, com a participação do Comitê Diretor, pelo programa de avaliação de projetos.

Quadro 1. Competências das instituições

Item do plano	Órgão/Entidade	Atividade do Plano	Método de Avaliação
Aprovação do Plano	Legislativo	Constituição do Plano	Resolução do Conselho de Estado de Ciência e Tecnologia, criada a partir da Lei de criação do Conselho, aprovando os termos, objetivos e o plano de trabalho do Plano Diretor.
Aprovação do Plano de G&D	Estado	Resolução do Conselho	Resolução do Conselho de Estado de Ciência e Tecnologia, criada a partir da Lei de criação do Conselho, aprovando o plano de trabalho do Plano Diretor.
Processo de seleção de Projetos de G&D do Conselho de Estado de Ciência e Tecnologia	Estado	Resolução do Conselho	Resolução do Conselho de Estado de Ciência e Tecnologia, aprovando os termos, objetivos e o plano de trabalho do Plano Diretor, aprovando os termos, objetivos e o plano de trabalho do Plano Diretor.





Tabla 1

<p>Punto por punto de participación variable</p>	<p>Opor</p>	<p>Beneficio Colaborativo</p>	<p>Se trata de un contrato, celebrado en el momento de la emisión de los valores, por el cual el FOPROVI se obliga a pagar, al titular de los valores, el monto de los beneficios de participación variable que se generen durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores.</p>
<p>Punto de participación variable</p>	<p>Opor</p>	<p>Beneficio Colaborativo</p>	<p>Se trata de un contrato, celebrado en el momento de la emisión de los valores, por el cual el FOPROVI se obliga a pagar, al titular de los valores, el monto de los beneficios de participación variable que se generen durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores.</p>
<p>Beneficio de participación variable</p>	<p>Beneficio de Participación Variable</p>	<p>Beneficio Colaborativo</p>	<p>Se trata de un contrato, celebrado en el momento de la emisión de los valores, por el cual el FOPROVI se obliga a pagar, al titular de los valores, el monto de los beneficios de participación variable que se generen durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores.</p>

El presente punto de participación variable se genera durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores.

Fondo de Pensiones para la Vejez

Documento N° 001/2015

4. REGIMEN FINANCIARIO E INSTRUMENTOS DE FINANCIAMIENTO

De acuerdo con el artículo 14 de la Ley N° 27936, el FOPROVI se financiará a través de los recursos que se generen durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores.

El presente punto de participación variable se genera durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores, de acuerdo con el porcentaje de participación variable que se genere durante el periodo de vigencia de los valores.

¹ Fuente: Ley N° 27936, Ley N° 27937 y Ley N° 27938, Ley N° 27939, Ley N° 27940, Ley N° 27941, Ley N° 27942, Ley N° 27943, Ley N° 27944, Ley N° 27945, Ley N° 27946, Ley N° 27947, Ley N° 27948, Ley N° 27949, Ley N° 27950, Ley N° 27951, Ley N° 27952, Ley N° 27953, Ley N° 27954, Ley N° 27955, Ley N° 27956, Ley N° 27957, Ley N° 27958, Ley N° 27959, Ley N° 27960, Ley N° 27961, Ley N° 27962, Ley N° 27963, Ley N° 27964, Ley N° 27965, Ley N° 27966, Ley N° 27967, Ley N° 27968, Ley N° 27969, Ley N° 27970, Ley N° 27971, Ley N° 27972, Ley N° 27973, Ley N° 27974, Ley N° 27975, Ley N° 27976, Ley N° 27977, Ley N° 27978, Ley N° 27979, Ley N° 27980, Ley N° 27981, Ley N° 27982, Ley N° 27983, Ley N° 27984, Ley N° 27985, Ley N° 27986, Ley N° 27987, Ley N° 27988, Ley N° 27989, Ley N° 27990, Ley N° 27991, Ley N° 27992, Ley N° 27993, Ley N° 27994, Ley N° 27995, Ley N° 27996, Ley N° 27997, Ley N° 27998, Ley N° 27999, Ley N° 28000.





Quadro 2. Regimes Especiais de Previdência dos Servidores Públicos

Regime	Região Previdenciária
Regime Especial de Previdência	Região Especial
Regime Especial de Previdência	Região Especial de Previdência
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial de Previdência
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial de Previdência
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial de Previdência
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial de Previdência
Regime Especial de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Região Especial

Este Quadro apresenta os regimes especiais de previdência social em vigor, aplicáveis a uma categoria ou a um grupo de servidores públicos, com base no artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a possibilidade de criação de regimes especiais de previdência social para os servidores públicos, desde que sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

Fonte: FUNPESP (2023).

Disponível em: <https://www.funpresp.org.br>

Os regimes especiais de previdência social são criados por lei, em conformidade com o artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e são aplicados a uma categoria ou a um grupo de servidores públicos, com base no artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a possibilidade de criação de regimes especiais de previdência social para os servidores públicos, desde que sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

Os regimes especiais de previdência social são criados por lei, em conformidade com o artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e são aplicados a uma categoria ou a um grupo de servidores públicos, com base no artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a possibilidade de criação de regimes especiais de previdência social para os servidores públicos, desde que sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

Os regimes especiais de previdência social são criados por lei, em conformidade com o artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e são aplicados a uma categoria ou a um grupo de servidores públicos, com base no artigo 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a possibilidade de criação de regimes especiais de previdência social para os servidores públicos, desde que sejam aprovados pelo Congresso Nacional.



125



Se requiere el número de identificación personal de cada uno de los beneficiarios de los beneficios de crédito. Debe ser el número de identificación personal de la persona que recibe los beneficios. Debe ser el número de identificación personal de la persona que recibe los beneficios de crédito de FUNPESP.

Tabla 7. Beneficiarios de los créditos de FUNPESP

Beneficiario	Clasificación de Beneficiario
Superintendente Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP

El presente documento es una herramienta de trabajo para el personal de FUNPESP. No debe ser utilizado para fines de lucro. Se permite su reproducción y distribución siempre y cuando se cite la fuente original.

Este documento es una herramienta de trabajo para el personal de FUNPESP. No debe ser utilizado para fines de lucro. Se permite su reproducción y distribución siempre y cuando se cite la fuente original.

4. INFORMACIÓN ADICIONAL

Este documento es una herramienta de trabajo para el personal de FUNPESP. No debe ser utilizado para fines de lucro. Se permite su reproducción y distribución siempre y cuando se cite la fuente original.

Tabla 8. Beneficiarios de FUNPESP

Beneficiario	Clasificación
Superintendente Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP
Comité de Supervisión Municipal	Beneficiario de FUNPESP

El presente documento es una herramienta de trabajo para el personal de FUNPESP. No debe ser utilizado para fines de lucro. Se permite su reproducción y distribución siempre y cuando se cite la fuente original.

Este documento es una herramienta de trabajo para el personal de FUNPESP. No debe ser utilizado para fines de lucro. Se permite su reproducción y distribución siempre y cuando se cite la fuente original.

Este documento es una herramienta de trabajo para el personal de FUNPESP. No debe ser utilizado para fines de lucro. Se permite su reproducción y distribución siempre y cuando se cite la fuente original.



o valor de aquisição de cada equipamento é corrigido pelo fator inflacionário de acordo com o índice oficial de preços e o valor resultante é atualizado de acordo com o índice de inflação do período de validade do contrato.

Os dados postorais relativos ao Edital são de caráter reservado, porém a divulgação de informações a respeito da validade das propostas e da publicação de editais, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, é obrigatória. O Edital e o processo de licitação estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.funpesp.org.br.

6. BASE CADASTRAL

Para fins de registro em nome do Estado de São Paulo de 2019, foi realizado o teste técnico com o Plano Executivo Federal em vigor em 2019, para fins de cadastro pelo FUNPESP/EXE, visando a validade da participação com o objetivo de estabelecer o prazo de validade de 90 (noventa) dias. Devido ao fato de não haver sido realizado o teste de conformidade técnico, os dados técnicos necessários para o teste foram obtidos diretamente do cadastro dos fornecedores cadastrados no sistema de cadastro de fornecedores do Estado de São Paulo.

Tabela 1. Cadastro Técnico Federal

Descrição	Cadastro	
	Ativo (Número)	Inativo (Número)
Nº de empresas	15.779	3.112
Empresas de Participação do Estado (PDE)	15.624	1.500
Empresas não-afiliadas (PDI)	1.155	2.012
Total de empresas	16.934	5.112
Empresas com cadastro em nome do Estado	1.179	313
Total de empresas de cadastro pelo Estado de São Paulo	1.179	313

Fonte: Cadastro Técnico Federal (CTF).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o Regulamento do Plano Executivo Federal em vigor em 2019, a política de benefícios econômicos em nome do Estado de São Paulo (PDE) tem por finalidade a execução programada de serviços, materiais e obras de caráter pontual, com a inclusão em nome do Estado de São Paulo.

Para a realização de testes técnicos em nome do Estado de São Paulo em nome do Estado de São Paulo, os dados necessários ao cadastro de fornecedores foram obtidos diretamente do cadastro de fornecedores.

Após obter o resultado do teste técnico em nome do Estado de São Paulo, para efeitos de cadastro de fornecedores programados de fornecimento de bens e serviços pontuais em nome do Estado de São Paulo.

Para efeitos de cadastro de fornecedores em nome do Estado de São Paulo, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, é obrigatória a divulgação de informações a respeito da validade das propostas e da publicação de editais, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.



Regulamentada em 1974, dependendo de parecer favorável do Conselho de Administração, que se reúne em 27 de Maio de 2015, a ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Motivado pelo crescimento contínuo previsto de aposentados, devido ao aumento da população em idade ativa, bem como a redução das despesas previdenciárias, foram adotados os seguintes critérios de contribuição de 2015 em diante, em conformidade com a legislação atualizada no Tabela 2.

As despesas administrativas serão cobradas pelo Conselho de Administração, tendo em vista a responsabilidade por sua gestão, bem como pela falta de controle que decorre pelo aumento das despesas da Contribuição Administrativa, em virtude de 1,00% de aumento anual a partir de 2015.

Tabela 2 Taxas anuais de contribuição previstas para o período de 2015 (Ano Inicial) e 2016 (Ano Final) – Taxas anuais, para 2015

Total	Contribuição (%)	100%
Contribuição Administrativa (Contribuição Administrativa) (PA-ADM)	2,00%	23,33%
Contribuição Anual de Depósito em nome do FAPESP	0,00%	0,00%
Contribuição Anual de Aposentados em nome do FAPESP	1,00%	0,00%
Contribuição Anual sobre o Salário do Participante Ativo (PA-PAV)	1,00%	1,00%
Contribuição Anual sobre o Salário do Participante Aposentado (PA-PAV)	0,00%	0,00%
Despesas por Descontos de Impostos (PA-PAV)	0,00%	0,00%
Contribuição sobre o IPI	0,00%	0,00%
Taxa de Carregamento	1,00%	1,00%
Despesas Administrativas (Contribuição Administrativa)	12,00%	11,33%
Total	Contribuição	100%
100%	20,00%	20,00%
Taxa de Carregamento	1,00%	1,00%
TOTAL ANUAL sobre o Salário do Participante Ativo	12,00%	11,33%
Total	Contribuição	100%
100%	13,00%	13,00%
Taxa de Carregamento	1,00%	1,00%
Despesas Administrativas (Contribuição Administrativa)	10,00%	8,00%

Fonte: Diretoria de Previdência

Com o intuito de melhorar o nível de transparência e a prestação de contas, o Conselho de Administração aprovou a criação de uma comissão de controle interno, responsável por acompanhar o cumprimento das normas previdenciárias e de controle interno, bem como a elaboração de relatórios. Essa comissão foi criada pela Diretoria de Previdência.



El presente informe sobre el Plan de Inversión de la Vejez, elaborado por el Comité de Inversión y el Comité de Asesoría de Inversión, se publica en el marco de la Ley de Acceso a la Información Pública y de la Ley de Transparencia, con el objetivo de dar a conocer al público en general el funcionamiento del fondo de pensiones para la vejez.

8. QUÉ PASARÁ DESPUÉS DE ESTO

En 2015, el monto de los pagos de la vejez llegará a 14.072 millones de pesos, lo que representa un aumento del 15% con respecto al monto de 12.237 millones de pesos que se pagó en 2014. Este aumento se debe a la implementación del nuevo mecanismo de asignación de recursos, que tiene como objetivo principal mejorar el nivel de las pensiones de la vejez, de acuerdo a las especificaciones del PCEI, que tiene como meta principal mejorar la calidad de vida de los adultos mayores.

9. RIESGOS ACTUARIALES

El presente informe ha sido elaborado en el marco de la Ley de Inversión y el Plan de Inversión de la Vejez, con el objetivo de dar a conocer al público en general el funcionamiento del fondo de pensiones para la vejez, de acuerdo a las especificaciones del PCEI, que tiene como meta principal mejorar la calidad de vida de los adultos mayores.

El presente informe ha sido elaborado en el marco de la Ley de Inversión y el Plan de Inversión de la Vejez, con el objetivo de dar a conocer al público en general el funcionamiento del fondo de pensiones para la vejez, de acuerdo a las especificaciones del PCEI, que tiene como meta principal mejorar la calidad de vida de los adultos mayores.

El presente informe ha sido elaborado en el marco de la Ley de Inversión y el Plan de Inversión de la Vejez, con el objetivo de dar a conocer al público en general el funcionamiento del fondo de pensiones para la vejez, de acuerdo a las especificaciones del PCEI, que tiene como meta principal mejorar la calidad de vida de los adultos mayores.

El presente informe ha sido elaborado en el marco de la Ley de Inversión y el Plan de Inversión de la Vejez, con el objetivo de dar a conocer al público en general el funcionamiento del fondo de pensiones para la vejez, de acuerdo a las especificaciones del PCEI, que tiene como meta principal mejorar la calidad de vida de los adultos mayores.

El presente informe ha sido elaborado en el marco de la Ley de Inversión y el Plan de Inversión de la Vejez, con el objetivo de dar a conocer al público en general el funcionamiento del fondo de pensiones para la vejez, de acuerdo a las especificaciones del PCEI, que tiene como meta principal mejorar la calidad de vida de los adultos mayores.





El presente es el resultado del análisis de los participantes del mes de febrero de 2015 de la Bolsa Mexicana de Valores de los programas de inversión, los cuales se describen a continuación.

Para el presente mes de febrero de 2015, el comportamiento de los programas de inversión en el mercado de valores de México fue similar al que se presentó en el mes de enero de 2015. El CIBIC A continuó creciendo, manteniéndose el primer lugar de la lista de los programas de inversión de responsabilidad social de inversión, con una diferencia de un punto porcentual en la calidad de participación de febrero.

10. PROVISIONES SOBRE VENTAS EFECTIVAS PRESIDENCIALES

Todas las provisiones presupuestales en el presente mes de febrero de 2015 se otorgaron de conformidad con el artículo 144 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos y el artículo 11 de la Ley de Ingresos para el Estado de México – 2015.

Tabla 10: Provisiones Presupuestales

Cuenta	2015	2014
Provisiones Presupuestales	17,816,519.8	11,548,244.79
Declaración de Ingresos	17,745.00	48,216.48
Cuentas de Ingresos	3.00	3.00
Cuentas de Ingresos de Inversión	3.00	3.00
Declaración de Gastos	17,742.00	19,190.00
Valor Actual de los Gastos Futuros Programados – Gastos	3.00	3.00
Valor Actual de los Gastos Futuros Programados – Ingresos	17,739.00	19,187.00
Declaración de Gastos	47,062,206.54	41,177,694.40
Cuentas de Gastos	25,062,207.54	27,716,614.75
Saldo de Gastos – Gastos de Inversión, Gastos de Ingresos	25,025,277.51	19,177,174.75
Saldo de Gastos – Gastos de Ingresos	37,000,000.00	7,539,439.99
Declaración de Ingresos de Capitalización Programada	0.00	0.00
Valor Actual de los Gastos de Ingresos	0.00	0.00
Valor Actual de los Gastos de Ingresos de Inversión	0.00	0.00
Valor Actual de los Gastos de Ingresos de Ingresos	0.00	0.00
Declaración de Gastos de Capitalización Programada	25,072,565.18	4,218,474.18
Valor Actual de los Gastos de Ingresos de Inversión	25,072,565.18	4,218,474.18
Valor Actual de los Gastos de Ingresos de Ingresos	3.00	3.00
Valor Actual de los Gastos de Ingresos de Ingresos de Ingresos	3.00	3.00
Provisiones Presupuestales	6,215,808.53	5,714,278.14
Declaración de Ingresos de Ingresos Regulares	214,166.71	21,113.00
Declaración de Gastos de Ingresos Regulares	2,734,917.51	1,104,811.51

Elaboración: SIFIN/02/15

5

SIFIN



Conforme o TCU, tal possibilidade para o Fundo Previdenciário é a utilização da abertura orçamentária de recursos para a FUNPESP custando, no entanto, aos beneficiários, a utilização em regime de capitalização e não de custo fixo. Desta forma, todos os benefícios para os beneficiários em regime de custeio são diferentes e resultam em um menor montante dos benefícios concedidos ao público em geral.

Assim, para manter benefícios em regime de custeio em nível de remuneração equivalente ao regime de capitalização, seria necessário que o Estado de São Paulo adotasse o modelo de FUNPESP. Como o modelo mantido atualmente é baseado no sistema de capitalização, a única maneira de manter os benefícios em regime de custeio é a redução do custo fixo. Isso significa, portanto, a redução de benefícios em favor da Fundação de Custeio de Benefícios Previdenciários do Estado de São Paulo (FUNPESP) e não a redução dos benefícios em favor da Previdência Municipal, mantendo o modelo atual de FUNPESP em vigor.

Em seguida, foi realizada uma análise de custos de administração de R\$ 27.149.730 com recursos próprios, em comparação com o custo de administração por meio de licitação, por meio de uma pesquisa regulatória que considerou o tempo necessário para a realização de participações públicas. O custo de administração ficou estimado em 124 vezes o de custeio fixo, devido à complexidade da estrutura funcional de contratação e manutenção de serviços terceirizados.

11. ATRIBUIÇÃO DE CREDITO DO PLANO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A composição do Plano de Custos e de Créditos do Exercício de 2015, está apresentada na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Composição de Créditos do Exercício de 2015 (R\$ mil)

Conta	Valor
Abrir Total	13.514.000,00
10 - Salário e Projeção	5.000.000,00
11 - Contribuição Social	1.000.000,00
12 - Projeção de Benefícios	0,00
13 - Projeção de Benefícios	2.510.000,00
14 - Projeção de Benefícios	2.140.000,00
15 - Projeção de Benefícios	2.864.000,00
Total do Plano de Custos e de Créditos	14.514.000,00

De acordo com a Tabela 3, a quantidade mensal de pagamentos é de 12. Assim, o plano de benefícios custeado no regime de custeio fixo é de R\$ 1.167.833,33 em 2015, uma vez que o custo fixo mensal de custeio é equivalente ao valor dos custos Previdenciários Mensais.



Tabela 3: Resultado Anual do Plano em 31/12/2014

Conta	Valor
Patrimônio de Cobertura do Plano	147.816.645,50
(1) Provisões Matemáticas	147.816.645,50
Reserva Convulsiva	131.148,85
Reserva a Conceder	147.685.496,65
Resultado do Exercício	0,00

Fonte: Relatório F-1 (RFP-SP-2014)

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, concluímos que o Plano Executivo Federal se encontra equilibrado, tendo sua obrigação integralmente coberta pelo ativo do plano, em conformidade com a legislação específica e com os princípios fundamentais e atuais governantes acima, observando-se os resultados e indicações operadas nesta Avaliação Anual.

Brasília, 07 de março de 2016.

Cláudio Rafael Barros Dias
Assessor Técnico nº 12-01

ANEXO IV – PARECER ATUARIAL – PLANO LEGISPREV



PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PODER LEGISLATIVO – Plano LegisPrev

CNPB nº 2013.0006-15

Parecer Atuarial referente à avaliação atuarial de encerramento da execução social de 2015 do Plano LegisPrev administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-ESB.

Análise Responsável

Cláudio Roberto Barros Dias
MBA 1348

Março/2016



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. OBJETIVO.....	2
3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	2
4. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E MÓDULOS DE FINANCIAMENTO.....	3
5. HIPÓTESES ATUARIAIS.....	5
6. BASE CADASTRAL.....	6
7. TABELA DE JUROS E INTERESSES.....	6
8. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	8
9. RISCO E TENCERAS.....	8
10. PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS.....	9
11. PARTICIPANTES DO SISTEMA DE PLANO DE BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO.....	10
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11



1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de análise respectiva pela avaliação atuarial do Plano LegisPov (administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPESP-GO), apresenta a seguir abaixo a situação atuarial do citado Plano.

2. OBJETIVO

Esta Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os principais resultados da avaliação atuarial, demonstrar as condições do plano de Benefícios e estabelecer o plano de custos, bem como o montante das reservas matemáticas do LegisPov, com data de 31/12/2015.

3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

As características dos benefícios oferecidos pelo plano LegisPov estão detalhadas no Quadro 1, com as respectivas modalidades, tipo (programado ou vital) e nível.

Quadro 1 - Características dos Benefícios

Benefício	Tipo de Benefício	Modalidade do Benefício	Monte Base do Benefício
Aposentadoria Normal	Programado	Benefício Definido	É dada proporcional por um prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência da Participante no dia de concessão do benefício, obtida a partir da Tabela de Mortalidade Geral, separada por sexo, utilizada para o Plano, calculada no dia de concessão.
Aposentadoria por Invalidez	Vital	Benefício Definido (%)	É dada proporcional pelo prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência da Participante no dia de concessão do benefício, obtida a partir da Tabela de Mortalidade do Invalidez utilizada para o Plano, calculada no dia de concessão.
Pensão por Morte de Participante Afeto Natural e do Participante Antecipadamente	Vital	Benefício Definido (%)	É dada proporcional pelo prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência da Participante Afeto ou do Participante Antecipadamente no dia de concessão do benefício, obtida a partir da Tabela de Mortalidade Geral, separada por sexo, utilizada para o Plano, calculada no dia de concessão do benefício.



ANEXO 1

<p>Fondos por balance de transferencias de Arrendatarios</p>	<p>Arrendatarios</p>	<p>Fondo de Pensiones para la Vejez (FPV)</p>	<p>Este tipo de fondos se conforma por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los arrendatarios de inmuebles urbanos que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento. Los fondos de pensiones de los arrendatarios de inmuebles urbanos se conforman por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los arrendatarios de inmuebles urbanos que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.</p>
<p>Beneficios por jubilación de jubilados</p>	<p>Jubilados</p>	<p>Arrendatarios Jubilados</p>	<p>Este tipo de fondos se conforma por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento. Los fondos de pensiones de los jubilados se conforman por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.</p>
<p>Fondos de jubilados</p>	<p>Jubilados</p>	<p>Arrendatarios Jubilados</p>	<p>Este tipo de fondos se conforma por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento. Los fondos de pensiones de los jubilados se conforman por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.</p>

El Fondo de Pensiones para la Vejez (FPV) es un fondo de pensiones para la vejez que se conforma por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento. Los fondos de pensiones de los jubilados se conforman por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.

4. RENDICIÓN FINANCIEROS Y MÉTODOS DE FINANCIAMIENTO

El presente informe financiero tiene por objeto presentar el estado de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento. Los fondos de pensiones de los jubilados se conforman por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.

El presente informe financiero tiene por objeto presentar el estado de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento. Los fondos de pensiones de los jubilados se conforman por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.

1. Fondo de Pensiones para la Vejez (FPV) es un fondo de pensiones para la vejez que se conforma por el saldo de los recursos de los fondos de pensiones de los jubilados que se transfieren al momento de cancelar el contrato de arrendamiento.





Quadro 2. Regimes Previdenciários das Beneficiárias do Plano

Beneficiária	Regime Previdenciário
Beneficiária 1 (Mãe)	Capitalização
Beneficiária 2 (Mãe)	Capitalização (Capitalização Convencional) ¹
Beneficiária 3 (Mãe) do Beneficiário 1 (Mãe) do Beneficiário 2 (Mãe)	Regime Geral (Regime Geral Unificado) ²
Beneficiária 4 (Mãe) do Beneficiário 2 (Mãe)	
Beneficiária 4.1 (Mãe)	Capitalização
Beneficiária 4.2 (Mãe)	Regime Geral (Regime Geral Unificado) ²
Beneficiária 5 (Mãe) do Beneficiário 2 (Mãe)	
Beneficiária 5.1 (Mãe)	Capitalização
Beneficiária 5.2 (Mãe)	Regime Geral (Regime Geral Unificado) ²
Beneficiária 6 (Mãe)	Regime Geral

1) Regime de capitalização em que o participante contribui durante a vida com o objetivo de acumular recursos para a aposentadoria, podendo ser realizada a conversão do plano para o Regime Geral. 2) Regime de previdência social em que o participante contribui durante a vida com o objetivo de acumular recursos para a aposentadoria e o pagamento de benefícios durante a vida.

Fonte: Plano Previdenciário.

Atualizado em 20/08/2014.

O plano prevê a existência de regras diferenciadas para o cálculo do valor da prestação de benefícios previdenciários, dependendo do tipo de plano e do regime previdenciário em que o participante se encontra. Para os planos de capitalização, o valor da prestação de benefícios previdenciários é determinado com base nos recursos acumulados no plano.

Para os planos de previdência social, o valor da prestação de benefícios previdenciários é determinado com base no período de contribuição do participante, no momento em que o participante se encontra em situação de aposentadoria ou inatividade. Sendo assim, o valor da prestação de benefícios previdenciários é determinado com base no período de contribuição do participante no plano previdenciário em que o participante se encontra em situação de aposentadoria ou inatividade.

As regras de cálculo da prestação de benefícios previdenciários são estabelecidas pelo plano previdenciário em que o participante se encontra em situação de aposentadoria ou inatividade. O plano previdenciário em que o participante se encontra em situação de aposentadoria ou inatividade é o plano previdenciário em que o participante se encontra em situação de aposentadoria ou inatividade.



Na seguinte tabela, descrevemos as regras que regem o modo de utilização da Fundição de Direitos Previdenciários de Capitalização de Planos de Benefícios, considerando a forma de distribuição, no tempo, de seus benefícios naturais. Como todos os Planos possuem diferentes regras para a prestação de benefícios, descrevemos apenas as regras que regem a distribuição dos benefícios em Quadro 4.

Quadro 4: Modos de distribuição dos benefícios de Planos de Capitalização

Modalidade	Forma de Distribuição
Apresentação Normal	Capitalização Integral e Capitalização Progressiva ⁽¹⁾
Previdência por Meio do Fato, a menos que seja o caso de aposentadoria	Capitalização Integral
Benefícios por meio do fato de aposentadoria normal	Capitalização Integral
Previdência por meio de aposentadoria	Capitalização Integral

(1) Para a distribuição por meio de Capitalização Progressiva, há duas modalidades: a) por meio de 100 parcelas mensais; b) por meio de 12 parcelas mensais.
 (2) Distribuição por meio de 100 parcelas mensais.

Por fim, os regimes previdenciários não se de finem apenas no Brasil, para a maioria dos países a maioria dos Planos de Capitalização de Direitos Previdenciários de Planos de Benefícios também se de finem no Brasil, com exceção dos regimes previdenciários de alguns países, como o caso da Alemanha.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuárias são as variáveis utilizadas para avaliação atuarial, descritas no Anexo A, Quadro 5, tendo em vista a natureza de estudos de capitalização previdenciária em regimes previdenciários de longo prazo, de natureza atuarial, de longo prazo.

Quadro 5: Hipóteses atuárias

Hipótese	Fonte
Taxa de juros real	7%
Crescimento salarial	3,75%
Taxa de mortalidade	MPROV-2010 nacional
Taxa de mortalidade por idade	Emprego-2010, considerando que não há mortalidade antes da aposentadoria, e mortalidade em benefício das tabelas de mortalidade de idade.
Taxa de mortalidade por invalidez	Emprego-2010, considerando que não há mortalidade antes da aposentadoria por invalidez, e mortalidade em benefício por invalidez.
Salário mínimo	MPROV-2010, considerando que não há mortalidade antes da aposentadoria.

Fonte: elaboração do MPROV-2010.

5.1. Em termos gerais, há um conjunto de variáveis utilizadas para avaliação atuarial previdenciária. No entanto, devido à natureza de longo prazo dos estudos de natureza atuarial de

1. O Brasil, A. B. De Faria, *Salário mínimo: história dos aumentos por análise de 1950-2008*, São Paulo: FAPESP, 2009.





Las actividades de gestión planificada, desarrolladas en el rubro de los CCDE, son aquellas que se ejecutan durante un periodo de tiempo limitado y con el propósito de alcanzar un objetivo específico, en el momento y en el lugar que se han determinado en un plan de actividades.

Todas las actividades planificadas son de carácter operativo y se ejecutan a través de la gestión directa de la gerencia, en sus oficinas centrales y secundarias, a través de algunas unidades de gestión, con fines operativos y de apoyo. En el presente informe se detallan las actividades planificadas que se ejecutaron durante el periodo comprendido entre el 1º de enero de 2015 y el 31 de diciembre de 2015.

5. BARRERAS LEGALES

El análisis legal actual de fiscal de control de 2015 en el rubro de barreras legales a la Banca Legítima, efectuado a instancia de la gerencia y dirigido por el Sr. MARIO RAMÍREZ, como a continuación se expone, tiene como finalidad evaluar el estado de las barreras legales del CCDE 2015. Después de haber efectuado un análisis de control de cumplimiento de la ley, se concluye que no existen barreras legales que impidan la ejecución de las actividades planificadas con destino a la gestión administrativa del negocio requerido.

TABLA 5. Barreras Legales

Existencias	Legítimas	
	Año Normal	Año Adicional
Nº de unidades legales	14	65
Cuánto de unidades legales (en millones de dólares)	1.236.41	1.000.42
Cuánto de unidades legales (en millones de dólares)	1.236.41	1.000.42
Existencias legales (en millones de dólares)	10.41	45.29
Tiempo máximo de ejecución (en meses)	1.41	1.29
Tiempo máximo de ejecución pública (en meses)	1.67	1.57

Fuente: Gerencia de Banca Legítima.

7. RECOMENDACIONES LEGALES

De acuerdo con el Reglamento de la Banca Legítima en el CCDE 2015, el plan de actividades administrativas de fiscalización de Control de Barreras Legales (CCDE) y de la Banca Legítima programado para el periodo de ejecución de las actividades planificadas, incluye las siguientes propuestas de acciones:

Mejorar el nivel de cumplimiento de las actividades de la gerencia fiscal de barreras legales de la Banca Legítima programadas en el Reglamento de la Banca Legítima.

Actualizar el registro de unidades legales de la Banca Legítima en el CCDE para cobertura de fiscalización de programación de la Banca Legítima por parte de los controladores de barreras legales de la gerencia.

El registro de unidades legales de la Banca Legítima en el CCDE, de manera colectiva en un solo programa de datos, principalmente, para tener un mejor control de las unidades legales evaluadas. No obstante de que se propone la actualización de la fiscalización de las unidades legales de la Banca Legítima.



Reguladas en el artículo 13 del Reglamento de la Ley de pensiones de vejez de la Ley de pensiones para la vejez, que pueden ser de 7,9% (2016) a 21,9% en el caso de un nivel de riesgo de probabilidad 1.

El valor actualizado de los pagos de los planes de pensiones de vejez se calcula de acuerdo con el artículo 13 del Reglamento de la Ley de pensiones de vejez de la Ley de pensiones para la vejez, que pueden ser de 7,9% (2016) a 21,9% en el caso de un nivel de riesgo de probabilidad 1.

Al depositar el dinero en el fondo de pensiones para la vejez, el participante recibe un certificado de participación, que sirve como evidencia de la inversión. El valor de la inversión se calcula de acuerdo con el artículo 13 del Reglamento de la Ley de pensiones de vejez de la Ley de pensiones para la vejez, que pueden ser de 7,9% (2016) a 21,9% en el caso de un nivel de riesgo de probabilidad 1.

Tabla 13. Factores de actualización de flujo para el participante (2016-2017) con el nivel de riesgo de probabilidad 1 (2016)

Total	Cuando el flujo 17%	18,7%
Fondo de Colaboración de Inversores Extranjeros (FCIE)	48,9%	54,7%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,7%	1,7%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,7%	1,7%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	0,5%	4,1%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	0,5%	0,5%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	0,5%	2,5%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	0,5%	4,0%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,1%	1,0%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,1%	26,2%
Total	Cuando el flujo 16%	18,7%
FCIE	4,0%	17,5%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,7%	1,7%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	18,58%	27,81%
Total	Cuando el flujo 16%	18,7%
FCIE	4,0%	23,2%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,7%	1,7%
Fondo de Inversión para el Desarrollo de México (FIDEM)	1,7%	23,1%

El valor actualizado de los pagos de los planes de pensiones de vejez se calcula de acuerdo con el artículo 13 del Reglamento de la Ley de pensiones de vejez de la Ley de pensiones para la vejez, que pueden ser de 7,9% (2016) a 21,9% en el caso de un nivel de riesgo de probabilidad 1.



al día de compromisos de FUNPRESP, en virtud de las acciones garantizadas de esta forma a los beneficiarios, así como a la garantía de cumplimiento de los compromisos asumidos por el FIDE, a través de los seguros de riesgo vital correspondientes. La información resumida de esta Beneficencia se detalla:

8. HEMERABILIDADES DEL PLANO

En 2015 el Comité Ejecutivo del Fondo de Pensiones para la Vejez (FUNPRESP) realizó actividades conjuntas con los seguros de riesgo vital de la compañía aseguradora y con el FIDE, respecto a la actualización de la información de los beneficiarios. Para el 2015 el FIDE, a través de la Fundación para el Desarrollo de la Vejez (FUNDEV), garantizó la vigencia de los compromisos asumidos por el FIDE, así como la cobertura de los valores previstos en el Fondo de Seguro de Vida correspondiente al FIDE, que se actualizó al día de corte de la fecha de corte.

9. REROSOS ACTUARIAS

De acuerdo a los datos del Fondo de Seguro de Vida de la Compañía de Seguros de Vida de Chile (FIDE), se ha efectuado un análisis de los datos de pensiones de los beneficiarios de la Beneficencia, en el año 2015 para el cálculo de las rentas mensuales, por medio de un estudio que se ha realizado en el FIDE correspondiente a los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte.

El estudio se basa en la información de los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales, en el año 2015, que se han utilizado para el cálculo de las rentas mensuales, por medio de un estudio que se ha realizado en el FIDE, para el año 2015, en el cual se han considerado los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales.

Por otra parte, se han realizado los cálculos de las rentas mensuales de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales, en el año 2015, que se han utilizado para el cálculo de las rentas mensuales, por medio de un estudio que se ha realizado en el FIDE, para el año 2015, en el cual se han considerado los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales.

Una consecuencia de los datos de los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales, en el año 2015, que se han utilizado para el cálculo de las rentas mensuales, por medio de un estudio que se ha realizado en el FIDE, para el año 2015, en el cual se han considerado los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales.

En consecuencia, se ha realizado el estudio de los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales, en el año 2015, que se han utilizado para el cálculo de las rentas mensuales, por medio de un estudio que se ha realizado en el FIDE, para el año 2015, en el cual se han considerado los datos de los beneficiarios de la Beneficencia de la fecha de corte, así como de los datos de los parámetros de las rentas mensuales.





o pagamento de multa a favor das partes por Antônio Moreira, todos de acordo com o Edital de licitação para a prestação de serviços de limpeza dos prédios do município de São Paulo.

Para mais detalhes referentes às informações aqui expostas, consulte o Relatório de Gestão Financeira de 2014, disponível em: www.fundpresp.org.br, e o Relatório de Gestão Financeira de 2013, disponível em: www.fundpresp.org.br. Para mais detalhes, consulte o Relatório de Gestão Financeira de 2014, disponível em: www.fundpresp.org.br.

10. FUNDOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS PREVIDENCIÁRIOS

Para mais detalhes referentes às informações aqui expostas, consulte o Edital de Licitação nº 001/2014, disponível em: www.fundpresp.org.br, e o Edital de Licitação nº 001/2013, disponível em: www.fundpresp.org.br.

Tabela 10 - Fundos de Previdência

Categoria	2013	2014
Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	5.971.873,21	1.658.743,89
Contribuição do Estado	0,00	0,00
Contribuição do Município	0,00	0,00
Contribuição do Contribuinte	0,00	0,00
Contribuição do Fidejussor	0,00	0,00
Valor Acumulado em Fidejussão - Acumulados - Contribuintes	0,00	0,00
Valor Acumulado em Fidejussão - Acumulados - Fidejussores - Contribuintes	0,00	0,00
Benefícios em Pagamento	1.401.874,51	1.622.743,89
Contribuição do Estado	1.401.874,51	1.622.743,89
Contribuição do Município - parcela Fidejussões	1.141.113,77	892.262,97
Contribuição do Município - parcela Fidejussões - Fidejussores	240.760,74	730.480,92
Multa em Pagamento - Contribuintes - Acumulados	0,00	0,00
Multa - Anual dos Beneficiários Fidejussores	0,00	0,00
Multa - Anual dos Beneficiários Fidejussores - Fidejussores	0,00	0,00
Parcialidades		
Valor Acumulado em Contas a Receber em Parcialidades	0,00	0,00
Contribuição do Estado em Contas a Receber em Parcialidades	164.486,43	164.211,17
Valor Acumulado em Contas a Receber em Parcialidades - Fidejussores	164.486,43	164.211,17
Valor Acumulado em Contas a Receber em Parcialidades - Fidejussores - Fidejussores	0,00	0,00
Multa em Contas a Receber em Parcialidades - Acumulados	0,00	0,00
Previdência em Geral	4.570.000,00	278.943,89
Contribuição do Estado em Geral	4.570.000,00	278.943,89

Com base no Relatório de Gestão Financeira de 2014, o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo possui um saldo líquido de R\$ 1.658.743,89 em 31/12/2014.



supra da cobertura. Desta forma, todas as contribuições para estes benefícios em determinado período são destinadas a constituir as provisões matemáticas de benefícios concedidos naquele mesmo período.

As provisões são atualizadas periodicamente pelo método de acumulação, anualmente, são realizadas de acordo com a metodologia descrita na NTA. Com o resultado anual das provisões matemáticas correspondentes aos benefícios concedidos e o comparete realizado pelo regime de capitalização, ocorre uma movimentação do Fundo Previdencial para o Patrimônio de Cobertura do Plano, decorrente do resultado anual das Provisões Matemáticas, criando o fundo com o código de RH 314.311.32 em 31/12/2013.

II. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2013, está apresentada na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2013

Conta	Valor
Ativo Total	6.571.873,21
1) Esgotou Operacional	5.581,46
Patrimônio Social	6.566.291,75
1) Fundo Adicionalmente	8,80
1) Fundo Previdencial	314.311,32
1) Outros - Provisão em Nota Técnica Atualizada	314.351,32
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.971.873,21

Fundação de Previdência Social

Conforme demonstrado na Tabela 5, o resultado anual do plano é zero. Portanto, o plano de Benefícios Legítimos se apresenta equilibrado anualmente ao final do exercício de 2013, uma vez que o seu Patrimônio de Cobertura equivale ao valor das suas Provisões Matemáticas.

Tabela 5: Resultado Anual do Plano em 31/12/2013

Conta	Valor
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.571.873,21
1) Provisões Matemáticas	6.571.873,21
Benefícios a Conceder	1.871.873,21
Resultado do Exercício	0,00

Fundação de Previdência Social



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Lei tem por objetivo estabelecer o regime de Previdência Social dos servidores públicos do Estado de São Paulo, tendo em vista a obrigação constitucional de garantir a seguridade social dos cidadãos e a conformidade com a legislação previdenciária federal, visando assegurar a prestação de serviços públicos essenciais e a manutenção do patrimônio público e da ordem econômica e social.

Brasília, 07 de março de 2015.



Douglas Roberto Ramos
Governador do Estado de São Paulo

ANEXO V – PREMISSAS ATUARIAIS



RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DAS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015

Maio/2016



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	1
2. JUSTIFICATIVAS	2
2.1. TABELA BRAS ANUAL DE RISCO.....	3
2.2. TABELA DE MORTALIDADE CRUAL.....	4
2.3. TABELA DE MORTALIDADE DE INFÂNCIA.....	5
2.4. TABELA DE ENTRADA EM INFÂNCIA.....	7
2.5. CRESCIMENTO DE LAJAS.....	8
3. CONCLUSÃO	8



1. OBJETIVO

Este documento tiene por objeto el Reglamento de las Normas de Evaluación de los Cursos de Actualización de la Licenciatura de 2015 de Matemática Educativa (LME) – Exámenes de Evaluación, en línea de la carrera, basados en el Decreto 28 de 2015 de la Ley 1712 de 2014 que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

2. JUSTIFICACIÓN

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.

3. Normas relacionadas de grado

El presente documento tiene por objeto de dar a conocer a los docentes de la carrera de Matemática Educativa de la Universidad de la Guajira, los planes de estudio de la carrera de la licenciatura de Matemática Educativa, de la Ley 1712 de 2014, en línea de la carrera de licenciatura de Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C. que establece el currículo de la carrera de licenciatura en Matemática de grado de la Universidad de la Guajira (UNIGUAJIRA) – E.T.C.



Mediante este documento se informa a todos los afiliados que el presente es un instrumento de carácter informativo. Por lo tanto, el presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

De acuerdo con el Reglamento del Fondo de Pensiones para la Vejez, el presente documento tiene carácter informativo y no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

A continuación se presenta el plan de pagos que se aplicará a los afiliados que se retiren del Fondo de Pensiones para la Vejez. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

$$R_{t+1} = \frac{R_t (1 + r) + \frac{R_t}{r} (1 + r)^t - R_t}{\frac{R_t}{r} (1 + r)^t - R_t}$$

Notas:

1. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

2. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

3. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

4. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.

© 2014 por el Fondo de Pensiones para la Vejez. Todos los derechos reservados. Este documento no constituye un contrato de seguro de vida. El presente documento no constituye un contrato de seguro de vida.



A hipótese adotada na avaliação atuarial de 2015 está dentro do intervalo compreendido entre 1,9714 (limite inferior) e 1,9974 (limite superior), dada a taxa de juros partilhada de 3,3976 que foi utilizada a partir do desconto do passivo dos planos de 29,4 anos e 40,9 anos para os planos Ecoófito e Lightfito, respectivamente, apartada na posição de desconto de 2013 por meio de planilha eletrônica disponibilizada pela FRENTE, de acordo com a Portaria MPOPREVIC nº 208/2013.

Uma vez que o horizonte dos cálculos realizados em uma avaliação atuarial é de longo prazo, deve ser observada sua precisão, mas a sustentabilidade dessa premiação, sob forma atuarial ou contábil, é o objetivo.

1.1. Tabela de Mortalidade Geral

De acordo com o que determina a Resolução CGPC nº 18, de 18/03/86, a tabela atuarial utilizada para propósito de longevidade dos participantes e beneficiários do plano de benefícios não segue aquela mais adequada à respectiva idade, não se admitindo, exceto para a condição de beneficiário, tabela atuarial que não seja a mais adequada de vida completa inferior às resultantes de aplicação da tabela AT-84.

A FUNPESP-EXC utiliza a tabela geracional RP2000², com aplicação da escala A4 de redução das probabilidades de morte fixas, visando incorporar no cálculo atuarial a mortalidade esperada de reduções futuras na mortalidade dos servidores. A tabela referida possui expectativas de vida superiores à tabela Ecoófito AT84, conforme demonstrado no Tabela 1, estando adequada a sua utilização com o que determina o contábil citado.

Tabela 1. Expectativas Completas de Vida ao Nascer

RP2000 - Masculino	RP2000 - Feminino	AT84 - Masculino	AT84 - Feminino
66,15	66,14	78,89	84,25

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FUNPESP-EXC/UEL

Adicionalmente, a Resolução nº 18/2006 determina que a utilização da tabela atuarial deverá ser baseada por meio de estudo específico, após avaliação cuidadosa e adequada, sob tais aspectos técnicos, entre o comportamento demográfico da massa de participantes e beneficiários dos planos e respectivas tabelas atuariais utilizadas.

No entanto, ainda não se tem estatísticas suficientes de morte dos participantes e beneficiários vinculados aos planos para o trabalho de estudo de adequação, com base nos dados pessoais, sob o aspecto de funcionamento até 31/12/2013, tempo considerado como mínimo para a obtenção de tal estudo segundo a Resolução nº 18/2006.

Desse forma, optamos pela utilização da tabela RP2000 geracional A4 que se revelou estatisticamente suficiente para a realização do estudo de correção de adequação.

² Salgado, J. A. (2000). The RP2000 Mortality Table Paper, 2000.



desta forma, o presente regulamento é aprovado em sessão plenária do Conselho Superior do Estado, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente.

1.2. Títulos de Crédito de Renda Fixa

Em respeito à Títulos de Renda Fixa de Curto Prazo, o Conselho Superior do Estado de São Paulo, no âmbito da Superintendência Regional de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, resolve, por meio de Resolução, em sessão plenária, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, aprovar o presente regulamento, para disciplinar a aplicação dos recursos do fundo de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo.

1.3. Títulos de Renda Fixa de Longo Prazo

A Superintendência Regional de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, no âmbito da Superintendência Regional de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, resolve, por meio de Resolução, em sessão plenária, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, aprovar o presente regulamento, para disciplinar a aplicação dos recursos do fundo de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo.

1.4. Considerações finais

Este regulamento dispõe sobre a aplicação dos recursos do fundo de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo, em títulos de Renda Fixa de Curto Prazo, e de Longo Prazo, e é aprovado em sessão plenária, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado.

2. CONCLUSÃO

Em sessão plenária, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado de São Paulo, resolve, por meio de Resolução, em sessão plenária, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, aprovar o presente regulamento, para disciplinar a aplicação dos recursos do fundo de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo.

Este regulamento é aprovado em sessão plenária do Conselho Superior do Estado de São Paulo, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado.

Este regulamento é aprovado em sessão plenária do Conselho Superior do Estado de São Paulo, em 17 de agosto de 2016, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado, em sessão pública, sob a presidência do presidente do Conselho Superior do Estado.



Respecto de arrendos, que en períodos anteriores a 2015 se han observado niveles de precios muy altos, se solicita que se realice un estudio de mercado para que se pueda determinar oportunamente eventuales discrepancias observadas en los hechos cobrados.

Solicítase que estos hipótesis sean presentadas en un informe a la Junta Consultativa en una fecha anterior de 2015 con planes EscalPre y LógicaPre.

Buenos Aires, 07 de mayo de 2018



Carlos Rafael Barria Díaz
Apellido N° 148

ANEXO VI – PARECER AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE – PLANO EXECPREV



PARECER DA AUDITORIA ATUARIAL

Plano Executivo Federal (CNPB nº 2013.0003-83)

Foram de auditoria atuarial efetuadas a avaliação atuarial de reconhecimento de reservas de 2013 do Plano Executivo Federal submetido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FICSPROSEPE.

Analista Responsável

BÉRGIO CÉSAR DE PAULA CARDOSO

CRM: 2285

ACT: 2249

Maio de 2014

Associação Brasileira de Atuários
Rua Marquês de Pombal, 100 - Sala 1001 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
01050-900 - Fone: (21) 2507-1000 - Fax: (21) 2507-1001



1. Introdução

O presente parecer ético, apóiamos as condições éticas de realização da pesquisa realizada pelo Análise Científica do Conselho Nacional de Ética em Bioética (CNEB) nº 2012/007-51 submetida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) nº 05/05-1153/2012.

2. Objeto e escopo da investigação

O presente parecer ético, tem por objeto de análise o trabalho científico desenvolvido pelo CNEB do Conselho Nacional de Ética em Bioética (CNEB) sobre a realização de pesquisas científicas com células tronco embrionárias (CTEs) e células tronco epiteliais (CTEs), a atuação dos órgãos federais e estaduais e as instituições de pesquisa e de ensino de pós-graduação em relação às atividades de pesquisa em CTEs e CTEs, submetidas pelo Conselho Nacional de Ética em Bioética (CNEB) nº 2012/007-51.

3. Requisitos éticos e informacionais

Para a realização desta pesquisa científica, foram estabelecidas as seguintes condições éticas e informacionais:

- (1) Fazer duas reuniões com o CNEB;
- (2) Realizar a reunião com o CNEB em 02/05/2013;
- (3) Realizar reunião de 10/05/2013;
- (4) Adotar dois pareceres éticos em 02/05/2013 e 11/05/2013;
- (5) Atualizar o parecer ético e fazer relatório das participações éticas, realizadas, a respeito de atividades de pesquisa de 02/05/2013 a 10/05/2013;
- (6) Atualizar a reunião;
- (7) Relatório de atividades;
- (8) Regulamento de plano de pesquisa;
- (9) Dados relativos à atividade que subsidiaram a elaboração do parecer ético.

4. Conclusões

O parecer ético não contém as condições de participação, realização e transferência do plano de benefícios e de financiamento independentes para a pesquisa de células tronco epiteliais e células tronco epiteliais. Cabe à comissão queim para a realização da pesquisa, em relação aos seus condições de forma que a realização da pesquisa, não seja realizada, com a finalidade de pesquisa para a realização de pesquisas em células tronco epiteliais, com a finalidade de pesquisa para a realização de pesquisas em células tronco epiteliais, com a finalidade de pesquisa para a realização de pesquisas em células tronco epiteliais.

Como forma de fundamentar que a Comissão realize periodicamente reuniões de acompanhamento, solicitando informações por meio de formulários adequados de acompanhamento de cada plano e também, orientar os participantes e comitês dos planos de benefícios quanto à execução de suas pesquisas, em atendimento aos requisitos e condições de participação.



Este se aplicó mediante encuestas censales de base nacional en más de 10 mil hogares de las zonas urbanas y rurales, en los años 2006, 2009, 2011 y 2013. Los datos se procesaron y analizaron para la elaboración de este informe, con el apoyo de los técnicos del INEC.

Los datos estadísticos que participan en estos cuadros se beneficiaron del apoyo técnico de especialistas de la Universidad de Cuenca, en materia de estadística, así como de los especialistas de nuestra institución en materia de estadística, por quienes se realizó el apoyo logístico y administrativo durante el desarrollo de los estudios.

Cuadro 1. Estratificación Demográfica Participantes Urbanos

Estratificación	Arbo Normal	Arbo Alternativo
Cantidad	22.778	2.917
Porcentaje de la muestra (2006)	95,0%	11,0%
Cantidad de hogares (HH)	10.116	1.451
Estratificación por sexo		
Masculino (en porcentaje)	51,0%	50,0%
Femenino (en porcentaje)	49,0%	50,0%
Total (cantidad de hogares seleccionados)	10.116	1.451

Fuente: Dirección de Encuestas y Estadística

Cuadro 2. Estratificación Demográfica Apoyados y Donadores

Estratificación	Apoyados	Donadores
Nº de participantes	-	1.451
Porcentaje de HH	-	11,0%
Estratificación por sexo		
Masculino (en porcentaje)		49,0%

Fuente: Dirección de Encuestas y Estadística

A diferencia de otros países, en relación a la información financiera, que entre otros países en el 2013 el 97,4% de los hogares reportó tener acceso a la información de los ingresos de los miembros de la familia, en Ecuador el 40,5% de los hogares de participantes, que financiarían proyectos, reportó no tener acceso a esta información de manera regular.

Con respecto a tener acceso regular a servicios de pago de los impuestos, en Ecuador el 40,5% de los hogares reportó tener acceso a estos servicios.

A lo largo del estudio se ha ido realizando un trabajo de monitoreo de los cambios de las condiciones de acceso a estos servicios, en los hogares que participaron en los estudios, así como en los hogares que no participaron, con el fin de evaluar el impacto de las intervenciones en el acceso a los servicios de pago de los impuestos y de tener acceso a la información de los ingresos de los miembros de la familia.

4.11. Impacto Financiero e Institucional en el acceso a los servicios de pago

Por parte de la Dirección General de Estadística y Censos del Ecuador, se elaboró el estudio de impacto institucional, el cual se refiere a la evaluación de los cambios de las condiciones de acceso a los servicios de pago de los impuestos y de tener acceso a la información de los ingresos de los miembros de la familia.

El sistema financiero opera a forma de intermediación financiera para facilitar el flujo de los recursos financieros en el país. El sistema financiero se divide en una segunda financiera específica que se refiere a la actividad de intermediación de los recursos financieros. Esta segunda financiera se refiere a la actividad de intermediación de los recursos financieros para el financiamiento de las actividades.



Antes a prestação dos benefícios preparadores e de benefício a prestação de trabalho e a prestação de serviços sociais. Com o advento do regime de concessão de aposentadoria, parte dos benefícios foram incluídos no regime geral de previdência social. Porém, parte dos benefícios preparadores não preparadores é concedida pelo Estado da Bahia de acordo com o Decreto Estadual nº 2.016, de 19 de maio de 1974, e o Decreto Estadual nº 2.017, de 19 de maio de 1974.

Com a criação do Regime de Previdência Social do Estado da Bahia, em 1974, foram incluídas no regime geral de previdência social as prestações de benefícios preparadores e de trabalho e de serviços sociais, com exceção do benefício a cargo do Estado da Bahia de Benefícios Preparadores (PBB), criado em 1974.

O regime financeiro de capitalização adotado se por distribuir o custo durante o período de vida antes de participar e ao curso do Plano Benefício de Renda Atividade e a prestação de serviços sociais, sendo adotado o regime de capitalização com juros fixados. Há um regime de capitalização, a forma de distribuição, ao longo do curso dos benefícios preparadores, e a distribuição dos benefícios de trabalho e de serviços.

No âmbito do regime de capitalização, os benefícios de trabalho e de serviços sociais a cargo do Estado da Bahia são concedidos pelo regime financeiro de capitalização, com juros fixados, e os benefícios de trabalho e de serviços sociais são concedidos em regime financeiro.

No âmbito do regime de capitalização, os benefícios de trabalho e de serviços sociais são concedidos pelo regime financeiro de capitalização, com juros fixados, e os benefícios de trabalho e de serviços sociais são concedidos em regime financeiro. Há um regime de capitalização, a forma de distribuição, ao longo do curso dos benefícios preparadores, e a distribuição dos benefícios de trabalho e de serviços.



Quadro 1 – Regimes Tributários e Modos de Faturamento das Entidades do Plano

Entidade	Espécie Tributária	Regime Tributário	Regime Faturador	Modalidade de Faturamento
Empresamento Coletivo	Empresamento	Contribuinte Isento	Faturado	Contribuinte Isento e Contribuinte Isento ⁽¹⁾
Empresamento em lote	Empresamento	Contribuinte Isento	Empresamento em lote no loteamento ⁽²⁾	
Entidade criada por loteamento (sem parcelamento do terreno)	Empresamento	Contribuinte Isento	Empresamento em lote no loteamento ⁽²⁾	
Entidade criada por loteamento parcelado				
Entidade do Empreendimento Isento	Empresamento	Contribuinte Isento	Faturado	Contribuinte Isento
Entidade do Empreendimento por Loteamento	Empresamento	Contribuinte Isento	Empresamento em lote no loteamento ⁽²⁾	
Entidade criada por loteamento de loteamento				
Empresamento Isento	Empresamento	Contribuinte Isento	Faturado	Contribuinte Isento
Entidade do Empreendimento Isento	Empresamento	Contribuinte Isento	Empresamento em lote no loteamento ⁽²⁾	
Entidade Empresamento	Empresamento	Contribuinte Isento	Faturado	Contribuinte Isento

(1) O contribuinte isento pode ser livre de imposto ou estar sujeito ao imposto por ser parte paga e parte isenta, estando a parte isenta a sua respectiva taxa, devendo por vezes de acordo do regime de isenção, após de autorização municipal, beneficiar de isenções.

(2) Neste âmbito os Regimes Tributários de Empreendimentos Isentos podem ser compreendidos por exemplo, nos seguintes casos: Artigo 229.º do Regulamento do ICI.

6. Regimes tributários adotados

A adoção de regimes tributários, desqualificados, isentados e isenções em condições especiais que sejam adequadas às características das veri participações e sociedades é fundamental para assegurar melhores condições e equalizar resultados financeiros anuais dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fecheadas de Previdência Complementar (EFPC). Mas se decidirmos a favor de competências limitadas em o cumprimento do plano de benefícios, as entidades mesmas devem avaliar regularmente de longo prazo, tendo que o uso de regimes desqualificados de validade pode resultar em perdas ou perdas atuais resultarem ao longo do tempo, podendo gerar desqualificação retroativa ao plano.

Uma adequação dos regimes adotados ao regime atual é regida no Regulamento MFC/CGP nº 18, de 24/05/2004, alterado pelo Regulamento MFC/CGP nº 09 e nº 15, de 09/12/2011 e de 18/12/2014, respectivamente, que trata sobre os procedimentos necessários para constituição dos planos de benefícios das Entidades Fecheadas.

Resulta-se que, até ao dia 30/11, os regulamentos e instruções Normativas MFC/CGP nº 18, de 24/05/2004, que estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC no âmbito dos regimes atuais de adotação de regimes tributários. Uma Instrução nº 11, que tem aplicação facultativa para a avaliação anual do cumprimento do mesmo



de 14 de maio de 2011 e subsequentes e parte do parecer segundo processo a Instituto Paulo Freire nº 07, de 11.04.2011, e a parte do 1º de janeiro de 2010, a Instrução Normativa nº 07, de 11.12.2011.

Tudo isso leva que uma lista de instituições estão inscritas, a situação de aderência a EN nº 15/2011 designada de "estado técnico de adequação" ou estado de saúde das instituições que estão em processo de adequação de acordo com estados de aderência. O termo "adequação" no Instrução compreende o conceito de "convergência" que se refere à saúde das instituições de alta qual de parte, e a situação de "aderência", que se refere à saúde das demais instituições (universitárias, tecnológicas, privadas e públicas).

O estado técnico de adequação, mediante pelo estado representado pelo plano para implementação de instituições aderentes ao currículo do Plano Nacional, utiliza as disposições estabelecidas no estado Instrução Normativa nº 07.

A situação aderente ao currículo de 11.12.2011, de acordo do Estado para o estado de funcionamento do plano são mostrados no Quadro 4.

Quadro 4 - Instituições aderentes ao currículo de 11.12.2011

Figura	11.12.2011
Título de Universidade Livre	MP 2006, regulamentado por meio, uma opção de laudo de adequação (LAI) em possibilidade de estado
Título de Universidade de Estado	Regulamento de Regime Geral de Previdência Social (RGR) regulamentado por meio, mediante por Edital 01/2007
Título de Faculdade em Estado	Regulamento regulamentado por meio mediante opção de adequação, mediante de acordo com o estado das Instituições Públicas Federais
Comunidade Educacional	1,00% a.d
Outros tipos de Instituições	0,00% a.d

Obs.: (*) Os títulos de plano de adequação no Estado de saúde de uma e de funcionamento do currículo. Para instituições aderentes e funcionamento de plano: 11.2000228-000.

Em termos gerais, os estados técnicos de adequação, que utilizamos a situação das instituições aderentes ao currículo de funcionamento de currículo de 2011 do Plano Nacional, mostram que as instituições aderentes são adequadas às características de saúde de uma participante, e aderentes e ao seu funcionamento e, ainda, estado em relação ao estado das instituições aderentes, em especial à Resolução CNEP nº 15/2011 e a Instrução Normativa nº 07/2011 que a regulamentam.

Reconhecemos que, para as instituições aderentes, o estado representado de plano mostra a possibilidade de estado de saúde das instituições de funcionamento de currículo nacional, sendo que uma lista de instituições aderentes ao currículo de processo

* Anexo A. 7.3. Os estados técnicos de adequação em possibilidade de RGR. Título: CNEP/EN/07/2011, 2006



MANIFIESTO DE AUTOMÁTICO (Firma dependiente de Sociedades de Crédito), Instrumento de Auto de Fondo de Manejo

1. DATOS BÁSICOS

El plan de manejo de El Ecuador para 2016, con base en el informe de Análisis de Riesgos, está contemplado en Cuadro 1, a seguir.

Quedan a disposición del interesado los siguientes documentos de referencia en el caso de haber solicitado la información de referencia en el artículo 74.

Total	Coeficiente de 1.7%	1.94%
Fondo de Manejo para el Desempeño Personal de los Empleados (FMPE)	1.241%	1.241%
Aportes Económicos de la Aseguradora Social (AES)	1.267%	1.267%
Fondo de Incentivos Económicos para el Personal (FIDE)	1.267%	1.267%
Fondo de Incentivos Económicos para el Personal (FIDE) - FIDE para el Personal	1.267%	1.267%
Aportes Económicos de la Aseguradora Social (AES)	1.267%	1.267%
Fondo de Incentivos Económicos para el Personal (FIDE)	1.267%	1.267%
Tasa de Depreciación	1.267%	1.267%
Tasa de Contingencia	1.267%	1.267%
RESERVA AUTOMÁTICA PARA LA CONTINGENCIA (RAUT)	1.267%	1.267%
Total	Coeficiente de 1.9%	1.94%
Fondo	1.34%	1.34%
RESERVA AUTOMÁTICA PARA LA CONTINGENCIA (RAUT)	1.267%	1.267%
RESERVA AUTOMÁTICA PARA LA CONTINGENCIA (RAUT)	1.267%	1.267%
Total	Coeficiente de 1.9%	1.94%
Fondo	1.34%	1.34%
RESERVA AUTOMÁTICA PARA LA CONTINGENCIA (RAUT)	1.267%	1.267%
RESERVA AUTOMÁTICA PARA LA CONTINGENCIA (RAUT)	1.267%	1.267%

Después de que se han verificado los datos de las cuentas de los fondos de Manejo, se ha concluido el estudio de los datos de los fondos de Manejo para el 2016, con base en el informe de Análisis de Riesgos, y se ha emitido el auto de fondo de manejo.

El informe de Análisis de Riesgos, el cual forma parte del expediente de gestión de la Contraloría General de la República, está disponible en el sitio web de la Contraloría General de la República. El informe de Análisis de Riesgos, el cual forma parte del expediente de gestión de la Contraloría General de la República, está disponible en el sitio web de la Contraloría General de la República.



Integracija materijalnih sredstava u plan, kao odgovor na potrebe za formiranjem osnova za dodatne benefite od EUE

Preduzeće koje je izvršilo investiciju, treba da se opredeli da li će nastaviti sa poslovanjem u 2015. godini, u skladu sa Zakonom o Poslovanju i Zakonom o Zakupu, ili da li će se vratiti u Matični list, u skladu sa Zakonom o Zakupu, ili da li će nastaviti sa poslovanjem u 2015. godini, u skladu sa Zakonom o Zakupu, ili da li će nastaviti sa poslovanjem u 2015. godini, u skladu sa Zakonom o Zakupu.

U skladu sa Zakonom o Zakupu, investicija se može izvršiti u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu.

U skladu sa Zakonom o Zakupu, investicija se može izvršiti u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu.

U skladu sa Zakonom o Zakupu, investicija se može izvršiti u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu.

B. Formiranje materijalnih sredstava u planu

U skladu sa Zakonom o Zakupu, investicija se može izvršiti u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu, u skladu sa Zakonom o Zakupu.



Exercício de 2015 - Despesas com Pessoal em Geral - Despesa em Geral

Conta	2015
Despesas Materiais	147.818.980,80
Despesas Materiais	147.818.980,80
Contribuição Deficitária	0,00
Contribuição Deficitária	0,00
Despesas Materiais	147.818.980,80
Valor Anual das Despesas Materiais Programadas - Exercício	15.140,56
Despesas Correntes	147.803.840,24
Contribuição Deficitária	125.890.977,35
Contribuição Deficitária - parcela Parcelamento em Instâncias	22.823.267,31
Contribuição Deficitária - parcela Parcelamento	102.067.710,04
Despesas Correntes	147.803.840,24
Valor Anual das Despesas Correntes Programadas - Exercício	0,00
Valor Anual das Despesas Correntes Programadas - Exercício	0,00
Valor Anual das Despesas Correntes Programadas - Exercício	0,00
Despesa Definitiva Capitalizável em Programa de	21.472.863,20
Despesa Definitiva Capitalizável em Programa de	21.472.863,20
Valor Anual das Despesas Correntes	0,00
Valor Anual das Despesas Correntes Programadas - Exercício	0,00
Total - Despesas em Geral	329.622.821,04
Exercício de 2015 por Despesa Programada	214.166,70
Total - Despesas em Geral - Exercício Anual	329.622.821,04

EXERCÍCIO 2015-2016

De acordo com o relatório de gestão do exercício 2015, a unidade não apresentou qualquer alteração quanto ao volume de despesas previstas, nem houve qualquer alteração em especificidade no orçamento anual. O cálculo Resultado programado e saldo das DDC programadas é o seguinte:

O resultado programado em 2015, em decorrência da realização de pagamentos de obrigações financeiras de manutenção que ultrapassou a dotação estabelecida para o exercício, foi positivo, tendo sido possível a realização de despesas para manutenção de serviços.

No Quadro 7 é demonstrado o resultado anual do plano Despesa, que representa o resultado obtido no exercício de 2015, considerando o saldo das Despesas Programadas, em face da parcela de despesas programadas não realizadas.

Quadro 7. Resultado anual de Despesa em 2015 (R\$)

Conta	Valor
Despesa de Contas a Pagar	147.818.980,80
(1) Despesas Materiais	147.818.980,80
Despesas Correntes	15.140,56
Despesas Correntes	147.803.840,24
Despesas Correntes	0,00
Total - DDC em 2015	162.974.961,60



Previdência complementar (PCC) ou outra modalidade de previdência complementar de forma proporcional. Os acordos oriundos do FICD para compensar a diferença entre a prestação previdenciária total devida em virtude do INSS do beneficiário e o valor efetivo recebido a título de benefício previdenciário, são considerados como prestações adequadas à constituição do plano e o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano. Não se aplicam de forma total os critérios adotados para a concessão de benefícios previdenciários, em especial, o da incidência do INSS sobre o quanto é devido em função da concessão de plano e o FICD do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano.

3. Principais tipos de planos

Os benefícios pagos integramente a partir de soma de valores previdenciários e não previdenciários, ou seja, soma do INSS do beneficiário e o valor recebido em função de contribuição de terceiros, são considerados planos de tipo misto. Os planos de tipo misto podem ser pagadores de benefícios. Os benefícios pagos com aporte do Plano de Governança de Recursos, são considerados benefícios previdenciários, por não serem pagados integralmente, diferentemente dos planos de tipo misto, que são pagados integralmente, desde que os recursos sejam utilizados exclusivamente no pagamento de benefícios.

Assim, o FICD não tem finalidade para avaliar se o plano em questão é de natureza previdenciária ou não, mas sim se o benefício de sua natureza previdenciária é ou não equiparado aos benefícios previdenciários.

3.1. **Planos de tipo previdenciário** - o plano integra o INSS, ou seja, o valor recebido pelo beneficiário é a soma do INSS devido em função do plano e o valor recebido em função de contribuição de terceiros.

3.2. **Planos de tipo misto** - o plano integra o INSS, ou seja, o valor recebido pelo beneficiário é a soma do INSS devido em função do plano e o valor recebido em função de contribuição de terceiros. Os planos de tipo misto podem ser pagadores de benefícios previdenciários ou não, dependendo do modo de pagamento. Se o plano for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano. Se o plano não for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano.

Assim, se o plano for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano. Se o plano não for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano. O FICD não tem finalidade para avaliar se o plano em questão é de natureza previdenciária ou não, mas sim se o benefício de sua natureza previdenciária é ou não equiparado aos benefícios previdenciários.

3.3. **Planos de tipo não previdenciário** - o plano não integra o INSS, ou seja, o valor recebido pelo beneficiário é o valor recebido em função de contribuição de terceiros. Os planos de tipo não previdenciário podem ser pagadores de benefícios previdenciários ou não, dependendo do modo de pagamento. Se o plano for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano. Se o plano não for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano.

Assim, se o plano for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano. Se o plano não for pagador de benefícios previdenciários, o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano é o valor do acréscimo para se preservar o equilíbrio do plano.



El presente es el resultado de las actividades realizadas en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD)

Respecto a los resultados, se han obtenido los siguientes: se ha elaborado el primer informe de actividades, se ha elaborado el primer informe de actividades, se ha elaborado el primer informe de actividades, se ha elaborado el primer informe de actividades.

III. Conclusiones y recomendaciones

La Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD) ha cumplido con su misión de asesorar al Gobierno Central y a las autoridades provinciales en materia de desarrollo científico y tecnológico, a través de la elaboración de informes, la realización de reuniones de trabajo y la participación en actividades de carácter científico y tecnológico.

Se recomienda a las autoridades provinciales que continúen realizando actividades de carácter científico y tecnológico, a través de la elaboración de informes, la realización de reuniones de trabajo y la participación en actividades de carácter científico y tecnológico.

El presente informe fue elaborado en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD) y se ha elaborado en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD).

El ministro de Salud

Manuel L. Encarnación, M.D.

Este informe fue elaborado en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD) y se ha elaborado en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD). Este informe fue elaborado en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD) y se ha elaborado en el marco de la Comisión Interministerial de Asesoramiento de las Ciencias Aplicadas al Desarrollo (CIAD).

ANEXO VII – PARECER AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE – PLANO LEGISPREV



PARECER DA AUDITORIA ATUARIAL

Plano LegisPrev (CNPB nº 2019.0106-18)

Parecer de auditoria atuarial emitida em favor do plano de manutenção de membros do Plano LegisPrev e do plano de manutenção da Fundação de Previdência Complementar do Conselho Nacional Federal do Poder Judiciário (FPC/STJ/STJ/STJ).

Assinado eletronicamente

SERGIO TEÓFILO DE PAULA CARDOSE

08/06/2019

08/06/2019

01/06/2019

Assinado eletronicamente
 Documento assinado em 08/06/2019 às 10:05:00. O texto original encontra-se disponível em: <https://www.stj.jus.br/portal/assinatura/assinatura>



1. Introducción

El presente manual de procedimientos de control interno (MCI) es un documento de carácter público que forma parte del MCI de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Unidad Ejecutiva Operativa de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos (FUNPRODES).

2. Objetivos, campo de aplicación y alcance

El objetivo principal de este manual de procedimientos de control interno es garantizar la correcta gestión de los recursos de FUNPRODES y el cumplimiento de los objetivos de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos, así como la correcta gestión de los recursos de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos, así como la correcta gestión de los recursos de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos, así como la correcta gestión de los recursos de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos.

A. Alcance de aplicación de los procedimientos de control interno

Este manual de procedimientos de control interno es aplicable a todos los procedimientos de control interno de FUNPRODES.

- i) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.
- ii) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.
- iii) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.
- iv) Sistema de control interno de FUNPRODES.
- v) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.
- vi) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.
- vii) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.
- viii) Procedimientos de control interno de FUNPRODES.

3. Metodología

El presente manual de procedimientos de control interno es un documento de carácter público que forma parte del MCI de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Unidad Ejecutiva Operativa de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos (FUNPRODES).

Desde el punto de vista metodológico, el presente manual de procedimientos de control interno es un documento de carácter público que forma parte del MCI de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Unidad Ejecutiva Operativa de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos (FUNPRODES).

Este manual de procedimientos de control interno es un documento de carácter público que forma parte del MCI de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Unidad Ejecutiva Operativa de FUNPRODES, el cual forma parte del MCI de la Fundación de Promoción y Desarrollo de Servicios Públicos (FUNPRODES).



Se incluye información de los principales países, continentes y bloques económicos, así como una clasificación de los países en función de su desarrollo. El análisis de los datos, tanto en el ámbito mundial como regional, muestra un alto grado de concentración en el PIB. En cuanto a la región, una gran proporción de actividades económicas de base de datos se sitúan en las actividades relacionadas con el ocio.

Tabla 1.1. Indicadores Demográficos de los Países de la Unión

Indicador	Unidad	2014	2015
Superficie	km ²	334	334
Índice de Fecundación (IMF) (FMI)		1,700	1,697
Producción PIB (M€)		1,284	1,281
Índice de Empleo	%	57,3	57,3
Consumo Medio de agua (litros)	litros	147	147
Consumo medio de energía por persona	kWh	1,7	1,7

Fuente: Observatorio de la Economía Española.

El índice de Fecundación (IMF) mide el número de hijos que nacen por mujer en un período de tiempo determinado. La Fecundación es un indicador importante de crecimiento que ayuda a los países a planificar los recursos para mantener un nivel adecuado de educación durante el período escolar.

Según el consumo medio de agua, cada ciudadano de España consume un litro de agua cada día. Este consumo medio de agua es inferior al de otros países de la Unión.

El índice de Empleo mide el número de personas que trabajan en un país. Este índice es un indicador importante de crecimiento que ayuda a los países a planificar los recursos para mantener un nivel adecuado de educación durante el período escolar.

3. Modelos Económicos de los Países de la Unión de la Economía Española

Según el artículo 10 del Estatuto de Autonomía de la Comunidad Autónoma de Madrid, el modelo económico de esta comunidad autónoma se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia.

El modelo económico de esta comunidad autónoma se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia. Este modelo económico se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia. Este modelo económico se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia.

El modelo económico de esta comunidad autónoma se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia. Este modelo económico se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia. Este modelo económico se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia.

El modelo económico de esta comunidad autónoma se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia. Este modelo económico se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia. Este modelo económico se fundamenta en los principios de libertad económica y libre competencia.



El present document és una traducció de l'original en anglès que està sota el domini públic i està subjecte a les condicions d'ús establertes per la llicència Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License. No es garanteix la precisió de la informació continguda en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document.

La Generalitat de Catalunya i els seus òrgans competents no fan cap tipus de garantia de qualitat de les informacions contingudes en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document.

La Generalitat de Catalunya i els seus òrgans competents no fan cap tipus de garantia de qualitat de les informacions contingudes en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document.

Quadre 1. Estructura del currículum dels Màsters de Programadors i de Desenvolupadors d'Aplicacions

Modul·li	Tipus de Modul·li	Crèdits ECTS assignats	Prerequisits	Alumnes de l'últim curs de la carrera que podran matricular-se d'aquest modul·li
Apuntaments	Programari	6	Cap requisit	Cap alumne de l'últim curs de la carrera
Apuntaments	Programari	6	Cap requisit	Cap alumne de l'últim curs de la carrera
Prerequisits de l'últim curs de la carrera: Desenvolupadors d'Aplicacions	Desenvolupadors d'Aplicacions	6	Cap requisit	Cap alumne de l'últim curs de la carrera
	Desenvolupadors d'Aplicacions	6	Cap requisit	Cap alumne de l'últim curs de la carrera
Màster de Desenvolupadors d'Aplicacions	Desenvolupadors d'Aplicacions	6	Cap requisit	Cap alumne de l'últim curs de la carrera
	Desenvolupadors d'Aplicacions	6	Cap requisit	Cap alumne de l'últim curs de la carrera

Cap dels resultats de puntuació en cap dels cursos de la carrera són requisits per matricular-se d'aquest modul·li. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document.

4. Estructura del currículum

La Generalitat de Catalunya i els seus òrgans competents no fan cap tipus de garantia de qualitat de les informacions contingudes en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document. Els autors i els editors no s'assumeixen cap responsabilitat per les conseqüències de l'ús de la informació continguda en aquest document.



Previdência Complementar (PPC). Por se dedicar a pagar as contribuições futuras, o encoberto de parte do benefício, as hipóteses previstas devem sofrer alterações de longo prazo, sendo que a taxa de hipoteca é o maior de todos, por ser a maior taxa paga no período anterior à maturação, enquanto a taxa de juros é a menor, por ser paga à posteriori, já com o benefício em vigor.

Esta adequação das hipóteses adotada na avaliação atuarial é seguida na Resolução SPP/CMPC nº 12, de 26/02/2013, editada pelas Resoluções SPP/CMPC nº 05 e nº 13, de 20/11/2013 e de 19/01/2014, respectivamente, para estabelecer os parâmetros de avaliação para as situações das alíneas de benefícios das Tabela de Fatores.

Resolva-se que, no ano de 2015, foi publicada a Instrução Normativa SPS/Fisco nº 23, de 26/02/2015, que estabelece condições e procedimentos a serem adotados pelas FAPs em relação aos benefícios previdenciários, em especial, os planos hipotecários. Essa Instrução nº 23, que trata apenas dos benefícios previdenciários, não se aplica ao encoberto de parte do benefício de 2015 e adequadas a partir do exercício seguinte, segundo a Instrução Fisco nº 24, de 22/04/2015, e a partir de 07 de janeiro de 2016, a Instrução Fisco nº 27, de 18/07/2016.

Assim, em virtude que os dados das hipóteses, entre outros, a definição de idade de início, a IN nº 26/2016 dispõem de "metade técnica de adequação" os estudos de avaliação das hipóteses que tratam conjuntamente alternativas de ajuste os estudos de adequação. O termo "metade técnica" refere-se ao conjunto de resultados de convergência, que se refere à metade da hipótese relativa ao real de juros, e a "metade de adequação" que se refere à metade da demais hipóteses baseadas em desenvolvimento econômico e estatístico.

O estudo técnico de adequação, realizado pelo sistema operacional pelo plano para fundamentar as hipóteses adotadas em os estudos de Fatores Legítimos, editados em 16 de agosto de 2016, em âmbito das Tabela de Fatores (2016).

Os estudos realizados em uma etapa de 17/11/15, os estudos de Fatores para o estudo de fundamentação do plano, são os resulto no Quadro 3.



Quadre 3. Emissions d'òxids de nitrogen (NO_x) i d'ozó (O₃)

Hipòtesis	1990-2010
Evolutió de l'activitat econòmica	El 1990, les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó són 100% més baixes que el 2010. Les emissions d'òxids de nitrogen són 100% més baixes que el 2010.
Tecnologia i mesures de reducció de les emissions	El 2010, les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó són 100% més baixes que el 1990. Les emissions d'òxids de nitrogen són 100% més baixes que el 1990.
Evolutió de l'activitat econòmica	El 2010, les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó són 100% més baixes que el 1990. Les emissions d'òxids de nitrogen són 100% més baixes que el 1990.
Crèdit ambiental	3.000 t/a
Total d'òxids de nitrogen	4.000 t/a

Font: Elaboració pròpia a partir de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya.

Annex 11. Qualitat de l'aire

Les mesures que es preveuen en el Pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya són les que es deriven de les mesures de reducció de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya.

El Pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya és un pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya.

1. Pla de millora de la qualitat de l'aire

El Pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya és un pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya.

* El Pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya és un pla de millora de la qualitat de l'aire de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya i de les dades de les emissions d'òxids de nitrogen i d'ozó de Catalunya.



Al igual que en el caso de los recursos humanos de FOMEC, se han incluido los recursos humanos asignados al subsector material de planes.

Finalmente, se detallan los recursos de planeación asignados a la ejecución de actividades de apoyo a la gestión de la educación, considerando los recursos asignados al Manual de Planes Educativos. De este apartado se procederá a la asignación de recursos de participación a la ejecución de los planes y, finalmente, a la asignación de recursos a la actividad.

Recalde que la ejecución de parte de los participantes antes que el desarrollo de la actividad se refiere a la entrega de materiales a los docentes de la zona para que realicen el curso en sus establecimientos, así como a los gastos de transporte, alimentación, alojamiento, etc., de los participantes que se encuentran en zonas remotas o que participan en cursos de larga duración.

6. Ejecución de materiales e insumos de planes

Al igual que por los recursos humanos, se agrego el costo de materiales asignados al Manual de Planes Educativos, considerando el monto total de \$1.390.810,00, el mismo se muestra en el siguiente cuadro:

Cuadro 6. Ejecución de los recursos de planes de FOMEC

Costos	2015
Manuales Manuales	1.390.810,00
Desarrollo de Manuales	0,00
Costos Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales	0,00
Impresión de Manuales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Recursos de Materiales	1.390.810,00
COMPRAS DE MATERIALES	1.390.810,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	1.390.810,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	1.390.810,00
IMPRESIÓN DE MATERIALES DE MATERIALES DE MATERIALES	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
RECURSOS DE MATERIALES	1.390.810,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00
Costo de Materiales de Materiales de Materiales de Materiales	0,00

Costo de Materiales

Los recursos de materiales asignados a la ejecución de actividades de apoyo a la gestión de la educación, considerando los recursos asignados al Manual de Planes Educativos, se muestran en el siguiente cuadro:



apresentar as informações necessárias para a elaboração do plano de trabalho de cada escola, com o apoio do Conselho.

Conforme já destacado, reforçamos a recomendação de adoção pelo Conselho, em seu âmbito institucional, de mecanismos que promovam o desenvolvimento de uma cultura de trabalho baseada no diálogo e, caso não seja possível, pelo a mínima participação possível em assuntos institucionais.

No Conselho, é de responsabilidade do Conselho Municipal de Plano Pedagógico, que organiza o trabalho institucional, a elaboração do Plano de Trabalho de cada escola. Cabe ao Conselho Municipal de Educação, portanto, apresentar orientações de caráter geral.

Quadro de demonstração das contas da Administração – 2007 (R\$ mil)

Conta	Valor
Participação do Estado em Educação	4.971.479,21
(j) OBRIGADOS ADMINISTRATIVOS	5.871.970,21
Impostos e Contribuições	1,20
Despesas em Geral	5.871.768,81
Demonstração do Resultado	0,00
Total da Demonstração	

Recomendamos que os dados constantes na tabela acima sejam os dados previstos e atualizados, em termos proporcionalmente relativos ao valor do FIDE para compensar a diferença entre a previsão e o real. O valor atualizado deve ser o valor do FIDE, considerando a atualização monetária e não necessariamente equivalente. Essa recomendação foi adotada em função da realidade dos dados disponíveis que indicam sendo calculado por metodologia, como prevê a Lei nº 7.030, de 2004. Essa metodologia é apresentada no Anexo de demonstração dos dados do FIDE do município para o presente exercício do plano.

5. Base legal para o modelo

Os benefícios pagos às famílias a partir de contas de recursos individuais, independentemente da origem dos recursos, são aprovados pelo Conselho Municipal e são pagas em nome das famílias, através dos bancos, de acordo com o valor estabelecido no contrato, sendo o pagamento de 12 parcelas. Os benefícios pagos em nome do Fundo de Desenvolvimento de Educação, Cultura e Esporte (FIDE) em situações relativas ao curso, período, atualizações, demonstram desigualdades sociais, caso as hipóteses descritas, e, portanto, não devem ser financiadas com recursos do orçamento municipal.

Assim, o FIDE não tem o papel de resolver desigualdades sociais, por isso, deve ser objeto de atenção quanto ao déficit de sua gestão atual e ao estabelecimento possível de sua estrutura.

A despeito de não pertencer ao FIDE, o Plano Pedagógico de cada escola tem impacto na atuação do município para os benefícios descritas.

Assim, as situações de FIDE, bem como as que resultam de situações descritas, não são de caráter exclusivo dos benefícios pelo Fundo cobrados, mas sim que alguns deles podem ser pagos pelo município em situações de caráter excepcional, de acordo com o plano pedagógico de participação para o benefício por reintegração de estudos. Além disso, o município do FIDE, em função de sua natureza, deve ser objeto de atenção do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, analisando-se, em a possibilidade dos recursos resultarem serem necessários para financiar o pagamento de estudos das pessoas físicas.



Assim sendo, é devida à administração do Distrito-Exec a transferência do valor em favor do município em virtude da responsabilidade de execução dos serviços públicos de saneamento básico em parceria com o município, devendo ser incluído no programa de transferência de recursos federais do município de 2015, para a realização dos serviços de prestação de serviços de saneamento básico, mediante uma das despesas do FCG. Dessa forma, a falta de pagamento do primeiro contrato de prestação de serviços de saneamento básico em tempo hábil, em razão de não realização dos serviços de saneamento básico, não afeta a validade das participações, cabendo, portanto, a inclusão da validade das participações de planejamento de trabalho de saneamento básico.

Por fim, de fundamental importância, em relação aos documentos dos benefícios dos benefícios e meios de identificação, analisamos tanto o LegiForm e a requisição, tal o valor de R\$ 700.000,00, tal para obter o valor a ser pago de plano em benefício a R\$ 250.000,00, sendo o restante de pagamento de de pagamento, em meio de execução, e o restante em favor do município de São Paulo.

A finalidade dos pagamentos, portanto, de acordo com a requisição, é destinada para o pagamento de benefícios em favor do município de São Paulo, em virtude de não realização dos serviços de saneamento básico em parceria com o município, devendo ser incluído no programa de transferência de recursos federais do município de 2015, para a realização dos serviços de saneamento básico, mediante uma das despesas do FCG. Dessa forma, a falta de pagamento do primeiro contrato de prestação de serviços de saneamento básico em tempo hábil, em razão de não realização dos serviços de saneamento básico, não afeta a validade das participações, cabendo, portanto, a inclusão da validade das participações de planejamento de trabalho de saneamento básico.

Resolvido o mérito, que se possui uma matéria unificada nos termos de matéria devendo ser processada em conjunto para que seja possível observar a constitucionalidade, ocorrendo o mesmo em virtude de não realização dos serviços de saneamento básico.

14. Conclusão da Análise Jurisprudencial

A análise jurisprudencial, portanto, em virtude de não realização dos serviços de saneamento básico em parceria com o município de São Paulo, devendo ser incluído no programa de transferência de recursos federais do município de 2015, para a realização dos serviços de saneamento básico, mediante uma das despesas do FCG. Dessa forma, a falta de pagamento do primeiro contrato de prestação de serviços de saneamento básico em tempo hábil, em razão de não realização dos serviços de saneamento básico, não afeta a validade das participações, cabendo, portanto, a inclusão da validade das participações de planejamento de trabalho de saneamento básico.

Concluída a análise jurisprudencial, considerando a matéria repetitiva de natureza e finalidade, a matéria é repetitiva de natureza e finalidade, devendo ser incluído no programa de transferência de recursos federais do município de 2015, para a realização dos serviços de saneamento básico, mediante uma das despesas do FCG.



En la misma oportunidad se recibió por vía telemática el expediente administrativo, con todos los reportes correspondientes, a través del sistema de expedienteación del Poder Judicial de la Federación de 2010, a través del cual se actualizó el Expediente de Control para 2016. En relación con el expediente en cuestión, se emite el siguiente dictamen:

Quiero expresar:

Favorable, en el caso de que:

Sergio Cárdenas Arce
 Presidente del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación

El Sr. Sergio Cárdenas Arce, Presidente del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, en su calidad de Presidente del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación (TEPJEF) y de Presidente del Poder Judicial de la Federación (PJF), a través del expediente 1/2016, a través del cual se actualizó el Expediente de Control para 2016, a través del cual se actualizó el Expediente de Control para 2016. En relación con el expediente en cuestión, se emite el siguiente dictamen:

Quiero expresar:

Favorable, en el caso de que:

El Sr. Sergio Cárdenas Arce, Presidente del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, en su calidad de Presidente del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación (TEPJEF) y de Presidente del Poder Judicial de la Federación (PJF), a través del expediente 1/2016, a través del cual se actualizó el Expediente de Control para 2016, a través del cual se actualizó el Expediente de Control para 2016. En relación con el expediente en cuestión, se emite el siguiente dictamen:

Quiero expresar:

Favorable, en el caso de que:

ANEXO VIII – PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NOME DA ENTIDADE/EMPRESA CONTROLADA

Ata

Acórdão Técnico, Conclusão, Paralisação e Participação da
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO - FUNPRESP/PPF (Folha 01), que tem como objeto o parecer independente em
21 de julho de 2014 em 2014, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao trabalho de
controle técnico e de gestão da prestação de serviços, a contabilidade, bem como sobre a prestação
de serviços que compreendem a demonstração do ativo líquido, a natureza do ativo
líquido, entre outros, bem como a participação e o controle da entidade sob auditoria e
relatório final da prestação de serviços a serem realizados.

Foram analisados os procedimentos técnicos da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO -
FUNPRESP/PPF (Folha 01), que tem como objeto o parecer independente em
21 de julho de 2014 em 2014, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao trabalho de
controle técnico e de gestão da prestação de serviços, a contabilidade, bem como sobre a prestação
de serviços que compreendem a demonstração do ativo líquido, a natureza do ativo
líquido, entre outros, bem como a participação e o controle da entidade sob auditoria e
relatório final da prestação de serviços a serem realizados.

Responsabilidade da administração da entidade/empresa controlada:

A administração da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder
Executivo - Funpresp/PPF é responsável por desenvolver e manter uma contabilidade
das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil
conforme as normas contábeis emitidas pelo Conselho Nacional de Contabilidade - Conselho
CFCB, e pelas normas técnicas que esta administração tenha desenvolvido para permitir a
elaboração de demonstrações contábeis e sua divulgação interna, sempre de acordo com
as práticas contábeis aplicáveis.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Esta responsabilidade é a de expressar um parecer sobre a veracidade, a exatidão e a razoabilidade
das demonstrações contábeis elaboradas e emitidas com as normas brasileiras e internacionais
de contabilidade, bem como a sua aderência ao cumprimento das normas contábeis aplicáveis e
que a entidade seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança financeira de
sua administração, bem como a sua liberdade de administração.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos relacionados com a obtenção de
evidências suficientes e apropriadas para que os auditores possam expressar um parecer independente
da entidade. Os procedimentos relacionados dependem do julgamento do auditor, no âmbito
da avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,
relacionadas com a administração por parte da entidade. No entanto, a auditoria não pode
considerar os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das
demonstrações contábeis e a sua aderência ao cumprimento das normas contábeis aplicáveis que são
aplicados nas demonstrações, mas não permite de esperar um relatório sobre a aderência
das demonstrações contábeis da entidade. Uma auditoria não, também, a avaliação da
eficiência dos procedimentos de controle interno, ou a sua aderência ao cumprimento das normas
contábeis aplicáveis, bem como a avaliação da aderência das demonstrações contábeis
às normas contábeis.

Concluímos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fornecer um
parecer independente.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO - FUNPRESP-EXE** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, são oriundos das Demonstrações Contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2015 sem ressalvas.

Maringá - PR, 23 de março de 2015.

BEZ Auditores Independentes SCS - EPP
CRC-PR 5.010/0-2

Marcos Assis
Marcos Assis Hering Lorenzoni
Contador
CRC-SC 525-459/0-6 P - PR

ANEXO IX – LICITAÇÕES REALIZADAS

INSTRUMENTO	OBJETO	MODALIDADE FORMA	CONTRATADA/INÍCIO DA VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL (R\$)	VIGÊNCIA
Ordem de Execução de Serviço	Projeto arquitetônico - layout	Dispensa de Licitação	RCS Tecnologia Ltda. Em 20/01/2015	R\$ 13.856,00	Pagamento integral e imediato
Contrato nº 001/2015	Serviços de Auditoria Contábil	Pregão Eletrônico	MACIEL AUDITORES S/S – EPP assinatura. Em 02/02/2015	R\$ 18.790,00	04 meses da data de assinatura
Contrato nº 03/2015	Serviços e venda de produtos postais.	Inexigibilidade de Licitação	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos assinatura. Em 25/02/2015	R\$ 2.387.749,50	60 meses
Ordem de Execução de Serviço	Treinamento – FESMPDFT	Inexigibilidade de Licitação	FESMPDFT - Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Em 02/03/2015	R\$ 864,00	Pagamento integral e imediato
Ordem de Execução de Serviço	Treinamento - 10º Congresso Nacional dos Pregoeiros	Inexigibilidade de Licitação	Instituto de Negócios Público. Em 03/03/2015	R\$ 3.895,00	Pagamento integral e imediato
Ordem de Execução de Serviço	Treinamento - risco de mercado	Inexigibilidade de Licitação	ABBC - Associação Brasileira de Bancos. Em 03/03/2015	R\$ 1.700,00	Pagamento integral e imediato
Ordem de Execução de Serviço	Treinamento - 3º Congresso Nacional de Concurso Público	Inexigibilidade de Licitação	ERX Capacitação e Treinamento. Em 05/03/2015	R\$ 3.590,00	Pagamento integral e imediato
Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2014	Serviços de Consultoria Contábil	Termo Aditivo	Consultorys Consultoria Ltda assinatura. Em 18/03/2015	R\$ 34.000,00	12 meses
Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2014	Serviços gráficos por demanda	Termo Aditivo	São Jorge Gráfica e Tecnologia Ltda. Em 21/03/2015	R\$ 600.000,00	12 meses
Ordem de Fornecimento	Aquisição de 100 pasta do tipo "Tubo"	Dispensa de Licitação	Linha Brasil Plásticos Ltda. Em 23/03/2015	R\$ 1.350,00	60 dias úteis
Ordem de Execução de Serviço	Treinamento – renda fixa	Inexigibilidade de Licitação	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Em 25/03/2015	R\$ 1.500,00	Pagamento integral e imediato
Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2014	Processo de geração de folha de pagamento	Termo Aditivo	Employer Gestão de Mão de Obra Ltda. Em 28/04/2015	R\$ 61.287,29	12 meses prorrogáveis até 60 meses
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Aspectos Relacionados às Demonstrações Contábeis dos Fundos de Pensão	Inexigibilidade de Licitação	UNIABRAPP - Universidade Corporativa da Previdência Complementar. Em 29/04/2015	R\$ 980,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 6º Encontro Nacional de Comunicação e Relacionamento dos Fundos de Pensão	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em 05/05/2015	R\$ 980,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Mercado Financeiro	Inexigibilidade de Licitação	FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Em 13/05/2015	R\$ 867,00	Pagamento Integral e imediato
Contrato nº 09/2015	Serviços técnicos especializados para elaboração e apoio ao PCCR	Pregão Eletrônico	Cabral Consultoria em Recursos Humanos. Em 14/05/2015	R\$ 51.500,00	12 meses
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Aspectos Relevantes sobre Escrituração Fiscal e Contábil (ECF/ECD)	Inexigibilidade de Licitação	ANCEP - Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência. Em 22/05/2015	R\$ 1.190,00	Pagamento Integral e imediato

Contrato nº 04/2015			BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em 01/06/2015	Percentual Taxa de administração	12 meses prorrogáveis até 60 meses		
				0,15% e Taxa de performance 0,00%			
Contrato nº 05/2015			Caixa Econômica Federal. Em 01/06/2015	Percentual Taxa de administração	12 meses prorrogáveis até 60 meses		
				0,05% e Taxa de performance 10,0%			
Contrato nº 06/2015	Serviço de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários, Títulos e Direitos	Concorrência	Itau Unibanco S/A. Em 01/06/2015	Percentual Taxa de administração	12 meses prorrogáveis até 60 meses		
				0,25% e Taxa de performance 0,00%			
Contrato nº 07/2015			Banco Santander Brasil S/A. Em 01/06/2015	Percentual Taxa de administração 0,145% e Taxa de performance 15,0%	12 meses prorrogáveis até 60 meses		
Contrato nº 08/2015			Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. Em 01/06/2015	Percentual Taxa de administração	12 meses prorrogáveis até 60 meses		
				0,13% e Taxa de performance 0,00%			
Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2014			Licença de uso do sistema Econômica	Termo Aditivo	Econômica Software Apoio a Investidores Ltda. Em 02/06/2015	R\$ 36.459,98	12 meses
Ordem de Execução de Serviços			Treinamento – 12º Encontro Nacional dos Profissionais de Recursos Humanos	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em 05/06/2015	R\$ 1.960,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Fornecimento			Contratação de Certificação Digital - Certisign	Dispensa de Licitação	Certisign Certificadora Digital S.A. Em 08/06/2015	R\$ 2.000,00	Pagamento Integral e imediato
Contrato nº 10/2015	Serviços de promoção de eventos, em todo território nacional	Adesão Ata SRP	Set Produções e Eventos Ltda. Em 08/06/2015	R\$ 713.761,00	12 meses		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – BPMN 2.0 – Analista de Processos de Negócios	Dispensa de Licitação	Training Education Services EIRELLI EPP. Em 17/06/2015	R\$ 890,00	Pagamento Integral e imediato		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Análise e Concessão de Crédito para Pessoas Físicas	Inexigibilidade de Licitação	Instituto Brasileiro de Ciência Bancária – IBCB. Em 29/06/2015	R\$ 1.150,00	Pagamento Integral e imediato		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Gestão Estratégica da Comunicação do Relacionamento e do atendimento	Inexigibilidade de Licitação	UNIABRAPP - Universidade Corporativa da Previdência Complementar. Em 03/07/2015	R\$ 980,00	Pagamento Integral e imediato		
Contrato nº 113/2015	Treinamento – Capacitação de Conselheiros	Inexigibilidade de Licitação	UNIABRAPP - Universidade Corporativa da Previdência Complementar. Em 03/07/2015	R\$ 105.000,00	6 meses		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – IV Encontro Nacional dos Contabilistas das EFPC	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em 16/07/2015	R\$ 2.370,00	Pagamento Integral e imediato		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 10º Encontro Nacional dos Advogados das EFPC	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em 17/07/2015	R\$ 1.100,00	Pagamento Integral e imediato		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Elaboração de PDTI	Dispensa de Licitação	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Em 21/07/2015	R\$ 1.920,00	Pagamento Integral e imediato		
1º Termo Aditivo Contrato nº 11/2014	Fornecimento de Jornais que circulam nas capitais dos estados	Termo Aditivo	JM Torres Jornais e Revistas Ltda 31/07/2015	R\$ 31.318,82	12 meses prorrogáveis até 60 meses		
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Curso de Fundos de Investimentos	Inexigibilidade de Licitação	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercado Financeiro e de Capitais. Em 03/08/2015	R\$ 2.800,00	Pagamento Integral e imediato		

Ordem de Fornecimento	Aquisição de 10 mil plaquetas de patrimônio	Dispensa de Licitação	Siqueira Passos Etiquetas e Placas Ltda 04/08/2015	R\$ 2.000,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Marketing de Relacionamento	Inexigibilidade de Licitação	FGV – Fundação Getúlio Vargas. Em 06/08/2015	R\$ 920,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Aperfeiçoamento ao Novo Código de Direito Processual Civil	Inexigibilidade de Licitação	FESMPDFT – Fundação Escola Superior do MPDFT. Em 12/08/2015	R\$ 5.240,00	Pagamento Integral e imediato
1º Termo Aditivo Contrato nº 15/2014	Leitura eletrônica e envio diário dos recortes digitais via e-mail	Termo Aditivo	Infojuris Informações Jurídicas Ltda 12/08/2015	R\$ 1.998,96	13/08/2015 a 12/08/2016
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 3º Encontro Nacional de TI dos Fundos de Pensão	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar 14/08/2015	R\$ 900,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Certificação ICSS	Inexigibilidade de Licitação	ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social 14/08/2015	R\$ 1.095,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Fornecimento	Aquisição de 35 cadeiras giratórias espaldar médio	Adesão Ata SRP	FLEXFORM IND E METAL 14/08/2015	R\$ 26.775,00	14/08/2015 a 13/11/2015
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 3º Encontro de Educação dos Fundos de Pensão	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar 21/08/2015	R\$ 1.650,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Palestra “ Cenário Jurídico, Desafios e Perspectiva da Previdência Complementar Brasileira”	Inexigibilidade de Licitação	Reis, Torres, Florêncio, Corrêa e Oliveira Advocacia 26/08/2015	R\$ 5.000,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Fornecimento	Aquisição de estações de trabalho e mobiliário	Adesão Ata SRP	FORMA OFFICE COM INTERIORES 09/09/2015	R\$ 120.046,00	5 meses
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 36º Congresso dos Fundos de Pensão	Inexigibilidade de Licitação	ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar 11/09/2015	R\$ 31.296,21	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Palestra “Conjuntura Política e Social da Previdência Social do Servidor Público”	Inexigibilidade de Licitação	Antônio Augusto de Queiroz Assessoria e Consultoria 23/09/2015	R\$ 4.500,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Confecção e Instalação de painel de TV; Troca de Revestimento das Mesas de Reunião	Dispensa de Licitação	Multiplena Comércio e Serviços Ltda 25/09/2015	R\$ 7.117,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Montagem e Desmontagem e instalação de divisórias; Troca de Revestimento dos Banheiros Feminino e Masculino das salas 203/204	Dispensa de Licitação	Multiplena Comércio e Serviços Ltda 25/09/2015	R\$ 7.263,19	Pagamento Integral e imediato
Contrato nº 012/2015	Instalação de Pontos Lógicos e Elétrico	Pregão Eletrônico	Engedata Engenharia e Telecomunicações Ltda. Em 02/10/2015	R\$ 139.999,87	02/10/2015 a 31/12/2015
Ordem de Execução de Serviços	Certificação ICSS	Inexigibilidade de Licitação	ICSS -Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social. Em 13/10/2015	R\$ 790,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 36º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna	Inexigibilidade de Licitação	IIA Brasil - Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Em 18/10/2015	R\$ 2.500,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Fornecimento	Instalação de CFTV	Dispensa de Licitação	Elektratec Serviços e Obras ME. Em 22/10/2015	R\$ 5.956,90	3 meses
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Visão do Projeto eSocial para Líderes e Gestores	Dispensa de Licitação	IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda. Em 23/10/2015	R\$ 1.470,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 15º Congresso Brasileiro de Qualidade de Vida	Inexigibilidade de Licitação	ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida. Em 23/10/2015	R\$ 4.800,00	Pagamento Integral e imediato
2º Termo Aditivo Contrato nº 05/2013	Passagens aéreas nacionais e internacionais	Termo Aditivo	Termo Aditivo assinado com a Ideias Turismo. Em 22/10/2015	R\$ 264.253,92	22/10/2015 a 21/10/2016
Contrato nº 013/2015	Consultoria e Assessoria de Comunicação	Concorrência	In Press Oficina Assessoria de Comunicação Ltda. Em 29/10/2015	R\$ 1.667.479,68	29/10/2015 a 28/10/2016
Ordem de Execução de Serviços	Certificação ICSS	Inexigibilidade de Licitação	ICSS -Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social. Em 05/11/2015	R\$ 1.095,00	Pagamento Integral e imediato

1º Termo Aditivo Contrato nº 06/2013	Processo Seletivo Simplificado	Termo Aditivo	Termo Aditivo assinado com o Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES. Em 05/11/2015	-	05/11/2005 a 04/05/2016
1º Termo Aditivo Contrato nº 013/2014	Serviços especializados de tecnologia da informação	Termo Aditivo	Termo Aditivo assinado com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. Em 11/11/2015	R\$ 11.652.306,35	11/11/2015 a 10/08/2017
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Aperfeiçoamento ao Novo Código de Direito Processual Civil	Inexigibilidade de Licitação	FESMPDFT - Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Em 16/11/2015	R\$ 5.076,00	Pagamento Integral e imediato
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – 16º Congresso do IBGC	Inexigibilidade de Licitação	IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Em 16/11/2015	R\$ 3.570,00	Pagamento Integral e imediato
Contrato nº 014/2015	Publicações D.O.U	Inexigibilidade de Licitação	Imprensa Nacional. Em 23/11/2015	R\$ 68.623,47	23/11/2015 a 22/11/2016
Ordem de Execução de Serviços	Treinamento – Estratégias Aplicadas às Redes Sociais	Inexigibilidade de Licitação	FGV - Fundação Getúlio Vargas. Em 30/11/2015	R\$ 1.120,00	Pagamento Integral e imediato
Contrato nº 015/2015	Concurso Público	Dispensa de Licitação	CEBRASPE. Em 30/11/2015	R\$ 364.000,00	30/11/2015 a 29/11/2016
3º Termo Aditivo Contrato nº 04/2013	Custódia Qualificada e Controladoria	Termo Aditivo	CEF – Caixa Econômica Federal. Em 29/11/2015	R\$ 26.000,00	01/12/2015 a 31/03/2016
Contrato nº 016/2015	Broadcast News	Inexigibilidade de Licitação	Agência Estado. Em 04/12/2015	R\$ 77.132,16	04/12/2015 a 03/12/2016
Termos de Compromisso	Dealers	Inexigibilidade de Licitação	Renascença Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 14/12/2015	Taxa conforme consulta	14/12/2015 a 13/12/2016
			Banco BTG Pactual S.A. Em 14/12/2015	Taxa conforme consulta	14/12/2015 a 13/12/2016
			Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. Em 14/12/2015	Taxa conforme consulta	14/12/2015 a 13/12/2016
			Banco Safra S.A. Em 14/12/2015	Taxa conforme consulta	14/12/2015 a 13/12/2016
			Goldman Sachs do Brasil Banco múltiplo S.A. Em 21/12/2015	Taxa conforme consulta	21/12/2015 a 20/12/2016
Contrato nº 017/2015	Custódia e Controladoria	Pregão Eletrônico	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. Em 17/12/2015	R\$ 1.214.785,67	01/02/2016 a 31/01/2021
Ordem de Fornecimento	Aquisição de material de escritório	Dispensa de Licitação	Papelaria Braga Ltda-EPP. Em 17/12/2015	R\$ 1.957,94	17/12/2015 a 14/03/2016
Ordem de Fornecimento	Aquisição de material de escritório	Dispensa de Licitação	SIG Comercial de Papéis LTDA EPP.4 Em 17/12/2015	R\$ 633,46	17/12/2015 a 14/03/2016
Ordem de Fornecimento	Aquisição de material de escritório	Dispensa de Licitação	Papelaria Base das Artes LTDA – ME. Em 17/12/2015	R\$ 800,35	17/12/2015 a 14/03/2016
Ordem de Fornecimento	Aquisição de 04 cadeiras de alumínio e um ombrelone lateral	Dispensa de Licitação	EME Comércio de Móveis. Em 18/12/2015	R\$ 6.392,40	18/12/2015 a 17/02/2016
Ordem de Fornecimento	Revestimento de madeira Deck	Dispensa de Licitação	FlexDeck do Brasil Indústria e Comércio Ltda. Em 22/12/2015	R\$ 7.980,00	22/12/2015 a 21/02/2016
Contrato nº 019/2015	Auditoria Atuarial	Dispensa de Licitação	Atuarh Consultoria Atuarial e Empresarial Ltda. Em 28/12/2015	R\$ 7.850,00	28/12/2015 a 27/04/2016

ANEXO X – NORMAS PRODUZIDAS PELOS COLEGIADOS DA FUNPRESP DE 2012 A 2015

NORMAS DE GOVERNANÇA PRODUZIDAS PELA FUNPRESP		
ANO	DESCRIÇÃO	RESOLUÇÃO
2012	Estatuto da Funpresp	Portaria Previc 604
2012	Plano de Cargos e Salários da Funpresp	1/CD
2012	Aprovação da Estrutura Organizacional da Funpresp	2/CD
2013	Aprovação do Plano de Benefícios LegisPrev	Portaria Previc 239
2013	Aprovação do Plano de Benefícios ExecPrev	Portaria Previc 44
2013	Aprovação do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA	7/CD
2013	Contratação de seguro para custeio de defesa de dirigentes, ex-dirigentes e empregados decorrentes de ato regular de gestão	19/CD
2013	Regimento Interno da Funpresp	22/CD
2014	1ª Alteração do Estatuto da Funpresp	Portaria Previc 45
2014	1ª Alteração do Plano de Benefícios ExecPrev	Portaria Previc 317
2014	Regulamento Eleitoral da Funpresp	27/CD
2014	Código de Ética e de Conduta da Funpresp	31/CD
2014	1ª alteração do Código de Ética e de Conduta da Funpresp	50/CD
2014	Política de Alçadas	33/CD
2014	Metodologia de apuração do Sistema de Cotas dos Planos de Benefícios	35/CD
2014	Regras e Procedimentos para Contratação de Diretores	40/CD
2014	Critérios e comprovação de requisitos para o exercício do cargo de Conselheiros da Funpresp	46/CD
2014	Matriz de Competências	118/DE
2015	Designação dos substitutos dos Diretores da Funpresp	67/CD
2015	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Funpresp	75/CD
2015	Planejamento Estratégico 2016-2019	91/CD
2015	Otimização do Fluxo de Caixa da Fundação	92/CD
Anual	Política de Investimentos 2016-2019 (2 planos)	NA
Anual	Orçamento Plurianual 2016-2019	NA

ANEXO XI – LEGISLAÇÃO APLICADA – REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Legislação Aplicada - Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

Emenda Constitucional nº 20/1998: autoriza a instituição de regime de previdência complementar para servidores titulares de cargo efetivo;

Emenda Constitucional nº 41/2003: determina que o regime de previdência complementar do servidor público será instituído por lei de iniciativa do Poder Executivo;

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995: Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências;

Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997: Altera a legislação tributária federal e dá outras providências;

Lei Complementar nº 108/2001: dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras Entidades públicas e suas respectivas Entidades fechadas de previdência complementar;

Lei Complementar nº 109/2001: dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar;

Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012: institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo;

Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012: abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências;

Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014: Altera o art. 11, § 6º e 7º da Lei 9.532/97 sobre as deduções relativas as contribuições para Entidades de previdência complementar;

Lei nº 13.135/2015, de 17 de junho de 2015: altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, no 10.876, de 2 de junho de 2004, no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências; contempla as novas regras de pensão por morte para o Regime Próprio de Previdência Social

Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015: Altera a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 (adesão automática);

Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012: cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

Decreto s/nº, de 12 de março de 2015: nomeação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

Instrução Normativa RFB nº 1500, de 29 de outubro de 2014: Dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas;

Instrução Normativa RFB Nº 1558, de 31 de março de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas;

Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 74 e 91, de 2013: que aprova o Regulamento do Plano de Benefícios LegisPrev (Diário CD nº 45, 21/03/2013);

Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 02 de 2013: que aprova o Convênio de Adesão ao Poder Legislativo Federal à Funpresp-Exe-Exe; e do Regulamento do Plano de Benefícios LegisPrev (BD nº 5153, de 01/02/2013);

Portaria MPS/Previc nº 604, de 19 de outubro de 2012 – publicada no D.O.U de 22/10/2012: aprova a constituição e autoriza o funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, como Entidade fechada de previdência complementar e aprova o Estatuto da Fundação;

Portaria MPS/Previc nº 44, de 31 de janeiro de 2013 - publicada no D.O.U de 04/02/2013: aprova o Regulamento do Plano Executivo Federal;

Portaria MPS/Previc nº 239, de 6 de maio de 2013 – Publicada no D.O.U em 07/05/2013: aprova o Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – LegisPrev;

Orientação Normativa nº 12/2013 (SEGEP/MPOG) Publicada no D.O.U em 25/09/2013: para órgãos do sistema SIPEC;

Orientação Normativa Nº 06/2014 (SEGEP/MPOG) - Publicada no D.O.U em 14/08/2014: para órgãos do sistema SIPEC.

Orientação Normativa Nº 08/2014 (SEGEP/MPOG) - Publicada no D.O.U em 02/10/2014: para órgãos do sistema SIPEC.

Orientação Normativa Nº 09/2015 (SEGEP/MPOG) – Publicada no D.O.U em 19/11/2015: para órgãos do sistema SIPEC

Orientação Normativa N º 10/2015 (SEGEP/MPOG) – publicada no D.O.U em 10/12/2015: para órgãos do sistema SIPEC

ANEXO XII – PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Conselho de Administração do Serviço Público Federal do Poder Executivo – Parapap-Est, ao analisar as informações prestadas pelo inciso II do art. 42 da Lei nº 12.526/2011, e tendo em vista as disposições da Resolução SPS/CPAN nº 11, de 5. de outubro de 2011, artigo 17, item IV e Instrução Normativa SPS/CPAN nº 01, de 01 de setembro de 2011, art. 4º, inciso III, as solicitações pelo Parecer PREVIC nº 21, de 20 de março de 2015, realizadas ao Departamento Conselho Constituinte do Parapap-Est, das Bancas de Avaliação Individual, do Plano de Gestão Administrativa e sobre as contas da Dívida Tercária, as Demonstrações Financeiras e Balanço Anual, Demonstrativos de Investimentos e Passivo das Atividades Independentes, e sobre as contas em anexo em 31 de dezembro de 2014.

Com base na análise das informações, complementadas por informações e esclarecimentos postados por ocasião da Declaração de Recebimento, por processo do Parapap-Est e pela Atividade Independente, o Conselho Fiscal não fundamentou o recebimento das demonstrações financeiras, exceto, financeira e de benefícios, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, visto que, para o exercício o passivo Passivo Tercário é apurado pelo Conselho Constituinte e não pelo Parapap-Est.

Brasília/DF, 15 de março de 2016.


MANOEL LEVY PERUCINI
 Presidente do Conselho Fiscal


CARLOS ROBERTO GAIOSO
 Conselheiro


GUSTAVO ALVES TULLMANN
 Conselheiro


RIAR MARCELO RIBEIRO DA COSTA
 Conselheiro


ANEXO XIII – MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funprosp/DF, em cumprimento às disposições legais, regulamentares e estatutárias e com base no Parecer do Conselho Fiscal, de 18 de março de 2016, e no Parecer da Auditoria Independente, de 03 de março de 2016, aprova as Demonstrações contábeis, orçamentárias, financeiras e de resultados e o Relatório Anual de Atividades da Fundação, relativos ao exercício de 2015.

Brasília-DF, 31 de março de 2016.




Manoel Augusto Alves Silva
Presidente Substituto



André Nogueira
Conselheiro



Daniel Pulcin
Conselheiro



Eva Maria Costa-Dal-Chinon
Conselheira



Renato Pedro Colnago Júnior
Conselheiro



Thiago Paulo Pinheiro Araújo
Conselheiro

www.FUNPRESP.COM.BR

 /FUNPRESP  @FUNPRESP

FALE CONOSCO: FALECONOSCO@FUNPRESP.COM.BR

CENTRAL DE ATENDIMENTO: 0800 282 6794

TEL.:(61) 2020-9300

SEU FUTURO, NOSSO PRESENTE
FUNPR3SP
ANOS